



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO / CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES**

WALTERNICE OLÍMPIO SILVA DE MELO

**INOVAÇÃO NAS AUTORIAS DOCENTES: ARQUITETURAS DE
RECURSOS DIGITAIS ABERTOS REDS PARA O ENFRENTAMENTO
DA VIOLÊNCIA ESCOLAR**

**JOÃO PESSOA
2025**

WALTERNICE OLÍMPIO SILVA DE MELO

**INOVAÇÃO NAS AUTORIAS DOCENTES: ARQUITETURAS DE
RECURSOS DIGITAIS ABERTOS REDS PARA O ENFRENTAMENTO
DA VIOLÊNCIA ESCOLAR**



Projeto Técnico Aplicado (PTA) submetido
ao Programa de Pós-Graduação em Gestão
nas Organizações Aprendentes (PPGOA),
da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),
em cumprimento às exigências para a
conclusão do Mestrado Profissional em
Gestão nas Organizações Aprendentes.

Linha de Pesquisa 2 – Gestão de Projetos e Tecnologias Emergentes

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Gusmão de Góes Brennand

Coorientador: Prof. Dr. Álvaro Cavalcanti de A. Filho

JOÃO PESSOA
2025

**Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação**

M528i Melo, Walternice Olimpio Silva de.

Inovação nas autorias docentes: arquiteturas de Recursos Digitais Abertos REDs para o enfrentamento da violência escolar / Walternice Olimpio Silva de Melo. - João Pessoa, 2025.

186 f. : il.

Orientação: Edna Gusmão de Góes Brennand.

Coorientação: Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CE/CCSA.

1. Recursos educacionais digitais. 2. Formação de professores. 3. Violência escolar. I. Brennand, Edna Gusmão de Góes. II. Almeida Filho, Álvaro Cavalcanti de. III. Título.

UFPB/BC

CDU 37.02(043)



ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DO TRABALHO FINAL DO(A)
MESTRANDO(A) **WALTERNICE OLIMPIO SILVA DE ARAUJO**, ALUNO(A) DO
CURSO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO EM ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES/CE- CCSA/UFPB

Aos 28 dias do mês de julho do ano de 2025, às 19h e 30min, no ambiente virtual Google Meet, endereço: <https://meet.google.com/sbq-zabz-ovb>, realizou-se a sessão pública de defesa do Trabalho Final do(a) mestrando(a) **WALTERNICE OLIMPIO SILVA DE ARAÚJO**, matrícula 20231001305, intitulada: **"Inovação nas autorias docentes: arquiteturas de Recursos Digitais Abertos REEds para o enfrentamento da violência escolar"**. Estavam presentes os Professores Doutores: **ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO** – IFPB – Presidente/coorientador(a), **MARIA DE FATIMA FERNANDES MARTINS CATÃO** – UFPB – Examinador(a) interno(a), **JOSÉ WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS** – IFPB – Examinador(a) externo(a). O Professor(a) **ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO** – na qualidade de Coorientador (a), declarou aberta a sessão, e apresentou os Membros da Banca Examinadora ao público presente. Em seguida, passou a palavra ao (a) Mestrando(a), para que, no prazo de 30 minutos, apresentasse seu Trabalho Final. Após exposição oral, o(a) Presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora, para que procedessem a arguição pertinente ao trabalho. Em seguida, o(a) Mestrando(a) respondeu às perguntas elaboradas pelos Membros da Banca Examinadora e, na oportunidade, agradeceu as sugestões apresentadas. A sessão foi suspensa pelo(a) Orientador(a), que se reuniu secretamente com os Membros da Banca Examinadora, e emitiu o seguinte parecer:

A Banca Examinadora considerou o Trabalho Final:

(X)Aprovado ()Insuficiente ()Reprovado

com as seguintes observações:

Trabalho aprovado com revisões e posterior deferimento dos orientadores, devendo-se proceder com as alterações de texto conforme as sugestões apontadas pelos membros da banca.



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO – CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO NAS ORGANIZAÇÕES
APRENDENTES**



Retomando-se a sessão, o(a) Professor(a) ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO apresentou o parecer da Banca Examinadora o(a) Mestrando (a), bem como ao público presente. Prosseguindo, agradeceu a participação dos Membros da Banca Examinadora e deu por encerrada a sessão. E, para constar, eu, Junielle Menezes França, na qualidade de Técnica Administrativa do Programa Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Membros da Banca Examinadora, em testemunho de fé.

João Pessoa, 28 de julho de 2025.

Documento assinado digitalmente

gov.br ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA FILHO
Data: 10/09/2025 11:30:33-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

gov.br JOSE WASHINGTON DE MORAIS MEDEIROS
Data: 29/07/2025 16:37:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ÁLVARO CAVALCANTI DE ALMEIDA
FILHO
Coorientador(a)**

**JOSÉ WASHINGTON DE MORAIS
MEDEIROS
Membro externo(a)**

Documento assinado digitalmente

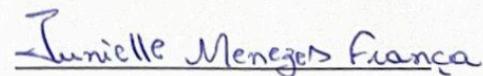
gov.br MARIA DE FÁTIMA FERNANDES MARTINS CATÃO
Data: 30/07/2025 11:55:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente

gov.br WALTERNICE OLÍMPIO SILVA DE MELO
Data: 12/09/2025 11:30:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**MARIA DE FÁTIMA FERNANDES
MARTINS CATÃO
Membro(a) interno(a)**

**WALTERNICE OLÍMPIO SILVA DE
ARAÚJO
Mestrando(a)**


**JUNIELLE MENEZES FRANÇA
Técnico Administrativo do Curso**

Aos

professores da rede pública de ensino, que cotidianamente, se
doam nas práticas docentes em busca de uma educação de
qualidade, que promova o desenvolvimento dos educandos
para vencer os desafios de viver em uma sociedade excludente
e desigual.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, primeiramente, por me conceder o privilégio da vida, ter saúde, dedicação, compromisso e sabedoria para enfrentar todos os desafios ao qual me proponho. A Ele toda honra e toda glória.

À minha família, especialmente, aos meus pais, a quem devo tudo o que sou. Ao meu esposo, Tiago Rafael, por ser meu apoio diário. Meus irmãos, em especial, ao meu irmão José Olímpio Silva de Araújo (in memoriam), por sempre estarem presentes na minha vida. À minha filha, Yasmin, que é minha inspiração para lutar e vencer.

Agradeço à minha orientadora, a Prof.^a Dr.^a Edna Gusmão de Góes Brennand, por sua orientação, paciência e parceria nessa caminhada, que contribui para sermos pessoas melhores e continuar aprendendo todos os dias.

Agradeço ao meu coorientador, Prof. Dr. Álvaro Cavalcanti de Almeida Filho, por toda contribuição para que os desafios fossem vencidos dia após dia e assim alcançar o almejado.

Aos colegas de curso, especialmente, a turma 14, às amigas de profissão, que a educação de Santa Rita e o mestrado me presenteou, pessoas maravilhosas e excelentes profissionais.

À Secretaria Municipal de Educação de Santa Rita (PB) pelo convênio firmado com o PPGOA/UFPB. Também agradeço a minha gestora escolar, Ava Lígia da Silva, por todo apoio e incentivo.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me motivam e me admiram por estar cursando um mestrado e buscar qualificação profissional cotidianamente, para melhor contribuir com a qualidade da educação pública no nosso país.

MELO, Walternice Olímpio Silva de. **Inovação nas autorias docentes: arquiteturas de Recursos Digitais Abertos REds para o enfrentamento da violência escolar.** Orientadora: Prof.^a Dr.^a Edna Gusmão de Góes Brennand. Coorientador: Prof. Dr. Álvaro Cavalcanti de A. Filho. 2025. 187 f. il. Projeto técnico aplicado (Mestrado Profissional em Gestão nas Organizações Aprendentes) – Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes, Campus I – João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2025.

RESUMO

A formação docente permanente, um pilar essencial do magistério, enfrenta desafios complexos no contexto do enfrentamento à violência escolar e na busca por práticas educativas eficazes. Este Projeto Técnico Aplicado (PTA) teve como objetivo investigar pressupostos teórico-metodológicos e conceber um modelo conceitual para a construção de Recursos Educacionais Digitais (RED's) a serem disponibilizados na Plataforma Integrada MEC, visando à formação permanente de docentes da educação básica sobre a violência escolar. A Plataforma Integrada MEC destina-se à disponibilização de recursos digitais para a formação permanente em território nacional. Neste estudo, a metodologia adotada para o desenvolvimento dos RED's está direcionada aos pressupostos da autoria docente e interatividade em audiovisuais educativos, orientada pelos pressupostos do diagnóstico da necessidade de intervenção no âmbito do PTA. A etapa de desenvolvimento de produtos resultou na elaboração de dois RED's inovadores, concebidos a partir de um modelo conceitual fundamentado na Teoria das Inteligências Múltiplas para a formação permanente de professores no enfrentamento e prevenção à violência escolar, sendo um conteúdo hipertextual no formato de e-Book e um conteúdo audiovisual como Infovídeo. Os principais achados do diagnóstico do acervo da Plataforma Integrada MEC revelam que menos de 28% dos recursos educacionais digitais para formação docente e enfrentamento da violência são efetivamente acessíveis, e que o alcance da plataforma é ineficaz quanto ao acesso aos conteúdos. Ademais, os resultados evidenciam a urgente necessidade de disponibilizar e disseminar recursos educacionais digitais acessíveis, bem como de fomentar a produção de novos RED's para responder ao problema da violência escolar.

Palavras-chave: inovação educativa; recursos educacionais digitais; inteligências múltiplas; formação docente; violência escolar.

MELO, Waternice Olímpio Silva de. **Innovation in teaching authorship: architectures of Open Digital Resources ODR's to combat school violence.** Advisor: Prof.^a Dr.^a Edna Gusmão de Góes Brennand. Co-advisor: Prof. Dr. Álvaro Cavalcanti de A. Filho. 2025. 187 pp. ill. Applied technical project (Professional Master's Degree) – Graduate Program in Management in Learning Organizations, Campus I – João Pessoa, Federal University of Paraíba, João Pessoa, 2025.

ABSTRACT

Continuing teacher education, an essential pillar of teaching, faces complex challenges in the context of combating school violence and seeking effective educational practices. This Applied Technical Project (ATP) aimed to investigate theoretical and methodological assumptions and design a conceptual model for the construction of Digital Educational Resources (DER's) to be made available on the MEC Integrated Platform, aiming at the ongoing training of basic education teachers on school violence. The MEC Integrated Platform is intended to make digital resources available for ongoing training throughout the country. In this study, the methodology adopted for the development of DER's is directed to the assumptions of teacher authorship and interactivity in educational audiovisuals, guided by the assumptions of the diagnosis of the need for intervention within the scope of the DER's. The product development stage resulted in the creation of two innovative DER's, designed based on a conceptual model based on the Theory of Multiple Intelligences for the ongoing training of teachers in confronting and preventing school violence, one hypertext content in the form of an e-Book and the other audiovisual content as an Infovideo. The main findings of the diagnosis of the MEC Integrated Platform collection reveal that less than 28% of the digital educational resources for teacher training and confronting violence are effectively accessible, and that the platform's reach is ineffective in terms of access to the content. Furthermore, the results highlight the urgent need to make accessible digital educational resources available and disseminate them, as well as to encourage the production of new DER's to respond to the problem of school violence.

Keywords: educational innovation; digital educational resources; multiple intelligences; teacher training; school violence.

LISTA DE FIGURAS

	p.
Figura 01 – Número e taxa de homicídios no Brasil entre 2011 e 2021	21
Figura 02 – Percurso de diagnóstico da situação problema para a identificação da necessidade de intervenção a partir de Brennand <i>et al.</i> (2015)	32
Figura 03 - Indicadores de recursos educacionais digitais cadastrados e efetivamente funcionando/acessíveis na Plataforma Integrada MEC	43
Figura 04 - Resultados das buscas na base de dados da Plataforma Integrada MEC para os descritores Violência (Descriptor1) e Violência Escolar (Descriptor2)	47
Figura 05 - Panorama dos recursos educacionais digitais classificados na base de dados da Plataforma Integrada MEC como do tipo Outros "Com acesso" e "Sem acesso" de funcionamento ao conteúdo	52
Figura 06 - Diagrama de Gantt detalhando as atividades e prazos do PTA	54
Figura 07 – Evolução dos conceitos de sociedade e sua relação com as revoluções industriais	93
Figura 08 - Frames da Prototipagem	125

LISTA DE TABELAS

		p.
Tabela 01 – Registros disponíveis na Plataforma Integrada MEC		47
Tabela 02 – Formação docente no município de Santa Rita - PB		57
Tabela 03 - Quantitativo de ícones ativados a partir de cada inteligência múltipla por meio dos Recursos Educacionais Digitais (RED's)		118
Tabela 04 - Frequência de ativação dos ícones representativos a partir das múltiplas inteligências		118
Tabela 05 - Quantitativo de vezes de ativação dos ícones representativos a partir dos Recursos Educacionais Digitais (RED's)		123
Tabela 06 - Transcrição das cenas		127
Tabela 07 - Detalhamento da estrutura dos protótipos		129

LISTA DE SIGLAS

UFPB	Universidade Federal da Paraíba
PPGOA	Programa de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes
MEC	Ministério da Educação
REDs	Recursos Educacionais Digitais
PTA	Projeto Técnico Aplicado
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
TDCIs	Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
CNEDH	Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos
SEDH/PR	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República
PMEDH	Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos
SDH/PR	Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República
MJ	Ministério da Justiça
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
BIOE	Banco Internacional de Objetos Internacionais
ENEF	Estratégia Nacional de Educação Financeira
AEF	Associação de Educação Financeira
SAEB	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SISV	Simpósio Interdisciplinar sobre Violências

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
2 ESCOPO DO PROBLEMA.....	17
2.1 Considerações Introdutórias.....	17
2.2 Evidências da Violência Escolar no Brasil.....	21
2.3 Evidências da Violência Escolar na Paraíba.....	27
3 OBJETIVOS.....	29
3.1 Geral.....	29
3.2 Específicos.....	29
4 METODOLOGIA.....	30
4.1 Tipo de Pesquisa.....	30
4.2 Mapeamento do Estado do Conhecimento.....	31
4.3 Configuração do Projeto Técnico Aplicado.....	32
4.4 Diagnóstico Preliminar do Problema para a Construção do PTA.....	33
4.4.1 Delimitação da Situação Problema.....	33
4.4.2 Busca de Informações.....	35
4.4.3 Delimitação dos Indicadores do PTA.....	36
4.4.4 Análise das Informações.....	37
4.4.5 Análise da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais	38
4.4.5.1 Caracterização da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais.....	38
4.4.5.2 Análise dos Recursos Educacionais Digitais disponíveis na Plataforma Integrada MEC abordando os temas violência e violência escolar.....	41
4.4.5.3 Descrição das Principais Funcionalidades da Plataforma para Fortalecer Projetos Pedagógicos da Comunidade Escolar Referentes aos Temas “Violência” e “Violência Escolar”.....	44
4.4.6 Planejamento da Intervenção.....	52
4.4.7 O Escopo da Intervenção a Ser Realizada.....	54
4.4.8 Os Dados de Base.....	55
4.4.9 Campo Empírico para a Intervenção.....	56
5 ESTADO DO CONHECIMENTO.....	57
5.1 Conceituando Violências.....	60
5.2 Violência Escolar.....	69
5.3 Direitos Humanos e Enfrentamento à Violência Escolar.....	81
5.4 Formação Docente e os Desafios da Sociedade 5.0.....	91
5.4.1 Cibercultura e Espaços Educativos.....	94
5.4.2 Inteligência Artificial.....	95
5.4.3 Autoria docente.....	97
6 PROTOTIPAGEM DOS RED's.....	100
6.1 Teoria das Inteligências Múltiplas no Modelo Conceitual dos RED's.....	100
6.2 Percepções acerca das Inteligências Múltiplas.....	115
6.3 Apresentação dos Protótipos de Recursos Educacionais Digitais (REDs).....	131

6.3.1 e-Book.....	131
6.3.2 Infovídeo.....	132
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
7.1 À Guisa de Conclusão.....	134
7.2 Desafios e Limitações do Estudo.....	134
7.3 Recomendações de Aplicabilidade e de Investigações Futuras.....	135
REFERÊNCIAS.....	136
APÊNDICE A – INDICADORES DA PLATAFORMA INTEGRADA MEC.....	142
APÊNDICE B – REDs (e-Book e Infovídeo).....	145

INTRODUÇÃO

A violência é uma realidade que a sociedade vem enfrentando ao longo dos séculos e se configura de forma persistente até os dias atuais, sendo praticada e vivenciada nos ambientes sociais e escolares, o que tem provocado muitas inquietações e inseguranças por parte de toda a população, especialmente, no que diz respeito aos espaços escolares, considerados e visualizados como lugares de paz, segurança e educação, como de fato, devem ser, saudáveis e seguros, para promover desenvolvimento humano e educação de qualidade, cumprindo seu papel social, formativo e democrático, que preza pela garantia dos direitos humanos e pela aprendizagem.

É pertinente dizer que as escolas têm vivenciado a violência cotidianamente, por meio das muitas formas e tipos de violência, inclusive, por meio do bullying e do cyberbullying, que afetam crianças e adolescentes, seja pelo meio físico ou digital. Além desses atos violentos que infestam o dia a dia das escolas, há também os constantes ataques, com invasões que provocam homicídios dolosos, premeditados, fazendo com que as escolas se tornem ambientes inseguros, desumanos e fonte de temor para toda a sociedade.

Cumpre frisar que a experiência docente possibilita a esta pesquisadora vivenciar as práticas violentas que acontecem de forma frequente e recorrente no ambiente escolar. Constantemente, crianças se envolvem em situações de violência, seja na condição de agressor ou de vítima, ou, ora praticando violência, ora sofrendo agressão, causando preocupação acerca da formação humana em que a escola deve formar indivíduos para viver em sociedade e desenvolver-se de forma saudável, eficaz, equitativa e inclusiva.

Diante do cenário violento que acomete as instituições educacionais, a formação docente se torna necessária e imprescindível para responder aos desafios que se apresentam para enfrentar a violência escolar por meio de práticas educativas eficazes e de favorecimento de mudanças atitudinais para tornar a escola um ambiente de paz, em que não haja espaço para atos violentos e seja palco para o desenvolvimento integral dos sujeitos.

Isto posto, convém ressaltar que, frente à necessidade de formação permanente de professores para o enfrentamento da violência escolar, dispomos no mundo atual, com a realidade da Sociedade 5.0, de uma ampla variedade de recursos tecnológicos digitais, combinando softwares com Inteligência Artificial (IA), transformando as práticas e vivências humanas, com abrangentes possibilidades de contribuição para a melhoria do contexto educacional, fomentando os processos de ensino e aprendizagem.

As plataformas digitais educacionais são potentes ferramentas para fornecer e facilitar a aprendizagem, de forma interativa, rápida e acessível, a exemplo da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais (RED's), que é um espaço aberto e gratuito, que dispõe e possibilita a inserção de recursos educacionais digitais. Face ao exposto, é preciso acentuar que, no que se refere a conteúdos educacionais digitais para o enfrentamento da violência escolar, a referida plataforma apresenta dados quantitativos irrisórios de recursos devidamente acessíveis, apontando para a extrema necessidade de produção de recursos educacionais digitais com esta finalidade.

Diante disso, dada a relevância que o professor exerce no contexto educacional e para as transformações sociais as quais se almejam, a autoria docente se configura como uma prática significativa, a partir da produção de materiais didático-pedagógicos, refletindo a autonomia por meio da criação e viabilizando novas maneiras de autoria e de práticas docentes, para propiciar a sistematização da aprendizagem de forma potencializadora e interativa. Neste estudo, a autoria docente se afirma através da construção de RED's, para amparar o enfrentamento a violência escolar.

A produção dos RED's, para formação permanente de professores da Educação Básica para apoiar o enfrentamento da violência escolar, resultou em um modelo conceitual de protótipo de autoria docente de dois RED's, sendo um conteúdo hipertextual no formato de e-Book e um conteúdo audiovisual como Infovídeo, fundamentados na Teoria das Inteligências Múltiplas (TIM) de Howard Gardner (2012), por meio de ícones representativos propostos por Obregon (2009) e Obregon *et al.* (2009), tendo como estudiosos complementares, Soares (2014), Santos (2014) e Brennand e Vasconcelos (2005).

Neste sentido, por sua relevância e complexidade, a violência é um tema que precisa ser contemplado nos mais diversos espaços de discussão, por

pesquisadores, professores, pela sociedade, de forma geral, sendo prioridade para o poder público, para a elaboração e execução de políticas públicas, para que, coletivamente, possam enfrentar a violência em todos os contextos, enfatizando as escolas, extensão social e familiar para realizar o desenvolvimento integral dos sujeitos, garantindo os direitos fundamentais dos seres humanos em formação, por meio de toda a comunidade escolar, que necessita de um ambiente educativo, saudável, seguro e livre dos prejuízos advindos dos atos violentos.

Para contribuir com o enfrentamento da violência escolar, este Projeto Técnico Aplicado (PTA) tem como objetivo investigar pressupostos teórico-metodológicos e conceber um modelo conceitual para a construção de Recursos Educacionais Digitais (RED's) a serem disponibilizados na Plataforma Integrada MEC, visando à formação permanente de docentes da educação básica sobre a violência escolar. Essa investigação abrange o diagnóstico dos recursos educacionais disponíveis sobre o tema na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, que tem o objetivo de reunir e disponibilizar em um único lugar, recursos educacionais digitais, produzidos por e para professores.

A partir disso, expõe-se um breve resumo situando esta pesquisa, em que este trabalho encontra-se organizado em sete (07) seções, apresentando-se da seguinte forma: Introdução, Escopo do problema, Objetivos (geral e específicos), Metodologia, Estado do Conhecimento, Prototipagem dos RED's e Considerações Finais. Na primeira seção, é apresentada a Introdução com síntese acerca do estudo realizado. Na segunda seção, é exposto o Escopo do problema, com considerações introdutórias acerca do tema da Violência Escolar, com evidências no Brasil e na Paraíba. A terceira seção apresenta os objetivos, geral e específicos.

Por sua vez, na quarta seção, a metodologia apresentada aponta o tipo de pesquisa e o mapeamento do Estado do Conhecimento e as etapas percorridas a partir da utilização de metodologia específica para elaboração de Projeto Técnico Aplicado - PTA, com base em Brennand *et al.* (2015). Nesta seção também é apresentada a caracterização e análise da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais (RED's), mostrando as principais funcionalidades da Plataforma e os Recursos Educacionais Digitais disponíveis para a formação permanente de professores da educação básica para o enfrentamento da violência escolar, a partir de busca utilizando-se dos descritores “violência” e “violência escolar”.

Na quinta seção, é apresentado o Estado do Conhecimento, conceituando as violências, com ênfase na violência escolar, abordando os Direitos Humanos e enfrentamento à violência escolar, a formação docente e os desafios da Sociedade 5.0, relacionando cibercultura e espaços educativos, com subseção destinada à autoria docente.

A sexta seção apresenta a aplicação da Teoria das Inteligências Múltiplas (TIM) de Howard Gardner (2012) que fundamentou a prototipagem e traz a descrição do modelo conceitual resultante de dois Recursos Educacionais Digitais (RED's), sendo um conteúdo hipertextual no formato de e-Book e um conteúdo audiovisual como Infovídeo para contribuir com a formação permanente de professores da Educação Básica e apoiar o enfrentamento da violência escolar.

A sétima e última seção deste estudo expõe as considerações finais sobre o percurso realizado, mostrando que a autoria docente de RED's, a partir de instrumentos tecnológicos, se apresenta como possibilidades de fomento à formação de professores da educação básica para o enfrentamento da violência escolar. Para melhor compreensão do percurso percorrido, será apresentado a seguir o escopo do problema que norteou as ações que resultaram deste estudo.

2 ESCOPO DO PROBLEMA

2.1 Considerações Introdutórias

A violência é um tema que tem sido investigado por sua perpetuação pela sociedade ao longo dos séculos, se transformando e configurando em múltiplas novas formas e tipos de violência, fazendo com que a violência continue sendo uma questão vivenciada e enfrentada pela sociedade, causando muita preocupação e assim, sendo objeto de estudo para muitos pesquisadores, como Lima (2021), Saadi Tosi (2017), Andrês (2012), Hayeck (2009), Paviani (2016), Priotto e Boneti (2009), dentre outros.

Para Saadi Tosi (2017) a violência percorre pela história da humanidade, desde seus primórdios, pois, já na antiguidade, o assunto era motivo pela busca da causa de seu surgimento e o desejo de entender as variadas formas com que a violência ocorria em diversos contextos e ambientes de vivência humana. E assim, a violência segue a vida humana em sociedade, nos espaços de vivência social, seja no ambiente familiar ou de trabalho, inúmeras pessoas são vítimas e praticantes de atos violentos que infringem os direitos humanos e causam danos, muitas vezes, irreversíveis a qualidade de vida das pessoas.

A violência, apesar de corriqueira no nosso cotidiano, é um assunto difícil de falar por sua complexidade e multiplicidade de formas com que acontece, estando, todos nós à mercê de atos violentos, seja na rua ou em ambientes aparentemente seguros, ou ainda, que deveria proporcionar segurança e conforto aos cidadãos, no entanto, tal premissa é violada, fazendo inúmeras vítimas, independente de classe social, raça ou gênero, a violência é vivenciada e de tão frequente, é naturalizada, apesar de tão desumana e devastadora para uma sociedade.

E por falar em lugares que devem proporcionar segurança e que não haja violência, que tal ocorrência, vai contra a premissa que compete ao ambiente de educação formal, a escola tem esse papel de enfrentar todo e qualquer ato violento contra todas as pessoas que fazem parte do meio escolar, crianças, adolescentes, jovens e adultos, funcionários, pais de alunos, educando e prevenindo, inclusive, a violência extraescolar, visto que a escola é uma extensão da sociedade e é dever da

mesma realizar ações que reflitam para a melhoria de vida das pessoas e consequentemente, de toda a sociedade.

A violência escolar e os efeitos das práticas de bullying geram um impacto relevante nos aspectos sociais e econômicos, que segundo a Unesco (2019), ocasiona um custo de aproximadamente 19 bilhões de dólares por ano, em que 943 milhões podem estar relacionados a violência escolar e por isso o setor de educação deve dispor de uma resposta com ações para enfrentar essa realidade.

No Brasil, a violência é a causa principal da morte de jovens entre 15 e 29 anos, que no ano de 2021, os dados apontam que dos 47.847 homicídios ocorridos no Brasil, 50,6% eram jovens entre 15 e 29 anos (Ipea, 2023), que têm suas vidas retiradas de forma precoce, afirmado que os direitos humanos não são assegurados. Na Paraíba, apesar da taxa de homicídios de jovens nesta faixa etária terem diminuído nos anos de 2011 a 2021 (Ipea, 2023), apresentados no Atlas da violência referente ao ano de 2023, ainda continua alarmante, com dados mais específicos apresentados na subseção 2.3.

É pertinente salientar que os dados disponíveis enfatizam a letalidade, havendo a inexistência de dados registrados acerca das ocorrências de Violência Escolar, espaço onde há outros tipos e formas em que a violência se perpetua de forma oculta e assim, indispõe de dados para esses acontecimentos frequentes no cotidiano das escolas. Cabe frisar também que os recursos educacionais digitais disponíveis na Plataforma Integrada MEC sobre violência e violência escolar, possuem um quantitativo irrisório quanto a sua totalidade e efetivamente acessíveis, visto que, há uma elevada indisponibilidade a partir dos portais parceiros, abordados com intensidade na seção 4 (quatro).

A violência nas escolas se estabelece como uma problemática que necessita de atenção, considerando os prejuízos provenientes dos atos violentos na vida das vítimas, impactando imensamente em seu desenvolvimento humano, causando efeitos que violam os direitos fundamentais, garantias humanas estabelecidas a partir dos meios legais, como o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A violência é mencionada para fazer parte das ações delineadas no grande eixo da Educação Básica, que consta no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) para o apoio a implementação de projetos educativos e culturais nas escolas brasileiras, destinadas ao enfrentamento dos atos violentos motivados

pela discriminação e toda forma de violação de direitos no espaço escolar, também, através de programas e projetos realizados em rede; educação, assistência e proteção social, juntos na luta para que haja o enfrentamento da violência escolar, que é vivenciada de diversas formas no contexto escolar.

Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído através da Lei de nº 8. 069/1990, emergiu da ausência do reconhecimento das crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos e assim, tem a missão de proteger e garantir por meio da lei, os direitos fundamentais, como, direito à vida, saúde, educação, proteção, liberdade, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, cultura, lazer, dentre outros, que todo sujeito possui, especificamente, crianças (até 12 anos incompletos) e adolescentes (até os 18 anos de idade), logo, presume-se que toda sociedade civil, funcionários públicos e privados, famílias, Estado, ou seja, todos, têm absoluta responsabilidade para se fazer cumprir o bem-estar de todas as crianças e adolescentes do nosso país, para que vivam em uma sociedade que respeitem e priorizem seus direitos.

É pertinente dizer que a violência que acomete, especialmente, crianças e adolescentes em ambiente escolar tem crescido de maneira significativa e frequentemente as mídias tradicionais e digitais vem divulgando casos de ataques às escolas e/ou homicídios praticados entre alunos, expressando a presença da violência escolar que acontece, sobretudo, por meio do bullying e do cyberbullying, fazendo com que crianças e adolescentes causem ou sofram danos devastadores ou atentem contra a própria vida ou a vida de outra pessoa, resultando em morte, de modo especial, aos mais vulneráveis.

Os acontecimentos de violência escolar evidenciados frequentemente nos ambientes escolares, seja noticiados pelos meios digitais e televisivos, ou vivenciados no cotidiano escolar, nos revelam que a escola não tem alcançado seu papel de promover ambientes seguros e saudáveis, ao qual a sociedade prevê por ser um espaço educativo, de conhecimento e novas aprendizagens, lugar que deve ser de paz e boa convivência, não havendo espaço para usurpação de direitos e consequências devastadoras resultantes dos efeitos da violência escolar.

Para prevenir a violência escolar é importante enfatizar a necessidade de que o poder público assuma as responsabilidades que compete ao Estado, que a sociedade civil contribua para uma sociedade mais justa e igualitária, livre de violência e violação de direitos, e de forma particular e articulada, os profissionais

das escolas, com ênfase para os professores, supervisores e gestores escolares que exercem função significativa como agentes de transformação da realidade social e educacional.

A violência no contexto escolar, geralmente, é percebida apenas quando do ato violento que gera violência física irreparável, em caso de morte ou atentados com lesão corporal, quando, ainda, noticiados, causando alerta e mostrando urgência para um olhar de ações emergentes para enfrentar essa situação real de violência nas escolas. Esse olhar desatento para os atos violentos que não resultam em homicídios nas escolas, precisa ser tomado pelo cuidado que o tema necessita, para as mudanças que a problemática requer para uma sociedade justa e de direitos preservados.

É preciso ressaltar ainda que, alguns atos violentos acontecem de forma despercebida nas instituições de ensino, fazendo com que as escolas insistam em naturalizar comportamentos como xingamentos, empurrões, chutes, beliscões, que, muitas vezes nem é visto como bullying, mas sim, como “arengas” de crianças ou adolescentes, o que evidencia notadamente a falta de conhecimento dos profissionais da educação, para identificar e enfrentar a violência escolar por meio de ações educativas e formativas, e que vem transformando essa realidade tão lamentável que estamos enfrentando ao longo dos séculos e que se agrava ainda mais com o advento da internet e das tecnologias digitais.

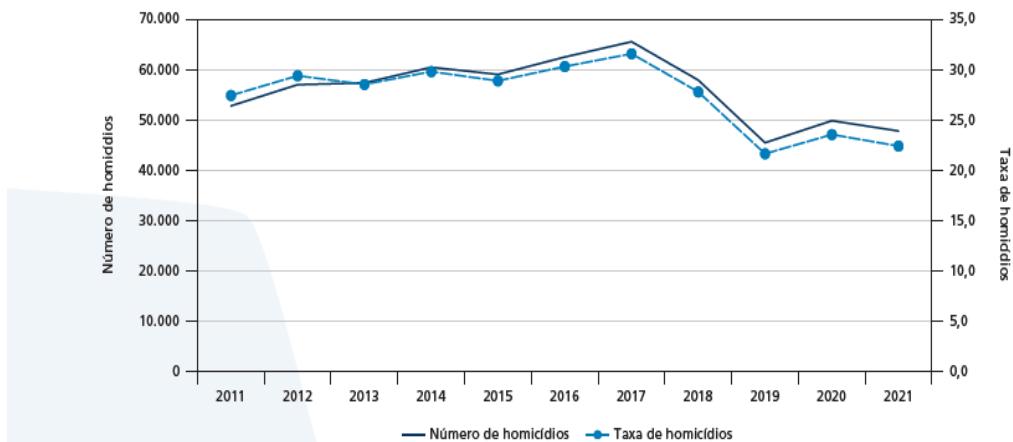
Dessa forma, considera-se que a formação docente permanente, preconizada no magistério, é necessária para o enfrentamento da violência escolar, que vem repercutindo e trazendo desafios para os caminhos que precisam ser percorridos para subsidiar as práticas educativas que respondam ao problema vivenciado, frequente e persistente, causando inúmeras vítimas e prejuízos na qualidade de vida das pessoas e do processo educacional, do desenvolvimento humano, social, político, cultural e econômico do nosso país, uma vez que, vidas são perdidas precocemente diante da violência, outras vítimas vivem consequências irreparáveis e significativas que interferem ao longo da vida. Com isso, é necessário conhecermos o panorama da violência escolar no Brasil.

2.2 Evidências da Violência Escolar no Brasil

Os altos índices e noticiários referentes a violência tem provocado momentos de tensão e medo na população mundial; e no Brasil, frequentemente, são vivenciados e noticiados casos de violências, que geram homicídios dolosos, feminicídios, latrocínios, lesões corporais, abuso sexual, atentados a escolas, professores e estudantes, fazendo inúmeras vítimas das muitas formas de violência, inclusive, contra crianças e adolescentes, nos mais diversos contextos sociais, incluindo o ambiente escolar.

Os homicídios se apresentam de maneira preocupante na conjuntura da violência no Brasil. “Segundo o Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2021 houve 47.847 homicídios no Brasil, o que corresponde a uma taxa de 22,4 mortes por 100 mil habitantes” (Ipea, 2023, p. 9). Podemos verificar a taxa e número de homicídios no Brasil nos anos de 2011 a 2021, a partir da Figura 01 a seguir.

Figura 01 – Número e taxa de homicídios no Brasil entre 2011 e 2021



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Atlas da Violência - 2023

Com isso, podemos verificar que apesar da redução da letalidade entre os anos de 2017 e 2019, ainda a partir do ano de 2019, que alcançou o patamar mínimo dos últimos anos, houve uma oscilação das taxas de homicídios, em que no ano de 2020 houve uma elevada, diminuindo no ano seguinte, o ano de 2021, que ainda com a redução, ficou acima da taxa mínima alcançada no ano de 2019.

No Brasil, a violência é responsável pela principal causa da morte de jovens entre 15 e 29 anos. No ano de 2021, “de cada cem jovens entre 15 e 29 anos que

morreram no país por qualquer causa, 49 foram vítimas da violência letal" (Ipea, 2023, p. 22). Ainda no ano de 2021, os dados apontam que dos 47.847 homicídios ocorridos no Brasil, 50,6% eram jovens entre 15 e 29 anos, que corresponde a 24.217 dos jovens brasileiros que tiveram suas vidas retiradas de maneira precoce, resultando em uma média de 66 jovens assassinados por dia no país (Ipea, 2023).

Considerando a série histórica dos últimos onze anos (2011-2021), foram 326.532 jovens vítimas da violência letal no Brasil. São centenas de milhares de indivíduos que não tiveram a chance de concluir sua vida escolar, de construir um caminho profissional, de formar sua própria família ou de serem reconhecidos pelas suas conquistas no contexto social em que vivem (Ipea, 2023, p. 22).

Apesar do crítico problema que assola a juventude brasileira referente às taxas de homicídios na população jovem do país, evidenciando a prática extrema de violência, vale salientar que alguns avanços podem ser observados quando comparados ao ano de 2020, houve queda de 6,2%, no número total de homicídios de jovens no ano de 2021. A taxa de homicídios a cada 100 mil jovens passou de 51,8 para 49,0, sinalizando uma redução de 5,4% em um ano (Ipea, 2023).

Em linhas gerais, o problema da violência afeta a população brasileira, especialmente, crianças e jovens, em que podemos acentuar altos números de homicídios no nosso país, afetando significativamente a qualidade de vida da sociedade, influenciando negativamente no índice de desenvolvimento da população do Brasil, que perde precocemente os jovens, uma vez que, desde a infância têm seus direitos negados, faltando-lhes condições de desenvolvimento, de boa educação para melhor formação cidadã e preparo para o mercado de trabalho, devido ao descompromisso com a infância e a juventude, ocasionando uma nação com futuros e sonhos interrompidos, perdendo possíveis contribuições para a cidadania brasileira.

Isso demonstra que, a violência contra crianças e adolescentes no Brasil, merece uma atenção especial, sobretudo, por causar danos irreparáveis em suas diversas formas de violência, em qualquer espaço, idade ou classe social, acometendo inúmeras vítimas, comprometendo o seu desenvolvimento saudável e seus direitos fundamentais, estabelecidos especialmente, por meio do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei de nº 8. 069/1990. "A violência contra crianças e adolescentes é um fenômeno complexo, influenciado por fatores culturais, sociais e econômicos" (Ipea, 2023, p. 27).

O Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, é uma Lei Federal, que a partir do dia 13 de julho do ano de 1990, afirma a criança (até 12 anos incompletos) e o adolescente (entre 12 a 18 anos), excepcionalmente, pessoas entre 18 e 21 anos de idade, como sujeitos de direitos, que até então, não eram reconhecidos e em razão disso, crianças e adolescentes não tinham voz nem vez perante a sociedade. Logo, o ECA se institui para garantir a proteção integral dos direitos das crianças e adolescentes, com garantias específicas, reconhecendo-os como indivíduos em desenvolvimento contínuo, que merece atenção, proteção e garantias fundamentais para ter condições de se desenvolver com dignidade humana.

A proteção integral é ressaltada inicialmente no Art. 1º do Estatuto da Criança e do Adolescente, que diz que a lei dispõe de proteção integral à criança e ao adolescente (Brasil, 1990). Presume-se que toda criança e adolescente, que têm suas especificidades psicológicas, físicas, motoras, dentre muitas outras, que diz respeito aos seres humanos em desenvolvimento, terão assegurados pelos adultos, minimamente, os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, que se refere ao direito “à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária” (Brasil, 1990) para que tenham uma boa formação cidadã e progressão física, moral, psicológica, social, cultural e política.

Com efeito, a referida lei que comemora no ano de 2024, seus 34 anos de vigência e muitas alterações que complementam e beneficiam a inúmeras crianças e adolescentes do nosso país, os colocando como prioridade absoluta, precisa avançar para transformar a realidade no Brasil, quando, o direito à vida, primordial para garantir todos os outros, é violado, diante de altos números de homicídios de crianças e adolescentes no Brasil.

No Brasil, entre 2011 e 2021, foram vítimas de violência letal, 2.166 crianças de 0 a 4 anos de idade, 7.396, entre 5 e 14 anos, 97.894, entre 15 a 19 anos, ou seja, 38,5% dos óbitos entre adolescentes em 2021, tendo como principal causa a violência doméstica, com cerca de 2 em cada 3 casos, de 0 a 14 anos; 1 em cada 2 casos, de 15 a 19 anos (Ipea, 2023).

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral, do poder público, assegurar de forma absoluta, a efetivação dos direitos fundamentais, no entanto, a realidade dos fatos, ocorrências e dados evidenciados pelos institutos de pesquisa

mostram que os direitos são violados e muitas crianças e adolescentes são perdidas de maneira precoce e a sociedade recebe os reflexos da não efetivação plena da lei de nº 8. 069/1990.

Ainda no Brasil, a alimentação e a moradia são vivenciadas de maneira precária, afetando o crescimento de muitas crianças e adolescentes, que as desigualdades sociais contribuem para tê-las ausentes da escola e assim, o direito à educação lhes é tirado. A convivência familiar é outro fator que afeta muitas crianças e adolescentes, que sofrem violência doméstica, a principal causa de homicídios contra crianças e adolescentes no Brasil, conforme o Atlas da Violência (2023). Vemos o respeito e a dignidade humana serem invadidos cotidianamente quando todos os outros não são assegurados, fazendo com que a infância e a juventude sofram os efeitos da falta de compromisso de todos àqueles que estão incumbidos por fazê-los perante a lei.

Outro problema que viola direitos e causa danos para a infância e juventude no nosso país se refere a violência sexual, em que a “concentração de notificações se inverte e a grande maioria dos jovens violentados foram as crianças pequenas (0 a 4 anos) e as crianças de 5 a 14 anos, com proporções de 41,3% e 39,9%, respectivamente” (Ipea, 2023, p. 33). As crianças são mais vulneráveis em todas as idades, no entanto, as crianças menores se tornam mais expostas pela pouca força física que dispõem, por não terem conhecimento e maturidade suficientes para entender que estão sendo vítima de violência sexual, especialmente, quando os autores são pessoas as quais confiam.

Isto posto, convém ressaltar que o Art. 5º do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA diz que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais” (Brasil, 1990). Face ao exposto, vemos que o descumprimento do Art. 5º do ECA, faz muitas crianças e adolescentes sofrerem consequências danosas, que afetam sua evolução humana e a sociedade carrega resultados negativos da violência.

Dos mais diversos espaços e contextos em que a violência contra crianças e adolescentes acontecem, o ambiente escolar está apresentando práticas de atos violentos que vem causando medo, insegurança, a apreensão da sociedade, quando, a escola, que é considerada um ambiente seguro, está perdendo a sua

essência, de ambiente protetivo, saudável, acolhedor e de desenvolvimento integral dos sujeitos. “A violência na escola não é um fenômeno novo, mas suas formas ganham delineamentos contextuais diversos” (Ipea, 2023, p. 36), e os frequentes ataques a escolas, findam vidas e sonhos, de maneira lamentável e desesperadora para toda a sociedade.

A violência que adentra o ambiente escolar acontece de muitas formas. “Às violências interpessoais entre estudantes e aos usos excessivos da autoridade por professores, somam-se os homicídios, estupros, agressões com armas ou não, furtos, ataques e insultos aos professores etc.” (Ipea, 2023, p. 36) e a escola, enquanto instituição educativa e formativa, precisa estar preparada para enfrentar e prevenir a violência dentro e fora de suas dependências.

O problema da violência na escola pode ser interpretado à luz das múltiplas violências associadas. Essa violência é realizada, em geral, por jovens e, ao mesmo tempo, vitimiza jovens vulnerabilizados por condições econômicas e de classe e por situações familiares de desproteção social. A violência, nessas situações, se desdobra potencialmente, e não de forma automática, por um lado, em agressão física e material, quando, além do sofrimento psicológico, causa ferimentos corporais, tendo como limites extremos o homicídio e o suicídio; por outro lado, tem-se violência simbólica, como *bullying*, insultos, agressões verbais e físicas de menor gravidade. Ambas as formas de violência atravessam a escola de ponta a ponta (Ipea, 2023, p. 36).

Embora a violência vitimize muitas pessoas independente de questões econômicas, sociais e culturais, cabe frisar que as vulnerabilidades advindas do fator pobreza é uma das condicionantes da violência vivenciadas cotidianamente em um país em que as desigualdades sociais estão presentes e contribuem para a violência, inclusive, para a violência escolar, fazendo crianças e adolescentes de autores e vítimas dos mais diversos atos violentos, impactando no resultado da educação e do bem-estar dos indivíduos em desenvolvimento.

Uma prática constante de violência nos espaços escolares se configura como *bullying*, expressando preconceito, discriminação e intolerância nas especificidades de cada ser humano, em sua raça, etnia, gênero, classe social, modos de ser e de vestir-se, bem como, suas características físicas, individuais de cada sujeito. O *bullying* “retrata-se na forma de agressão moral, psicológica e física e aparece em formas verbais (xingamento, insultos, chacotas, difamação etc.) ou físicas (agressões, ameaças ou intimidação)” (Ipea, 2023, p. 36).

Com relação a proporção de escolares do nono ano do ensino fundamental que sofreram bullying nos últimos trinta dias, por capital de Unidade da Federação – Brasil, João Pessoa – PB, está entre as 3 capitais “[...] com maior proporção de escolares que relataram formas de *bullying*, prática que atingiu quase metade dos escolares. Apesar de ser uma violência pouco visível, é de se notar a alta frequência ou prevalência que a caracteriza” (Ipea, 2023, p. 36).

O bullying também acontece por meio de práticas violentas no meio digital, denominado por cyberbullying, os autores utilizam-se de celulares, computadores e outros dispositivos, para discriminar, ofender, assediar, humilhar, excluir, dentre outros, através de mensagens e imagens, inclusive, recorrendo a perfis falsos, criando barreiras para sua identificação, de forma covarde e maldosa. “Os dados indicam que a proporção dos estudantes que foram objeto de *cyberbullying* é apenas ligeiramente superior no ensino médio (13%) em comparação ao ensino fundamental (12,6%)” (Ipea, 2023, p. 37).

Uma pesquisa realizada por Araújo et al. (2012) com amostra de 177 adolescentes de uma escola pública da cidade de João Pessoa, Paraíba, com idades entre 12 e 18 anos, a maioria do sexo feminino (51%), revelaram que “57,8% dos alunos reportaram não se sentirem seguros na escola. A maioria deles indicou ter um bom relacionamento com os pares, perfazendo um percentual de 64,6%” (Araújo et al., 2012, p. 246).

Na compreensão dos alunos, o fenômeno da violência escolar pode se apresentar, dentre diversas ações, nas atitudes de roubar, matar, machucar, brigar, dar murros, xingar e falar palavrão (Araújo et al., 2012). Ainda para os estudantes, um dos fatores que desestruturam as relações na escola é o assédio, vista como sinônimo da violência escolar. (Araújo et al., 2012)

Nesse sentido, a violência escolar pode ser vista como uma *bagunça* que afeta a vida do *aluno* e que é sustentada pelo *abuso* de poder, pela *falta de educação e de respeito* para com o outro, sendo elemento crucial para a manutenção das relações pautadas nos sentimentos de *ódio, dor e lamento (choro)* (Araújo et al., 2012, p. 246).

Para Araújo et al. (2012, p. 248) “faz-se mister um olhar prioritário do Estado para a (re)formulação de políticas públicas eficazes para o enfrentamento do fenômeno nos âmbitos da educação e da saúde pública”. Como um fenômeno complexo e com características variadas e peculiares, a violência escolar precisa ser estudada, discutida, para ser pauta de mudanças educacionais, sociais, culturais e

políticas, que fundamentarão novas práticas e comportamentos por meio de ações e conhecimento sobre o assunto, pois, para enfrentar e cessar a violência é preciso conhecer e reconhecer atos violentos. Desse modo, são trazidas as evidências da Violência Escolar no Estado da Paraíba na seção a seguir.

2.3 Evidências da Violência Escolar na Paraíba

Em relação ao Estado da Paraíba, é possível a partir do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e por meio do Atlas da Violência com dados anuais acerca da violência, dispor de dados gerais acerca da violência. No entanto, referente à violência escolar, não há a disponibilidade de registros que evidenciem mediante dados quantitativos, como este fenômeno tem ocorrido nos espaços escolares ao longo do tempo, não sendo possível mensurar os seus efeitos.

Com relação à taxa de homicídios de jovens na faixa etária de 15 a 29 anos, por Unidade Federativa do Brasil, a Paraíba, entre os anos de 2011 e 2021, tem apresentado significativa diminuição, apresentando em 2011, a taxa de (915), 2012 (901), 2013 (893), 2014 (869), 2015 (828), 2016 (699), 2017 (709), 2018 (652), 2019 (441), 2020 (527) e no ano de 2021 (524) (Ipea, 2023). Todavia, ainda é alarmante o quantitativo de jovens que têm suas vidas retiradas precocemente.

Isto posto, convém ainda enfatizar que os dados acerca da violência apresentados referente ao Estado da Paraíba, trazem elementos que revelam especificamente os altos índices de mortalidade, especialmente entre crianças, adolescentes e jovens, dentre outros tipos de violência, no entanto, é inexistente a exposição de dados evidenciados a partir de registros no que concerne a violência escolar. A situação de inexistência de dados se repete no que diz respeito ao município de Santa Rita-PB, que não há registros sobre os casos de violência escolar e isso ratifica a necessidade e relevância que o tema constitui para as mudanças nas práticas cotidianas e levantando-se o compromisso, a responsabilidade e a função social da escola no efetivo enfrentamento da violência escolar, a partir de registros que considerem as tipologias de violências.

Diante de uma problemática tão opressora e frequente, a violência perdura desde a antiguidade até os dias atuais, sendo um tema de extrema importância e necessidade de estudos, para que a cada dia se tenha mais conhecimento para enfrentar e combater o que vem destruindo famílias, pessoas, em diversos contextos

e espaços de convivência, sem deixar de enfatizar as inúmeras possibilidades de uso das tecnologias digitais como ferramenta para auxiliar o trabalho pedagógico dos professores no enfrentamento das violências nas escolas e especificamente, a sala de aula como instrumento para tais ações.

Para tanto, vamos ressaltar aqui a necessidade de formação permanente para os docentes, que precisam de conhecimento, habilidades e competências necessárias às ações de enfrentamento das violências em seus tipos e formas com que acontecem e acometem o ambiente escolar, bem como, possuir informações seguras e mecanismos para intervir nos efeitos negativos de tais práticas de violência no âmbito escolar e extraescolar, formando para a vida e não às violências.

Pensando em contribuir para o enfrentamento da violência escolar, com as mudanças nas quais se almejam para as escolas e para toda a sociedade, em meio a um mundo cada vez mais globalizado, tecnológico, informatizado e com ferramentas digitais eficazes, como as TDCIs (Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação) é que se considera pertinente a inquietação sobre como Recursos Educacionais Digitais (RED's) podem contribuir para a formação permanente de professores da Educação Básica no enfrentamento da Violência Escolar?

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Investigar pressupostos teórico-metodológicos e conceber um modelo conceitual para a construção de Recursos Educacionais Digitais (RED's) a serem disponibilizados na Plataforma Integrada MEC, visando à formação permanente de docentes da educação básica sobre a violência escolar.

3.2 Específicos

1. Construir as bases conceituais e teóricas para subsidiar a produção dos Recursos Educacionais Digitais (RED's);
2. Diagnosticar os RED's disponíveis no acervo da Plataforma Integrada MEC sobre violência escolar;
3. Projetar e prototipar dois RED's inovadores sobre violência escolar, destinados à formação permanente de professores da Educação Básica, sendo um conteúdo hipertextual (e-Book) e um conteúdo audiovisual (Infovídeo).

4 METODOLOGIA

Nesta parte do trabalho, encontra-se descrita a metodologia utilizada para o mapeamento do estado do conhecimento, da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, a busca de informações complementares e as diretrizes adotadas para a elaboração do PTA.

4.1 Tipo de Pesquisa

A pesquisa científica pode ser marcada como a execução de uma investigação programada mediante métodos e técnicas consideradas em cada área de conhecimento (Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012). Para este estudo adotou-se o tipo de pesquisa exploratória, que tem como objetivo “proporcionar maior intimidade com o fenômeno estudado” (Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012, p. 69).

A pesquisa de tipo exploratória compõe a etapa inicial de toda pesquisa científica (Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012, p. 69). Esse tipo de pesquisa busca levantar informações e contribuir com a investigação, possibilitando maior proximidade do pesquisador com o objeto de estudo. “Esse tipo de pesquisa visa buscar informações detalhadas sobre determinado assunto investigado no intuito de familiarizar-se ou obter nova percepção do fenômeno” (Brennand; Medeiros; Figueiredo, 2012, p. 69).

À vista disto, foi realizada a busca nos bancos de dados científicos, Scielo, Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Foi analisado os recursos educacionais digitais disponíveis para contribuir com a formação permanente de docentes para o enfrentamento da violência escolar. Para além, foram realizadas leituras complementares acerca dos documentos oficiais que respaldam a legislação brasileira, disponibilizados no site do Ministério da Educação, em instituições que ofertam dados qualitativos e quantitativos, como: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), dentre

outras leituras complementares consideradas pertinentes e necessárias para contemplar a composição desse Projeto Técnico Aplicado (PTA).

Com efeito, na seção 4.2 é delineado o mapeamento do estado do conhecimento do presente trabalho.

4.2 Mapeamento do Estado do Conhecimento

Para a construção do estado do conhecimento foram utilizadas as bases de dados de documentos científicos Scientific Electronic Library Online (SciELO), que consiste em uma biblioteca virtual com periódicos científicos brasileiros, em configuração eletrônica; Google Acadêmico, que é uma plataforma de busca online, proporcionada pelo Google, sendo uma ferramenta que disponibiliza artigos, teses, dissertações, dentre outros gêneros de origem acadêmica; e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne e disponibiliza em portal único, teses e dissertações defendidas em instituições de ensino e pesquisa, brasileiras e no exterior, quando, defendida por brasileiros nos demais países, disseminando a produção científica.

As buscas do estado do conhecimento sobre os temas “Violência” e “Violência Escolar” contemplaram o período de março a junho do ano de 2024, etapa de estudo destinada à revisão da literatura disponível nas bases de periódicos considerados de cunho científico relevante. Foram determinantes para os conhecimentos, informações e conceitos fundamentais a esta investigação, apresentados a seguir: A partir do periódico Google Acadêmico - “Conceito de violência na sociologia”, foram expostos 35.400 resultados; descritor “Conceito de violência na psicologia”, apresentando 41. 100 resultados; descritor “Conceito de violência na filosofia”, contendo 38. 800 respostas.

Na base de dados SciELO – Scientific Electronic Library Online, partindo do descritor “Conceito de Violência Escolar”, foram apresentados 15 resultados. Ainda nesta base, através do descritor “Conceito de Violência Escolar na Psicologia” foram disponibilizados 3 resultados. Para os descritores “Conceito de Violência Escolar na Filosofia” e “Conceito de Violência Escolar na Sociologia”, não foram apresentados resultados. A busca realizada por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BD TD, utilizou-se os descritores “Conceito de Violência na Filosofia”,

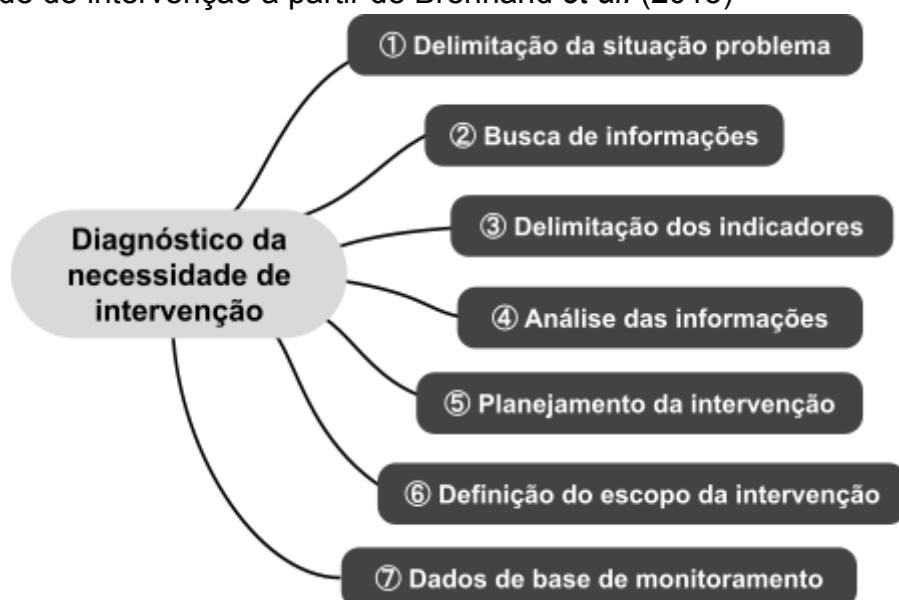
apresentando 156 resultados; “Conceito de Violência na Psicologia”, resultando em 258 resultados; “Conceito de Violência na Sociologia” contemplando 167 resultados.

A seleção dos arquivos oriundos das buscas pela literatura disponível nos periódicos a partir dos descritores citados acima e considerados relevantes para esta pesquisa, foi realizada de modo a apreciar os mais pertinentes através da leitura dos títulos, seguido dos resumos e palavras-chave. Os documentos científicos baixados e utilizados foram essenciais para subsidiar todo o percurso percorrido na construção do conhecimento e do presente Projeto Técnico Aplicado - PTA.

4.3 Configuração do Projeto Técnico Aplicado

Ademais, a elaboração do presente PTA tem como embasamento as Diretrizes para confecção de Teses/Dissertações do PPGOA (Brennand *et al.*, 2015), que versa sobre a elaboração de um PTA e apresenta a metodologia para a construção de um PTA. Conforme as Diretrizes (Brennand *et al.*, 2015), são elementos constantes para a construção de um PTA: delimitação da situação problema, busca de informações, delimitação de indicadores, análise das informações, planejamento da intervenção, escopo, dados de base. A Figura 02 ilustra o percurso metodológico do presente trabalho.

Figura 02 – Percurso de diagnóstico da situação problema para a identificação da necessidade de intervenção a partir de Brennand *et al.* (2015)



Fonte: Elaboração pela autora (2024) a partir de Brennand *et al.* (2015).

O percurso de diagnóstico acerca do objeto deste estudo para a necessidade de intervenção e seu planejamento contempla sete (07) etapas, conforme ilustrado na Figura 02. Com vistas às fases a serem realizadas para materializar o Projeto Técnico Aplicado, conforme Brennand *et al.* (2015), o percurso percorrido encontra-se descrito nas subseções a seguir, com destaque para o Diagnóstico Preliminar do Problema.

4.4 Diagnóstico Preliminar do Problema para a Construção do PTA

O diagnóstico preliminar do problema para a construção do presente PTA é constituído de sete (07) etapas e inicia-se com a delimitação da situação problema.

4.4.1 Delimitação da Situação Problema

Conforme já abordado na Seção 2, no que concerne à contextualização do problema do presente trabalho, e levando-se em consideração a primeira premissa para a construção de um PTA de acordo com Brennand *et al.* (2015, p. 12), sublinham-se aqui as inquietações nos contextos social e escolar, devido à frequência e amplitude em que os casos de violência vêm acontecendo, apontando para uma sociedade cada vez mais violenta refletindo nos ambientes escolares e causando medo e falta de segurança nos espaços de educação formal, aos quais, têm a premissa de ser um lugar seguro, de boa convivência e segurança, para que assim, o ensino e a aprendizagem possa acontecer de forma eficaz, saudável e proveitosa, capaz de promover o desenvolvimento integral de todas as crianças e adolescentes, bem como, proporcionar ambientes tranquilos, seguros e saudáveis para todos que compõem a comunidade escolar. De acordo com Brennand *et al.* (2015), deve-se explicitar na estrutura do PTA.

Para isso, as escolas precisam contar com profissionais preparados para o enfrentamento da violência escolar, mediante formação permanente que contemple

ações e práticas pedagógicas voltadas para as mudanças que o cenário de violência vem apontando, ocasionando prejuízos humanos e impactando negativamente o desenvolvimento da sociedade. Assim, convém destacar o docente, com importante papel que exerce no contexto escolar e as tecnologias digitais como aliadas nessa indispensável jornada de novos conhecimentos e realizações em favor de uma sociedade e uma escola livres da violência e dos danos que ela traz.

Por meio da atuação profissional na docência, esta pesquisadora vivencia situações de violência, em que crianças se agridem fisicamente e verbalmente, bem como, as práticas de bullying que são constantes e vistas como “arengas”, passando despercebidas, muitas das vezes, sem a percepção dos prejuízos que tais práticas violentas causam na vida das crianças. Diante disso, é extremamente urgente a formação permanente dos profissionais que atuam nos ambientes escolares, sobretudo, os profissionais do magistério, que devem realizar práticas pedagógicas direcionadas para o enfrentamento da violência nas escolas. “O § 1º do art. 62 da LDB define que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios, em regime de colaboração, deverão promover a formação inicial, a continuada e a capacitação dos profissionais de magistério” (Brasil, Resolução CNE/CP, Nº 1, 2020).

Acontece que, a formação continuada proposta nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica, para proporcionar a capacitação do magistério, no que diz respeito ao enfrentamento da violência nos ambientes escolares, ainda é um desafio para as instâncias públicas que precisam falar sobre, planejar e executar ações voltadas para o problema social e educacional que invadem os espaços educativos, que são os atos violentos, frequentes nos cotidianos das escolas brasileiras.

Isto posto, tem-se que a formação permanente dos profissionais do magistério é uma necessidade, prevista na legislação educacional brasileira e a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais é uma ferramenta grandiosa, capaz de contribuir para tal formação, à medida que, disponibiliza um espaço digital, de alcance para todos, podendo conter materiais/recursos pedagógicos de muitos tipos, dentre eles, vídeo, áudio e texto, destinados à formação permanente de professores.

Para contemplar o diagnóstico do problema, foram realizadas buscas de informações para subsídio à construção desse Projeto Técnico Aplicado, vide seção 4.4.2.

4.4.2 Busca de Informações

Conforme já explicitado no mapeamento do estado do conhecimento, contido na seção 4 (quatro), para a realização do diagnóstico foram realizadas buscas nos bancos de dados científicos, Scielo (Scientific Electronic Library Online), Google Acadêmico e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Também foram realizadas buscas na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, para analisar os recursos digitais disponíveis a partir dos descritores “Violência” e “Violência Escolar” para contribuir com a formação permanente de docentes da Educação Básica para o enfrentamento da violência escolar.

Para complementar o diagnóstico foram realizadas buscas e leituras acerca dos documentos oficiais que respaldam a legislação brasileira e versam sobre a garantia de direitos humanos, especialmente, das crianças e adolescentes, como por exemplo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), disponibilizados por meio do site do Ministério da Educação, dados apresentados por meio de entidades que ofertam elementos qualitativos e quantitativos, como: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Iddeb), relevantes e imprescindíveis para contemplar este Projeto Técnico Aplicado.

É pertinente ressaltar que enquanto profissional da docência, em escola da rede pública de ensino municipal, tenho a vivência cotidiana que indica uma realidade que perpetua no contexto escolar, que apontam para a conjuntura de que muitas são as formas e situações em que a violência se faz presente nas atitudes e ações das pessoas, especialmente, no ambiente da sala de aula, desde as agressões verbais vistas como “arengas”, brigas entre crianças e adolescentes, agressões físicas, como, empurrões, beliscões, puxões de cabelo, chutes ou “brincadeiras” que machucam e prejudicam o desenvolvimento humano e das

atividades escolares. Outra forma de violência presente nos espaços escolares diz respeito ao bullying, minimizado pelos adultos e profissionais da educação, quando não prestam as devidas atenções e práticas educativas de conscientização e enfrentamento dessa forma de violência que muito afeta o progresso dos seres humanos em desenvolvimento (crianças e adolescentes).

Isto posto, a inquietação gera propósitos e as possibilidades de transformação nos motiva a pretensão de contribuir para a melhoria dos ambientes sociais e educacionais. Para tanto, foi primordial realizar buscas para conhecer as funcionalidades da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, quais conteúdos educacionais digitais podem ser inseridos, quais já estão disponíveis ou não, como é a Plataforma, para que se destina e quais suas possibilidades; em que toda pesquisa foi guiada no que diz respeito aos descritores “Violência” e “Violência escolar”, contemplados no direcionamento para este estudo, a partir da realização do cadastro na Plataforma, mediante criação de e-mail e senha.

A partir de pesquisa realizada na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, utilizando os descritores “Violência” e “Violência escolar”, foi possível verificar sua capacidade diante da possibilidade de alcance, por seu formato tecnológico, que de forma digital proporciona acesso e utilização a quem se interessar, ainda que, os registros atuais nos mostram pouca efetividade dos conteúdos disponíveis, inclusive, diante da impossibilidade de abrir e baixar a maioria dos recursos apresentados.

Assim, a autoria docente para a produção e inserção de materiais pedagógicos (audiovisuais educativos) na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, é imprescindível para contribuir com a formação permanente de professores da educação básica com vistas ao enfrentamento da violência escolar, potencializando o acesso e uso de recursos hipermediáticos na educação, com interatividade e participação efetiva, visto que, a referida Plataforma é uma ferramenta tecnológica construída por e para professores.

4.4.3 Delimitação dos Indicadores do PTA

Os indicadores são elementos fundamentais para amparar o diagnóstico da situação problema e fornecer informações relevantes para as ações futuras. Com

isso, os indicadores para este estudo foram constituídos a partir de duas fases centrais, quais sejam, contemplando o estudo do conhecimento à luz da literatura disponível, conforme seção 5 (cinco) do presente trabalho, bem como, examinando a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, enfatizando suas funcionalidades, a partir dos recursos educacionais disponíveis por meio dos descritores “Violência” e “Violência escolar”, explorando acerca das possibilidades de inserção de conteúdos audiovisuais educativos, que contemplem a formação permanente de docentes da educação básica para o enfrentamento da violência escolar. Também encontram-se mensurados os indicadores sobre os docentes da rede pública municipal de Santa Rita - PB, com base nos dados do Censo Escolar. Sobre os indicadores da Plataforma e da Educação Básica, estes encontram-se mensurados na seção 4.4.9 que versa sobre o campo empírico do PTA.

4.4.4 Análise das Informações

Neste tópico, apresenta-se a análise inicial da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, realizada de maneira quanti-qualitativa para subsidiar o diagnóstico, visando compreender o contexto do problema de pesquisa. Nesse sentido, destaca-se que “O processo da análise de informações deve estar em rigorosa relação com a resposta buscada para elucidar a situação problema” (Brennand *et al.*, 2015, p. 14).

A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, traz menus que facilitam sua utilização, mostrando a parceria em sua construção, com a proposta de reunir e disponibilizar recursos educacionais digitais em um só lugar, otimizando tempo e possibilitando a colaboração entre docentes da Educação Básica de todo o Brasil, que podem contribuir para a melhoria da qualidade da Plataforma e dos recursos disponíveis.

O conteúdo disponibilizado a partir dos descritores “violência” e “violência escolar” trazem as temáticas em sua amplitude e complexidade, se estendendo para violência contra crianças, adolescentes, mulheres, idosos, no futebol, na escola, com indicador para as vulnerabilidades sociais, para a violência doméstica, tráfico de drogas, violência simbólica, bullying, violência contra professores, mostrando que a

violência está presente nos mais diversos espaços e contextos, que é uma preocupação para a sociedade, vivenciados cotidianamente, por inúmeras pessoas.

Com base nos recursos abertos e baixados, foi possível verificar que são recursos digitais de baixa resolutividade, com conteúdos inseridos sem planejamento e objetividade, lançados sem evidências de propósitos educativos e/ou formativos, em que não evidencia recursos publicados a partir de autoria docente, contemplando o enfoque da Plataforma, construída por e para professores. Dessa forma, a proposta deste estudo traz um caráter transformador para um ambiente virtual que precisa ser usufruído em sua completude e capacidade de abrangência e contribuição educacional.

4.4.5 Análise da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais

Nesta seção são apresentadas as considerações gerais acerca da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, para analisar quais os recursos disponíveis abordando os temas “Violência” e “Violência Escolar”, descrevendo as principais funcionalidades da Plataforma, números gerais de alcance e os conteúdos atualmente disponíveis para fortalecer projetos pedagógicos sobre os temas citados anteriormente.

4.4.5.1 *Caracterização da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais*

A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, de titularidade do Ministério da Educação - MEC, surgiu em outubro do ano de 2015 e foi desenvolvida numa parceria coletiva entre a Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professoras (es) da Educação Básica de todo o Brasil (Mec). A proposta da Plataforma é de juntar e disponibilizar em espaço único, os Recursos Educacionais Digitais dos principais portais/sites de busca, para facilitar e melhor promover a aprendizagem nos ambientes escolares, especialmente, no contexto da sala de aula (Brasil, Ministério da Educação).

Para contribuir com a facilidade e rapidez nas buscas por Recursos Educacionais Digitais, a plataforma dispõe dos principais portais abertos, otimizando tempo, na busca por apoiar o uso de Recursos Educacionais Digitais, dentro e fora da sala de aula, oportunizando a inclusão de práticas pedagógicas de forma lúdica e tecnológica, auxiliando a professores, gestores, alunos e toda comunidade escolar, no processo de ensino e aprendizagem.

A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais é um espaço dinâmico, aberto e destinado a todos que se interessam pela escola e pela cultura digital (Brasil, Ministério da Educação). Os professores têm a oportunidade de encontrar Recursos Educacionais Digitais como uma ferramenta de alcance dos objetivos de suas aulas; os alunos têm a disponibilidade de um excelente instrumento para complementar seus estudos, gestores têm a oportunidade de realizar coletivamente, ações e projetos pedagógicos a partir do uso de recursos digitais, bem como, toda comunidade escolar tem a chance de encontrar recursos digitais e materiais de formação destinados a melhoria das práticas educativas e da aprendizagem.

Cabe frisar que a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, é um ambiente construído por professores e para professores e assim, oportuniza a publicação de materiais/recursos digitais, o compartilhamento de recursos de outros autores, bem como, relatos de experiências referente ao uso dos recursos digitais disponíveis na plataforma. Dessa forma, a plataforma é uma rede colaborativa, idealizada por pessoas e para pessoas.

Através da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, é possível realizar a publicação de Recursos Educacionais Digitais, inicialmente, a partir da efetivação de cadastro e posteriormente, por meio do Termo de Adesão à Plataforma. Para criar uma conta, o usuário deve clicar no botão “cadastre-se” na página inicial da plataforma, utilizando um endereço de e-mail e criando uma senha. Para adesão da plataforma é necessário aceitar os Termos de Uso, que regulamenta as regras de funcionamento da plataforma, os serviços disponíveis e o que se espera de seus usuários.

É considerado usuário, toda pessoa que acessar o portal.mec.gov.br, seja o acesso para pesquisa ou para a inclusão de dados e informações, com a

participação mediante cadastro. Os Termos de Uso trazem as políticas de responsabilidade, de privacidade e confidencialidade, a licença de uso do conteúdo e as informações a respeito de como reportar as violações. Para uso da Plataforma Integrada MEC RED é indispensável o aceite das condições estabelecidas e elencadas nos Termos de Uso. Todo serviço ou ferramenta que permita a interatividade com o usuário é entendido como uma funcionalidade da plataforma, em que permite ao usuário subir um recurso, postar um comentário, curtir e seguir coleções, dentre outras possibilidades.

A partir da realização de cadastro na plataforma, os usuários terão à sua disposição um maior número de funcionalidades, com ferramentas de comunicação e interação, possibilidades de realizar upload e download, criação, consulta e acompanhamento de coleções de tais recursos digitais disponibilizados por outros autores. Com ênfase, aos professores cadastrados e identificados, é oportunizado a inserção de Recursos Educacionais Digitais na Plataforma Integrada MEC RED via upload no serviço repositório.

Com isso, aos professores que desejarem depositar Recursos Educacionais Digitais na plataforma e ter sua identidade verificada, será necessário identificar a escola da rede em que atua, tendo a informação verificada por meio do Censo Escolar. O conteúdo disponibilizado na plataforma é de inteira responsabilidade do usuário e deve ser de cunho educacional e de acordo com o assunto em que estão inseridos, em conformidade com os Termos de Uso da Plataforma.

A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, funciona como repositório (sítio na Web que armazena conteúdos diversos, como: texto, áudio, vídeo, multimídia, etc.), funcionando como o armazenamento de uma cópia do recurso educacional. Todos os conteúdos depositados na plataforma têm uma licença livre e são considerados recursos educacionais abertos. Ainda no repositório, é disponibilizado recursos educacionais digitais e materiais de formação ofertados em seu acervo. Também é permitido aos usuários, através do repositório, depositarem, fazerem upload de recursos e materiais a serem armazenados na plataforma, à medida que façam cadastro, disponibilizem as informações necessárias no momento da publicação e respeitem as regras estabelecidas nos Termos de Uso.

A Plataforma também funciona como referatório por meio de sítio na Web que indica ou aponta para conteúdos variados disponíveis em sites externos, não armazenados na Plataforma Integrada MEC RED, que apenas direciona e referencia a recursos e materiais por meio de um link, que destina-se a conteúdos abertos ou fechados, ofertados por terceiros, mediante a adesão de critérios específicos definidos pelo Ministério da Educação - MEC.

Para concluir, é preciso acentuar acerca da licença de uso do conteúdo, presente nos Termos de Uso da Plataforma, enfatizando que todo usuário que desejar utilizar a Plataforma Integrada MEC RED como repositório, precisará garantir que detém todos os direitos e autorizações para a publicação dos conteúdos e deverá escolher uma das licenças Creative Commons apresentadas no formulário no momento de cadastro do material. Desta forma, para este estudo será escolhido a licença CC - BY - NC - SA, a qual permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado na plataforma, para fins não comerciais, desde que atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

4.4.5.2 Análise dos Recursos Educacionais Digitais disponíveis na Plataforma Integrada MEC abordando os temas violência e violência escolar

Em pesquisa realizada na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, quanto ao descritor “Violência”, foram encontrados 1.042 recursos, de modo geral. A Plataforma dispõe de filtros para busca e ao utilizar o filtro “Tipos de Recurso”, ao selecionar vídeos, foram apresentados um total de 53; para áudios obteve-se um total de 5 arquivos encontrados; e, para textos, um total de 3 arquivos. Na página inicial da plataforma, no menu “Buscar”, é possível digitar o que se está buscando e posteriormente, após os recursos encontrados, aplicar os filtros disponíveis (Componentes curriculares; Tipos de recursos; Etapas de ensino; Idiomas; Palavra chave).

Dos primeiros 12 vídeos apresentados a partir da busca pelo descritor “Violência” foram publicados na Plataforma nos anos de 2017, sendo 5 deles; apenas 1 no ano de 2018; 5 vídeos no ano de 2019 e 1 vídeo no ano de 2021. Convém ressaltar que do total de 53 dos vídeos apresentados, a maioria são de

domínio do Portal TV Escola, aos quais não foi possível o acesso via link, pois, ao clicar na opção abrir recurso a página/site direcionado está indisponível. Dos 12 primeiros vídeos apresentados, se teve acesso a 2 deles, que foram publicados: no ano de 2017 pela Fundação Lemann, com duração de 3: 24 (três minutos e vinte e quatro segundos) e no ano de 2021, de autoria física, com duração de 3:53 (três minutos e cinquenta e três segundos).

Ainda para o descritor “Violência” ao utilizar o filtro “Tipos de Recurso” ao selecionar áudio, foram encontrados um total de 5, que apresentam duração de 13 a 29 minutos. Dos 5 áudios encontrados, 4 deles foram publicados no ano de 2017 e 01 no ano de 2019. Dos 5 áudios disponíveis na Plataforma, 2 deles apresentam os títulos “Violência Urbana” e “Violência e Matemática”. Os outros 3 trazem os seguintes títulos: História de um livro aberto; Conhecendo a história do Acre; Educação e Criatividade, não apresentando o tema “Violência” de forma primária.

Por meio do filtro “Tipos de Recurso” para textos referente ao descritor “Violência”, foi encontrado um total de 3. Sendo 1 deles uma dissertação cujo título versa sobre “UMA BIOGRAFIA PORTUGUESA EM LEVANTADO DO CHÃO: lugares da metaficção em José Saramago”, com um total de 147 laudas; publicado na Plataforma no ano de 2019. 01 texto com título: Sem medo da indisciplina: a construção participativa da disciplina na sala de aula, com o total de 2 laudas, publicado no ano de 2019; 01 texto relato da prática inspiradora a partir de dificuldade de convivência e agressões verbais entre servidores de apoio de uma escola, com um total de 3 laudas, com publicação no ano de 2022.

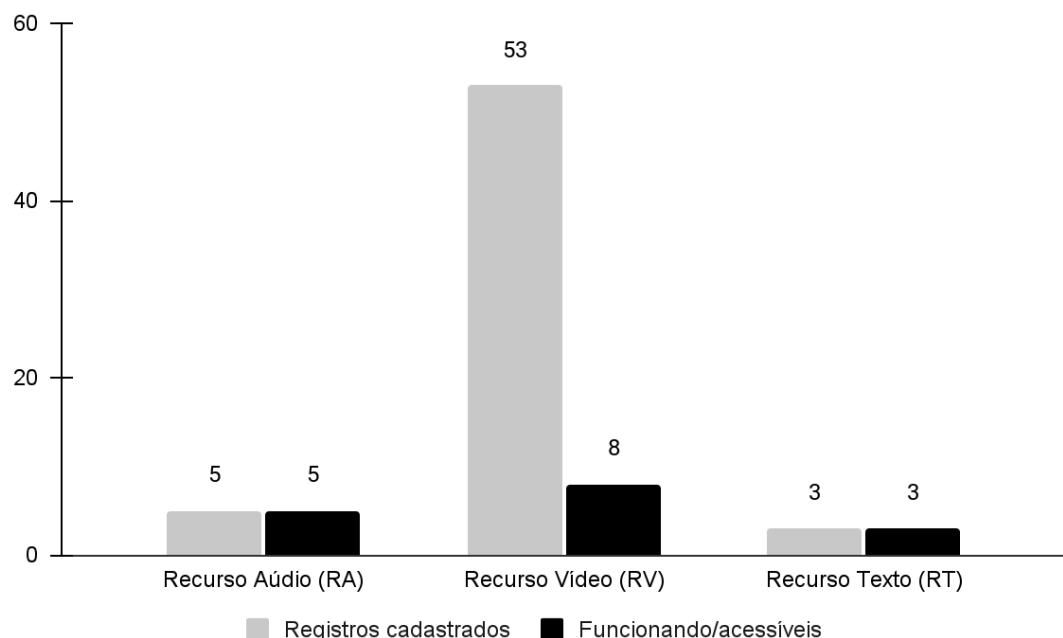
No que diz respeito ao descritor “Violência Escolar”, obteve-se um total de 199 resultados. A partir do filtro “Tipos de Recurso” com seleção para vídeos, houve um total de 6, dos quais 5 foram publicados no ano de 2017 e 1 no ano de 2019. Foi possível baixar 2 dos 6 resultados, sendo 1 com duração de 10:15 (dez minutos e quinze segundos) do Portal Domínio Público, com título: A violência na escola [PCN na escola: convívio escolar], ano 2017; e o outro vídeo com duração de 07:44 (sete minutos e quarenta e quatro segundos) disponível por meio do BIOE (Banco Internacional de Objetos Educacionais), com título: Escolas buscam alternativas para afastar violência [Câmara informa], ano 2017. Os demais vídeos enviados para Plataforma pelo Portal TV Escola não foi possível ter acesso devido a

impossibilidade de acessar ao site/página direcionada ao clicar na opção abrir recurso.

A pesquisa a partir do descritor “Violência Escolar” com seleção de filtro “Tipos de Recurso” para textos, não houve resultados com esta finalidade. O mesmo descritor e filtro para o recurso áudio, foi apresentado apenas 1 resultado, com o áudio disponível também a partir do descritor “Violência” de título: Educação e Criatividade, que aborda sobre a prática de uma docente de Língua Portuguesa acerca da construção de um dicionário de gírias da escola, com duração de 28:10 (vinte e oito minutos e dez segundos), publicado no ano de 2017.

É pertinente dizer que os Recursos Educacionais Digitais encontrados a partir dos descritores “Violência” e “Violência Escolar” apresentam recursos com poucas curtidas e visualizações, o que implica para a necessidade de maior divulgação, publicação e uso de recursos digitais formativos e informativos para docentes e toda a comunidade escolar, tendo em vista que a Plataforma é uma ferramenta de excelente capacidade de alcance, proporcionando o acesso e melhoria da aprendizagem para inúmeras pessoas.

Figura 03 – Indicadores de recursos educacionais digitais cadastrados e efetivamente funcionando/acessíveis na Plataforma Integrada MEC



Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

A partir dos indicadores dos recursos educacionais digitais de tipo vídeo (RV), áudio (RA) e texto (RT), disponíveis na Plataforma Integrada MEC, pode-se verificar que o recurso de tipo “vídeo” (RV) efetivamente acessível em relação ao quantitativo disponível é irrisório, assim como o quantitativo de áudio e texto disponível e acessível. Mais adiante, aprofunda-se na análise dos resultados da referida Plataforma.

4.4.5.3 Descrição das Principais Funcionalidades da Plataforma para Fortalecer Projetos Pedagógicos da Comunidade Escolar Referentes aos Temas “Violência” e “Violência Escolar”

A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, é um espaço que dispõe de Recursos Educacionais Digitais, agregando tais recursos em uma única ferramenta, e para isso, conta com os principais portais abertos, como: Instituto Crescer; Rede Escola Digital; Instituto Educadigital; Portal do Professor; Banco Internacional de Objetos Educacionais - BIOE; Portal Domínio Público; Impulsiona Educação Esportiva; Instituto Península; Telefônica Fundação Vivo; Safernet.org.br; Fundação Lemann; TV Escola; Impa; Futura; Estratégia Nacional de Educação Financeira -ENEF; AEF-Brasil (Associação de Educação Financeira). Qualquer usuário pode deixar sua sugestão de outro site para ser integrado na Plataforma para o alcance de maior disponibilidade de materiais digitais. Os Recursos Educacionais Digitais também são disponibilizados por meio de professores que atuam na Educação Básica e os compartilham, inserindo-os no repositório da Plataforma.

Através da Plataforma Integrada MEC RED, é possível publicar Recursos Educacionais Digitais nos mais diversos tipos e formatos, apresentados a seguir: Imagem - JPG, GIF e PNG; Mapa - JPG, GIF e PNG; Animação/Simulador - SWF; Texto - PDF, TXT, DOC e DOCX (Word); Áudio - MP3 e WAV; Vídeo - WMV; Apresentação - PPT e PPTX (PowerPoint); Infográfico - JPG, GIF e PNG; Software Educacional - EXE; Outros - ZIP e RAR (Compactadores) XLS e XLSX (Excel) (Brasil, Ministério da Educação).

Por meio da Plataforma Integrada MEC RED, também é possível fazer buscas dos Recursos Educacionais Digitais disponíveis, na página inicial da Plataforma, ao digitar o que está buscando, podendo utilizar filtros, como: Componente Curricular; o Tipo de Recurso desejado; a Etapa de Ensino e Palavras-chave; ranqueados a partir das avaliações, estrelas, comentários, curtidas, bem como, pelas informações sobre o recurso.

A participação na rede, que também é uma das funcionalidades da Plataforma, é realizada mediante avaliação ao selecionar o quantitativo de estrelas de acordo com a utilidade do recurso para o usuário, bem como, através de comentário, relatando como foi a experiência do usuário ao utilizar o recurso disponível. A participação na rede é de extrema importância para melhoria da Plataforma, uma vez que é possível apontar os pontos positivos e os pontos a serem melhorados nos recursos já disponíveis.

A Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, também direciona para a Plataforma Educação Conectada, que é um Programa de Inovação desenvolvido pelo Ministério da Educação e parceiros, com o objetivo de apoiar a universalização do acesso à internet de alta velocidade e favorecer o uso pedagógico de tecnologias digitais na Educação Básica ofertadas nas escolas públicas brasileiras. A Plataforma Educação Conectada apresenta, entre outros, manuais para implementação do programa nas escolas públicas do Brasil, suas dimensões e todas as informações cabíveis para a adesão do programa por meio das escolas da rede pública de educação básica por todo o país.

Por meio da Plataforma Educação Conectada é possível ter acesso a duas plataformas disponíveis (Plataforma Integrada e AVAMEC). Na Plataforma Integrada é possível encontrar conteúdos educacionais digitais como vídeos, infográficos, jogos, animações e outros recursos destinados à educação, facilitando o processo de aprendizagem por meio dos recursos disponíveis. Mediante a Plataforma AVAMEC, o ambiente virtual de aprendizagem contribui para o processo de ensino-aprendizagem de profissionais da rede de Educação Básica, ofertando cursos de formação continuada com certificados emitidos pelo Ministério da Educação.

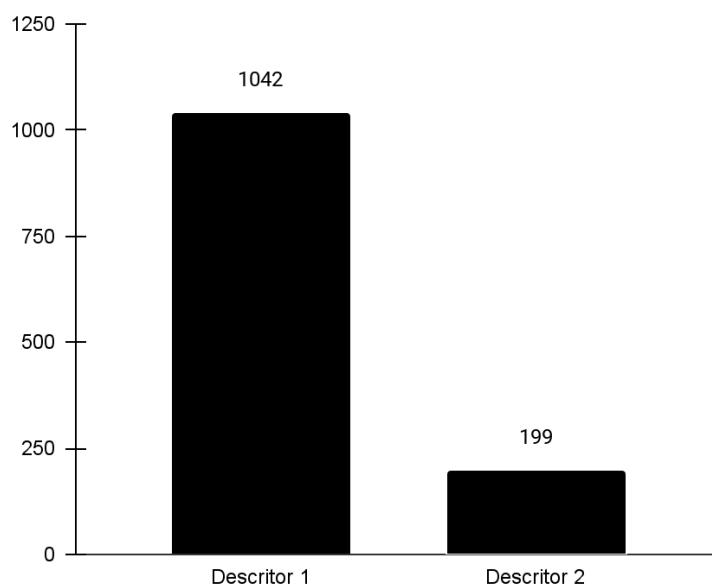
É preciso acentuar que a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, a partir de realização de cadastro com email e senha de acesso, o uso da conta é similar a uma rede social, com perfil e atividades, status e conquistas, recursos guardados, favoritos, guardar, seguir, comentar, compartilhar e baixar coleções, seguir outros colaboradores, interagindo e contribuindo para a melhoria das práticas pedagógicas e da aprendizagem nas escolas brasileiras.

Face ao exposto, é possível compreender que a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, possibilita, por sua dimensão, um grande alcance acerca dos seus recursos, apesar de, precisar de maiores contribuições de seus usuários, uma vez que, os Recursos Educacionais Digitais disponíveis, em sua maioria, apresentam um quantitativo máximo de 100 visualizações, com poucas curtidas. No que se refere aos descritores “Violência” e “Violência Escolar”, é fundamental a inserção de mais recursos a respeito dessas temáticas, de forma mais específica e detalhada, buscando contemplar a formação permanente de professores para o enfrentamento da violência dos ambientes escolares, apoiando e trilhando os caminhos de uma sociedade mais justa, que preza pela melhoria da educação, da dignidade humana e pelos direitos humanos.

PRINCIPAIS ACHADOS DA PLATAFORMA INTEGRADA MEC DE RECURSOS EDUCACIONAIS DIGITAIS

- Para o descritor “violência” (Descriptor1) foram encontrados 1042 registros de conteúdos disponíveis. Ademais, utilizando o Descriptor1 delimitado ao contexto escolar e constituindo-se o Descriptor2 “violência escolar”, foram encontrados 199 registros. A Figura 4 contribui para a visualização do panorama da Plataforma Integrada MEC.

Figura 04 – Resultados das buscas na base de dados da Plataforma Integrada MEC para os descritores Violência (Descriptor1) e Violência Escolar (Descriptor2)



Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

- Ao considerar o sistema de filtros, tem-se o seguinte cenário estratificado na Tabela 01.

Tabela 01 – Registros disponíveis na Plataforma Integrada MEC

Tipos de recurso	Quantidade de registros Descriptor1	Quantidade de registros Descriptor2
Animação	5	0
Aplicativo móvel	0	0
Apresentação	3	0
Áudio	5	1
Experimento prático	0	0
Imagen	1	0
Infográfico	0	0
Jogo	0	0
Livro digital	1	0

Mapa	0	0
Outros	969	192
Software educacional	0	0
Texto	3	0
Vídeo	53	6
Website externo	0	0
Plano de aula	2	0
Total	1042	199

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

- Dos 1042, 5 conteúdos eram do tipo de recurso Áudio (RA), com base no filtro aplicado, conforme quadro-resumo abaixo:

ID	Descrição	Conteúdo	Visualizações	Downloads	Duração	Ano de Publicação	Acessível
RA01	VIOLÊNCIA URBANA	Entrevista	18	7	13:48	2019	Sim
RA02	Violência e Matemática - Parte II	Dados estatísticos sobre violência contra crianças, adolescentes e mulheres	11	6	05:45	2017	Sim
RA03	Histórias de um Livro Aberto	Conto infantil	6	3	20:44	2017	Sim
RA04	Conhecendo a história do Acre	História do Acre; Procedimentos do exame supletivo; Município de Pirraça; Paleontologia; Dia Mundial de Conscientização Contra a Violência aos Idosos	15	4	28:26	2017	Sim
RA05	Educação e criatividade	Gírias da Língua Portuguesa utilizadas no Estado do Pará	9	3	28:10	2017	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

- Dos 1042, 53 conteúdos eram do tipo de recurso Vídeo (RV), com base no filtro aplicado, conforme quadro-resumo abaixo. Ao lado disso, cabível destacar que, dos 53 conteúdos cadastrados, apenas 8 encontravam-se efetivamente acessíveis (ou seja, apenas 15%):

ID	Descrição	Conteúdo	Visualizações	Downloads	Duração	Ano de Publicação	Acessível

						- ção	
RV01	Escola e Violência	Indisponível	55	9	-	2017	Não
RV02	O papel da educação no combate à violência contra a mulher 0	Indisponível	60	8	-	2017	Não
RV03	Como acolher crianças e adolescentes vítimas de abuso e violência?	Indisponível	41	7	-	2019	Não
RV04	Diga não à violência contra pessoas - com Libras	Indisponível	13	4	-	2019	Não
RV05	A cultura do machismo e o papel da educação	Indisponível	57	13	-	2018	Não
RV06	Os impactos da violência urbana nas escolas	Indisponível	76	9	-	2017	Não
RV07	Igualdade de Gênero - ONU Mulheres Brasil	Indisponível	25	6	-	2017	Não
RV08	Videogames e violência	Alunos que jogam e não jogam jogos violentos	10	1	3:24	2017	Sim
RV09	Carinho	Indisponível	20	5	-	2019	Não
RV10	Internet	Indisponível	17	7	-	2019	Não
RV11	O time	Indisponível	14	4	-	2019	Não
RV12	Fotos	Indisponível	16	3	-	2019	Não
RV13	Carona	Indisponível	13	3	-	2019	Não
RV14	Intimidade	Indisponível	10	1	-	2019	Não
RV15	Amapô - o direito à diferença	Indisponível	32	7	-	2017	Não
RV16	Os games e a violência	Indisponível	56	7	-	2019	Não
RV17	Por que comigo?	Indisponível	70	13	-	2018	Não
RV18	Professora Celia Dione Macedo Silva	Indisponível	63	6	-	2019	Não
RV19	Por Que Gostar de Quem Não Gosta de Mim?	Indisponível	33	6	-	2018	Não
RV20	Professora Celia Dione Macedo Silva - com Libras	Indisponível	23	7	-	2019	Não
RV21	Os desafios econômicos e sociais da África do Sul	Indisponível	45	5	-	2017	Não
RV22	ESPECIAL AO VIVO – VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS	Indisponível	40	5	-	2019	Não
RV23	X da Questão - Redação 2	Indisponível	9	4	-	2017	Não
RV24	X da Questão - Redação 1	Indisponível	5	7	-	2017	Não
RV25	Bullying e Cyberbullying	Indisponível	80	53	-	2017	Não
RV26	Programa 5 - Redação: Como	Indisponível	75	9	-	2017	Não

	Explorar o Tema e Organizar Ideias						
RV27	Juventude em Desencanto?	Indisponível	62	9	-	2017	Não
RV28	Comunicação Não-Violenta	Indisponível	23	6	-	2019	Não
RV29	Vargem Bonita e Sete Lagoas	Indisponível	33	6	-	2018	Não
RV30	Especial — Educação para a Diversidade	Indisponível	42	14	-	2018	Não
RV31	What is your hope For our daughters? (Qual é a sua esperança para nossas filhas?)	Indisponível	15	3	-	2017	Não
RV32	Literatura, Matemática e Arte	Indisponível	60	10	-	2018	Não
RV33	Pré-conceito	Indisponível	38	8	-	2018	Não
RV34	Escola Municipal Arraial Novo do Bom Jesus - Recife / PE	Indisponível	99	10	-	2018	Não
RV35	Fundamental - Porto Alegre	Indisponível	6	2	-	2018	Não
RV36	A humanidade em busca de refúgio?	Indisponível	43	7	-	2018	Não
RV37	Sonhar é preciso	Indisponível	30	1	-	2017	Não
RV38	Programa 167 - Direitos Civis dos negros nos EUA e um museu de memes	Indisponível	25	4	-	2017	Não
RV39	Relação entre escola e família	Indisponível	44	11	-	2019	Não
RV40	A escola no combate à homofobia	Indisponível	69	13	-	2017	Não
RV41	Programa 308 - Medicina Veterinária e Serviço Social	Indisponível	18	7	-	2018	Não
RV42	Juventude e suicídio: precisamos falar sobre isso	Indisponível	49	8	-	2018	Não
RV43	Educação em tempos de pós-verdade	Indisponível	31	7	-	2017	Não
RV44	Intolerância religiosa: o que a escola tem com isso?	Indisponível	46	10	-	2017	Não
RV45	Violência sexual [Sala de convidados]	Violência Sexual como questão de saúde.	10	56	58:46	2017	Sim
RV46	CONSCIÊNCIA NEGRA	Indisponível	52	13	-	2018	Não
RV47	Denuncie. Não ignore! (Como denunciar violência sexual contra crianças na Internet)	Cibercrime, abuso sexual infantil online	64	13	1:48	2017	Sim
RV48	PGM 01: violência contra o idoso: janeiro 2009 [Telegero]	Violência contra o idoso (caso de idoso que sofreu e praticou violência domiciliar)	16	6	48:11	2017	Sim
RV49	Escolas buscam alternativas para afastar violência [Câmara informa]	Violência nas escolas	14	4	07:44	2017	Sim
RV50	Travesti [Ciência e lettras]	Discriminação e preconceito contra Travesti	4	3	26:05	2017	Sim

RV51	A violência na escola [PCN na escola: convívio escolar]	Violência na escola: Bullying contra crianças	16	4	10:15	2017	Sim
RV52	Alfabetização – Recife, PE	Indisponível	16	2	-	2018	Não
RV53	Videogames proibidos [Câmara ligada]	Videogames proibidos	5	4	03:19	2017	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

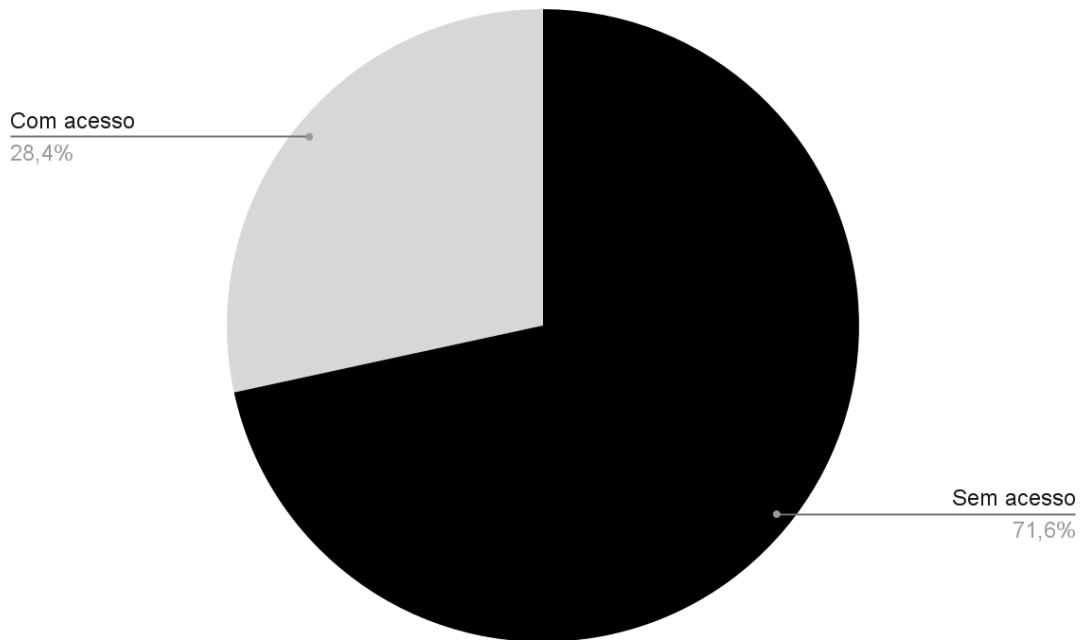
- Dos 1042, 3 conteúdos eram do tipo de recurso Texto (RT), com base no filtro aplicado, conforme quadro-resumo abaixo:

ID	Descrição	Conteúdo	Visualizações	Downloads	Tamanho	Ano de Publicação	Acessível
RT01	Sem medo da indisciplina: a construção participativa da disciplina na sala de aula	Indisciplina e disciplina no contexto da sala de aula	82	124	2 págs.	2019	Sim
RT02	Uma biografia portuguesa em levantado do chão: lugares da metaficação em José Saramago	José Saramago na Língua Portuguesa; As formas de violência simbólica na diegese romanesca de Saramago no contexto agrário português encenado.	46	249	147 págs.	2019	Sim
RT03	CÍRCULO RESTAURATIVO	Difícil convivência, agressões verbais e hostilidade em ambiente escolar.	7	1	3 págs.	2022	Sim

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

- É importante salientar que dos 1042 conteúdos encontrados a partir da busca utilizando o Descritor1 “violência”, 969 conteúdos estão no Tipo de recurso “Outros”, contemplando 81 páginas, em que, optando - se pelo critério do primeiro conteúdo apresentado em cada página aberta, seguido da opção “ABRIR RECURSO”, direcionados para outra página/site, dos 81 conteúdos expostos, 58 não foram possíveis de acesso pela indisponibilidade do conteúdo na página/site direcionado, em que todos foram enviados à Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, através do Portal Educapes. Dos 81 recursos verificados a partir da amostra, apenas 23 deles foram possíveis de acesso, sendo, monografias, dissertações, artigo científico e livros, publicados em formato PDF.

Figura 05 – Panorama dos recursos educacionais digitais classificados na base de dados da Plataforma Integrada MEC como do tipo Outros “Com acesso” e “Sem acesso” de funcionamento ao conteúdo



Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

Fica demonstrado a partir da figura acima que é predominante o quantitativo em relação ao tipo de recurso “Outros” sem acesso, apontando 71,6% dos recursos disponíveis e inacessíveis, de acordo com a amostra verificada. Com isso, a subseção a seguir aponta para o planejamento da intervenção considerando esse cenário alarmante.

4.4.6 Planejamento da Intervenção

A proposta de intervenção deste estudo percorre o desejo de explorar as funcionalidades da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais a partir da construção de Recursos Educacionais Abertos a serem disponibilizados na Plataforma para contribuir com a formação permanente dos docentes da educação básica para o enfrentamento da Violência Escolar, uma vez que é necessário um

novo olhar diante de uma problemática que precisa ser enfrentada, no entanto, ainda é pouco discutida e estudada pelos profissionais do magistério de Santa Rita, município do Estado da Paraíba, que assim como muitas escolas brasileiras, vivencia atos violentos, considerado como “arengas”, “brigas”, em que os xingamentos não são vistos como práticas de bullying.

Nesta perspectiva de utilizar - se de uma ferramenta de qualidade, aberta e gratuita, que é a Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, construída por e para professores, a princípio, foi realizada a análise de possibilidades de publicação/inserção de recursos na Plataforma, os tipos de conteúdos disponíveis e possíveis de serem inseridos, em seus formatos, tamanhos, duração, dentre outros aspectos, que comprovado as possibilidades, verificou - se que é possível inserir conteúdo educacional digital de autoria docente, por meio de conteúdos hipermídia, que combinam imagem, som, texto e vídeo, desfrutando de um ambiente digital de aprendizagem capaz de promover interatividade e formação, com muitas vantagens e possibilidades de navegação, de acordo com o interesse de cada usuário e/ou colaborador da Plataforma. De acordo com Soares e Brennand (2017, pág. 109).

As plataformas digitais possibilitam a combinação de conteúdos, através da manipulação de textos, imagens, som, animação, por qualquer mídia, em qualquer lugar. Dessa forma, a reprodução do mundo físico no mundo virtual promove a mobilidade, flexibilidade, liberdade de escolha e a interação com pessoas em espaços diferentes (Soares e Brennand, 2017, pág. 109).

Assim sendo, esta pesquisa desenvolveu um modelo conceitual fundamentado nas Inteligências Múltiplas (TIM) de Howard Gardner (2012), vide Seção 6, para a produção de Recursos Educacionais Digitais (RED's), para fins de contemplar a formação permanente de professores da educação básica para o enfrentamento da violência escolar, a partir da autoria docente desta pesquisadora, resultando em protótipo de dois RED's que combinam imagem, som, texto e vídeo, para posterior materialização a partir das funcionalidades da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais.

4.4.7 O Escopo da Intervenção a Ser Realizada

O resultado desta pesquisa contou com a criação de um modelo conceitual para autoria docente de Recursos Educacionais Digitais (RED's), audiovisuais educativos com foco na formação permanente de professores da Educação Básica, para apoiar no enfrentamento da Violência nos espaços escolares, a partir de etapas de planejamento, execução e publicação do material produzido, inserido na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, de acordo com os Termos de Uso da referida Plataforma.

A partir da utilização de dispositivo móvel (smartphone) e aplicações *opensources* (fontes gratuitas) para a produção dos conteúdos propostos, não houve custo, pois, todas as ferramentas foram utilizadas de forma gratuita. É pertinente ressaltar que o protótipo de 02 Recursos Educacionais Digitais (RED's), (e-Book e Infovídeo), resultado desta pesquisa, foi realizado a partir de metodologia de autoria docente desta investigadora e publicizado na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais.

O cronograma de execução está fundamentado no término estimado para a conclusão do Curso de Pós-graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Para tanto, as etapas de desenvolvimento desse estudo contemplou a construção do estado do conhecimento, o diagnóstico do problema para definição do escopo e para percorrer as etapas finais para a prototipagem dos Recursos Educacionais Digitais (RED's).

Figura 06 – Diagrama de Gantt detalhando as atividades e prazos do PTA

Diagnóstico preliminar do problema (análise das funcionalidades da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais)	
Prototipagem dos Recursos Digitais Abertos - REds	

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

4.4.8 Os Dados de Base

A apreciação do problema foi baseado nas implicações que a violência causa na sociedade e adentrando nos espaços escolares causam grandes prejuízos ao desenvolvimento humano das crianças e adolescentes e tais práticas violentas e excludentes vem apontando para uma realidade da insegurança, do medo e dos ataques que são realizados frequentemente às escolas brasileiras, tirando vidas e destruindo a paz e a tranquilidade que as escolas devem proporcionar para uma educação de qualidade e gozo dos direitos humanos.

Outro ponto relevante parte da necessidade de formação permanente para que os docentes tenham possibilidades de espaços formativos para a construção de conhecimentos que contribuam para a realização de práticas pedagógicas de enfrentamento a violência escolar, que é uma realidade ainda pouco discutida e que não é dada a relevância necessária que a problemática exerce diante dos prejuízos advindos dos atos violentos, apontando para a demanda de ações urgentes nesse sentido.

Diante de uma nova conjuntura social e educacional em que as tecnologias digitais transformam as formas de comunicação e interação, os ambientes digitais

com conteúdos hipermídia, combinando as diferentes mídias, viabiliza aos usuários (docentes) por meio das plataformas digitais, o alcance de recursos educacionais digitais capaz de promover melhores compreensões e assimilação das informações, apontando para maiores possibilidades de aprendizagem e melhoria das práticas educativas, a partir de formação permanente.

4.4.9 Campo Empírico para a Intervenção

Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que fornece dados e informações estatísticas acerca do nosso país, o município de Santa Rita, Estado da Paraíba, apresenta população de 149.910 habitantes e área da unidade territorial de 718,576 km² (IBGE, 2022). A respeito da rede de ensino municipal, possui um Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,0 – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública, ano base 2021), bem como, IDEB de 4,0 – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública, ano base 2021) (INEP, 2021).

No que se refere ao número de professores, a rede pública municipal de Santa Rita dispõe de 57 unidades escolares, sendo 31 pertencentes à área urbana e 26 à área rural, com o total de 632 professores, sendo, 434 da área urbana e 198 da área rural. Quanto ao número de estudantes, o município conta com o total de 14.135 alunos, sendo 10.544 na área urbana e 3.591 na área rural (Inep, Microdados, Estado da Paraíba, 2023).

Com base nos microdados do Censo Escolar da Educação Básica referente ao ano de 2023, apresenta-se na tabela abaixo, os indicadores de formação docente no município de Santa Rita-PB.

Tabela 02 – Formação docente no município de Santa Rita-PB

Número de docentes por nível de escolaridade máxima	Percentual apresentado
Ensino Fundamental	0,20%
Ensino Médio	27,42%
Graduação com Licenciatura	28,81
Graduação sem Licenciatura	1,54%
Pós-Graduação - Especialização	34,11%
Pós-Graduação - Mestrado	6,28%
Pós-Graduação - Doutorado	1,64%
Sem formação Nível Superior	27,63%
Com formação Nível Superior	72,37%

Fonte: (Inep, Microdados, Estado da Paraíba, 2023)

O Estado da Paraíba apresenta Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2021 de 3,9 (INEP, 2021) com meta para o IDEB de 4,4 nesse ano (INEP, 2021). O município de João Pessoa, capital do Estado da Paraíba, apresenta IDEB 5,0 (INEP, 2021), com o total de 28.955 professores, 553. 806 alunos, distribuídos em 3.100 instituições escolares (Inep, Microdados, Estado da Paraíba, 2023).

Os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB referentes ao ano de 2021, citados acima, no Estado da Paraíba, bem como, nos municípios de Santa Rita-PB e João Pessoa-PB, precisam elevar seus resultados e para isso novas metas e ações devem fazer parte dos Planos Estaduais e Municipais de Educação, contemplando a educação infantil, base para o ensino fundamental, que prepara para os anos posteriores, que compete ao Ensino Médio. Levando em consideração os países desenvolvidos, com qualidade de educação 6,0, bem como, a variação que fundamenta o IDEB, os indicadores do Estado da Paraíba e dos municípios citados, apresentam IDEB baixo e muitos investimentos financeiros e ações humanas deverão estar contempladas nas novas metas

educacionais para a educação básica dos respectivos municípios e do Estado da Paraíba.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB é uma ferramenta para a avaliação da educação básica no Brasil, criado no ano de 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), preparado para medir a qualidade da aprendizagem em âmbito nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. O IDEB “reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações” (Inep). O cálculo para o IDEB é realizado a partir dos dados sobre a aprovação escolar, extraídos por meio do Censo Escolar e através das médias de desempenho no Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB.

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) varia de 0 a 10, apontando os resultados da qualidade da educação do nosso país e por isso é um instrumento importante para avaliar a educação básica brasileira e conduzir políticas públicas que ensejam a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem para se atingir um sistema educacional característico de um país desenvolvido, trilhando caminhos e novas metas do sucesso da educação escolar e suscetivelmente qualidade de vida e progresso nacional.

Para o ano de 2022 a meta para o Brasil, de acordo com o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), era alcançar média 6,0, valor que corresponde a um sistema educacional de qualidade, em comparação aos países desenvolvidos. Cabe frisar que os anos letivos referentes a 2020 e 2021 tiveram comprometimentos no calendário escolar devido a suspensão de aulas presenciais e novas configurações para alcançar a promoção de aulas remotas, utilizando-se das tecnologias digitais para suprir as necessidades educacionais do momento, em que o mundo sofria a pandemia de Covid-19, causado pelo vírus SARS-CoV-2.

Presume-se que as mudanças sociais e educacionais ocasionadas pela pandemia de Covid-19 impactaram nos resultados do IDEB, pois, mesmo com todos os esforços dos profissionais da educação diante de um cenário tão atípico, as mudanças do contexto pandêmico influenciaram a vida e a aprendizagem humana. A pandemia de Covid-19 também impulsionou o uso das tecnologias digitais em prol da educação, levando os professores a reconfigurar suas práticas docentes a partir

dos recursos digitais como ferramentas para promover aulas remotas, sendo a internet o principal instrumento para a sua consolidação.

5 ESTADO DO CONHECIMENTO

Esta seção descreve o panorama do estado do conhecimento sobre a violência e apresenta evidências da literatura nacional e internacional, com destaque para a importância da formação docente no que concerne aos desafios na Sociedade 5.0 para a implementação de projetos educativos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no ambiente escolar.

5.1 Conceituando Violências

Este estudo trata de um tema muito relevante e imprescindível para a sociedade, inicialmente, apontando através do pensamento de alguns autores, o conceito de violência, especialmente, nas três ciências que aqui considera-se ser as mais pertinentes para este estudo: a sociologia, a filosofia e a psicologia, bem como, as configurações acerca da violência escolar, a qual dedicaremos um olhar específico e abrangente. Falar sobre violência não é uma tarefa fácil, pois, “existem diversos conceitos divergentes sobre o conceito, sendo um tema de amplo apelo midiático e por se fazer presente em nosso cotidiano, seja por meio de notícias, opiniões ou até mesmo pela vivência pessoal com este fenômeno” (Lima, 2021, p. 20).

A amplitude e complexidade da violência se dá ao ser observada tanto na escola e relações familiares quanto em acontecimentos cotidianos, situações de guerras, a própria violência do Estado, abuso de autoridade por parte de órgãos da polícia entre outros. Além disso, este não é um fenômeno atual, embora ainda se faça muito presente (Lima, 2021, p. 20).

Hannah Arendt, filósofa política alemã de origem judaica, estudiosa do tema em questão, se refere aos fenômenos da violência que sejam de natureza política, envolvendo as relações de poder de um Estado soberano que tem absoluto controle e uso dos meios de violência, por meio dos tribunais, forças policiais e armadas que expressam domínio da esfera pública sobre uma sociedade, que envolve ilimitado poder e dominação. Conforme Andrês (2012):

O conceito de ‘violência’ tem para Arendt o sentido de meio ou instrumento de coacção que constituem recursos ao serviço exclusivo e soberano de uma dada autoridade (ou entidade), no exercício de uma dada forma de poder. O fenómeno da violência parece ocorrer sempre que ocorrem certas condições propícias, tais como: perda de autoridade ou certas transformações nas tradicionais relações de poder (Andrês, 2012, p. 6).

A violência é um problema vivenciado e enfrentado pela sociedade, que cotidianamente vem se afirmado nos mais diversos atos violentos, presentes nas muitas práticas de convivência social, seja no meio familiar, profissional ou escolar, inúmeras pessoas praticam ou sofrem algum tipo de violência, de forma consciente ou inconsciente. Mas, será a violência algo novo da sociedade contemporânea?

[...] a violência perpassa a história da humanidade desde os seus primórdios e, desde a antiguidade, vários pensadores se debruçaram sobre o assunto buscando explicação para o seu surgimento, na tentativa de entender a manifestação de várias formas de violência experimentadas pelo gênero humano em contextos múltiplos (Saadi Tosi, 2017, p. 132).

Para Saadi Tossi (2017) o século XX foi considerado por muitos estudiosos como o século da violência ao passar por duas guerras mundiais, holocausto, bombas nucleares, palco de conflitos e mortes, espalhando o horror e o temor, dando ênfase a violência revolucionária do século XX.

O mundo, em todo o século XX, se espantou com a barbárie dos muitos genocídios. Genocídio de armênios na Turquia, de não alinhados na Coréia, Vietnã e Camboja e, não menos importantes, genocídios étnicos na Bósnia e na África precedem e sucedem o Holocausto como se fossem sombras de uma dimensão humana que teima em não ver superação (Saadi Tosi, 2017, p. 133).

O Século XXI trazia consigo o desejo de paz e esperança por uma sociedade que deixasse a violência que assombrou o século anterior, porém, o início de um novo século não coincidiu com os desejos de um mundo melhor, sem medo nem terror, livres dos atos violentos que adoecem toda uma sociedade, destruindo nações e causando males aos cidadãos.

[...] a violência nos lares, o bullying nas escolas e as mortes dentro delas, as várias modalidades de tráfico mundo afora e, não menos importante, a violência no trânsito das principais cidades do mundo são alguns poucos exemplos da violência deteriorando as relações entre as pessoas (Saadi Tosi, 2017, p. 133-134).

“A temática da violência não é um tema sociológico recente, pois são conhecidas diversas práticas violentas usuais na Antigüidade.” (Hayek, 2009, p. 1). As recorrentes práticas de violência a fez se apresentar como um fenômeno social e passou a ser discutida e estudada ao despertar a atenção e preocupação do poder público e de estudiosos de várias áreas do conhecimento.

O fato é que a questão sobre a violência começou a ser debatida em maior número principalmente a partir da década de 1980, quando se toma consciência da dimensão do problema que passa a fazer parte do modo de

viver do homem em sociedade, ou seja, a violência torna-se banalizada, passa a ser algo comum entre os homens (Hayeck, 2009, p. 2).

“Por se tratar de uma questão já existente desde a Antiguidade, vale lembrar que existem relatos referentes à Idade Média em que a violência física fazia parte do homem medieval.” (Hayeck, 2009, p.1). Muitas eram as práticas de violências na Idade Média, principalmente, a violência física e psicológica, como, mãos decepadas, mortes públicas, especialmente em fogueiras, como forma de punição e combate a quem se contrapunha a ordem social da época.

Conhecer as civilizações passadas é importante para compreender o fenômeno da violência nos dias atuais e afirmar que sua prática na sociedade não é algo novo nem recente, pelo contrário, ultrapassa gerações e se afirma ao longo dos tempos, assolando pessoas nos mais diversos ambientes, lugares que deveriam ser lugar de bem e de paz, se tornam lugares onde pessoas vivem “holocaustos” silenciosos, pois a violência é assim, devastadora e desumana.

Podemos também afirmar que a violência se instala quando o poder é frágil, como nos ensina Hannah Arendt em seus escritos, e eles são fundamentais para entendermos os tempos atuais dilacerados por guerras, preconceitos, tiranias e regimes totalitários, pela sociedade de massas e por crimes contra a vida (Saadi Tosi, 2017, p.134).

A violência tem sido presente cotidianamente nos ambientes sociais, nos lares das famílias, nos relacionamentos abusivos e nas crueldades realizadas contra crianças, adolescentes e mulheres, que representam o poder frágil em uma sociedade machista, que de forma natural e culturalmente se perpetua apesar do discurso de igualdade e dos direitos expressos em lei, muito precisamos avançar para mudar esta realidade danosa para tais grupos sociais e consequentemente, para toda a sociedade.

A violência é tornada corriqueira, comezinha, banal e vizinha; assim, negligenciada e naturalizada, jamais é vista como um mal que pode aniquilar a possibilidade do amanhã: em nossas televisões de todos os dias, no noticiário, em horário nobre, por exemplo, uma notícia trágica, de morte, guerra, crime ou violência, sempre sucede a outra, mais suave, ligada à estética, ao estilo de vida burguês, do mundo esportivo ou artístico, constituindo-se em outro tipo de violência, a “símbólica”, segundo Bourdieu (1978 apud Lourenço; Cândido, 2017, p. 1283-1284).

Falar sobre violência é pensar na importância de conhecer para prevenir e alertar sobre a necessidade de ações emergentes para tentar solucionar os imensos danos causados por uma sociedade violenta, na qual todo ser humano está propício a sofrer algum tipo de violência e por isso, precisamos pensar nos desdobramentos que tais atos violentos que culminam na sociedade, de maneira naturalizada, muitas

vezes, podem comprometer a existência humana ou tornar a convivência cada vez mais difícil e traumática para tais vítimas.

Com base em Saadi Tosi (2017), Hannah Arendt que foi uma importante filósofa que abarca entre seus temas de estudo, o da violência, afirma que:

[...] a violência destrói qualquer poder, não cria poder, mas deixa o mundo mais violento. Isso significa que, se se comprehende a humanidade e suas formas civilizadas de vida como resultado da violência, não seria negar o papel da sociedade em prover a sobrevivência humana? (Saadi Tosi, 2017, p. 132).

Da necessidade que se apresentou diante da expressiva violência que culmina na sociedade desde a antiguidade até os dias atuais, é que muitos estudiosos se dedicaram a esse termo tão complexo e importante de se entender para provocar diálogos e definições para algo tão presente na sociedade, que precisa ser superado e, para isso, continuadamente, estudado.

A violência também pode ser definida de acordo com termos antropológico - filosóficos, em que ela é a fronteira da racionalidade e da destruição, da destituição dos homens da sua dignidade, ou seja, transforma-os em coisas. Além destes termos, ela pode ser definida de acordo com os termos sociológicos, em que a lógica excludente do capitalismo e do neoliberalismo considera os cidadãos como clientes e ainda os exclui dessa condição de cidadãos (Carbonari, 2002 apud Hayek, 2009, p. 4).

Muitos aspectos corroboram para que a violência esteja e se mantenha presente na sociedade, sejam eles: culturais, políticos, econômicos ou sociais, as práticas de ações violentas se relacionam com a forma de vida de uma determinada sociedade, leis não cumpridas ou desatenção do poder público quanto à problemática, as desigualdades sociais e a falta de educação, são fatores que contribuem para uma nação que provém violência.

O termo violência é usado nos mais diferentes contextos e, consequentemente, com os mais diferentes significados, inclusive em função das diferentes linhas ideológicas e teóricas de pensamento. Assim, fala-se em violência: dos criminosos, da ação policial, da ação política, das leis, do modelo econômico, da fome, da miséria, do analfabetismo, da ação pedagógica, da educação dos pais, dos fenômenos da natureza, das doenças, das intervenções cirúrgicas, entre muitos outros contextos e situações. Pese toda essa pluralidade de situações e significados, é de interesse se fazerem algumas aproximações quanto a um núcleo central do que seja violência, de se buscar delimitar seus contornos (Sá, 1999, p. 54).

A Violência vem se configurando de forma extremamente presente nos ambientes de vivência humana, perpassando por ambientes escolares, domésticos, políticos e, de forma geral, envolvendo as pessoas em seus diferentes espaços.

Pensar em violência nos remete ao uso de força física, expressa por agressão a outra pessoa, sejam elas, próximas ou não, com intenção de machucar ou atentar contra a vida da outra pessoa, mas, a violência se manifesta para muito além disso. De acordo com Paviani (2016):

A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros. A origem do termo violência, do latim, violentia, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. Além disso, o termo parece indicar algo fora do estado natural, algo ligado à força, ao ímpeto, ao comportamento deliberado que produz danos físicos tais como: ferimentos, tortura, morte ou danos psíquicos, que produz humilhações, ameaças, ofensas. Dito de modo mais filosófico, a prática da violência expressa atos contrários à liberdade e à vontade de alguém e reside nisso sua dimensão moral e ética (Paviani, 2016, p. 8).

Falar sobre violência nos envolve numa busca pelo seu conceito e seu significado, mas, também, nos faz refletir sobre suas diversas formas de manifestações e de espaços em que podemos vivenciar ou presenciar algum tipo de violência, ou seja, muitas são suas tipologias e, por isso, é tão difícil e complexo falar sobre violência.

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elencá-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo. Nesse panorama, cabe à filosofia, de modo especial à ética, refletir sobre suas origens, a natureza e as consequências morais e materiais (Paviani, 2016, p. 8).

Para Sá (1999) com base em Amoretti (1992): “Violência pode ser definida como o ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro” (p. 41). A violência também é vista como resultante da criminalidade, aliás, bem atrelada a ela, estão os noticiários evidenciados pelas mídias, televisivas ou digitais.

Muitos são os tipos e formas de violência, que a cada dia se amplia ainda mais com o advento da internet e dos muitos novos gêneros textuais que circulam os meios digitais e assim, precisamos nos integrar para reconhecer as múltiplas possibilidades em que as violências acontecem ou podem acontecer. Segundo Priotto e Boneti (2009):

As características e formas de apresentação de violência são: violência doméstica, política, policial, religiosa, criminal, simbólica, nas ruas, no

trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, o idoso, o portador de necessidades especiais, o afro-descendente, o homossexual, entre outras (Priotto e Boneti, 2009, p. 162).

Na sociologia, o conceito de violência é discutido a partir do conceito de violência simbólica, presente no cotidiano escolar e elaborado por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que evidencia que a violência simbólica para ser exercida precisa que haja convivência entre aquele que sofre e aquele que pratica, que inconscientemente, é imposta determinada cultura e reprodução das estruturas de poder, por meio de ações e discursos de cunho da classe dominante. Com base em Souza (2012):

Na perspectiva Bourdieusiana, a violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos do ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes (Souza, 2012, p. 21).

“O uso da violência simbólica é dirigido por um indivíduo, ou grupo, que controla o poder simbólico sobre os outros [...]” (Souza, 2012, p. 31) em que no processo de socialização, é elevado valores e crenças que são incorporadas e vividas pelos dominados, uma vez que, impostos os padrões e critérios definidos e estabelecidos pelos dominantes.

A violência está presente por todos os lugares, mesmo que de forma inibida ou inconsciente, e, portanto, é essencial reconhecer as formas pela qual ela acontece, mas, para reconhecer algo é necessariamente preciso conhecer sobre, para que assim possamos prevenir, desnaturalizar e combater o que de tão frequente, vai se tornando natural, apesar de tão perverso e desumano. Todos os tipos e formas de violência trazem consequências devastadoras e irreversíveis para as respectivas vítimas.

Entre as formas de violência, é possível mencionar a violência provocada e a gratuita, a real e a simbólica, a sistemática e a não sistemática, a objetiva e a subjetiva, a legitimada e a ilegitimada, a permanente e a transitória. A enumeração dessas formas é atualmente problemática. Na realidade, essa relação apenas tem um objetivo didático, isto é, a possibilidade de ver melhor o fenômeno. Assim, temos a guerra, a revolução, o terrorismo, o genocídio, o assassinato, o crime organizado, a violência urbana, a violência contra a criança, contra o adolescente, contra a mulher; o estupro, o assédio sexual, o bullying, o vandalismo. Também podemos acrescentar a corrupção como forma de violência e seus derivados como nepotismo, propina, extorsão, tráfico de influência e outras modalidades (Paviani, 2016, p.11).

É possível verificar que muitos são os tipos e formas de violência que afloram toda a sociedade e invadem diferentes espaços de convivência social, inclusive, por uma questão cultural que impulsiona a perpetuação das violências ao longo dos tempos, enraizando e normalizando atitudes e ações violentas, que muito prejudicam e fazem inúmeras vítimas, acometidas, muitas vezes, por toda uma vida. Com base em Paviani (2016):

Para Freud, a violência é inerente ao ser humano, ela é necessária na medida em que o instinto de agressividade, de morte, está em equilíbrio com o instinto de vida (eros) para assegurar a preservação do indivíduo e da espécie (Paviani, 2016, p.12).

A partir do pensamento de Freud, a violência é algo intrínseco do ser humano, faz parte de sua natureza, sendo necessária para manter o equilíbrio da vida com a morte, e é através dessa que há a preservação de cada sujeito e da espécie humana, que é instintivamente, agressiva e violenta.

Contradicoratoriamente, as pessoas cometem violência contra sua própria espécie, inclusive, atentando ou exterminando vidas. Inúmeros são os fatores que contribuem para as diversas e diferentes formas em que se configuram as práticas de violência, fazendo com que o conceito de violência seja extremamente difícil de se definir, por sua grande complexidade e contextualização. Segundo Pilatti (2016):

É extremamente difícil dar um conceito à violência, pois ela pode ser considerada como forma de relação pessoal, relação política, social e cultural, e ser uma resultante dessas interações. É um componente cultural considerado normal e natural dependendo do local e da época considerados. É um fenômeno positivo em alguns momentos e negativo em outros, mas sempre complexo (Pilatti, 2016, p. 28).

“Considera-se bastante amplo o próprio conceito de violência, fenômeno esse presente em todas as sociedades” (Priotto; Boneti, 2009, p. 162). É um fenômeno intrínseco à vida humana, que transpassa historicamente a vida social e só pode ser explanado a partir de configurações culturais, políticas, econômicas e psicossociais, que são inerentes às sociedades humanas (Priotto e Boneti, 2009).

A violência é um ato que só pode ser feito pelos humanos, com toda sua intencionalidade ou causada por doenças mentais, o ato violento precisa de um ser humano para acontecer, e, com toda a complexidade que permeia o ser humano, assim também o é a violência que atravessa toda a sociedade e ambientes que promovem convívio social.

A violência nos dias atuais pode ser entendida como uma doença presente no corpo social. Ora surge como causa, ora como consequência; no

entanto, sempre representa uma ruptura que causa o esfacelamento do tecido social e, em última instância, remete o ser humano a uma pretensa submissão ao irracional e instintivo (Carvalho, 2016, p. 135).

Como afirma Carvalho (2016, p. 135) “Falar, pensar e estudar sobre a violência é algo muito complexo, pois sem dúvidas ela se manifesta de várias maneiras e advém de muitos fatores.” É importante que saibamos que muitas vezes a vítima de violência não consegue enxergar ou aceitar que está passando por uma situação de violência, pelo fato de não conhecer a diversidade de manifestações violentas praticadas pelos seres humanos.

“A manifestação da violência na vida cotidiana é explícita, multifacetada e, muitas vezes, é naturalizada como uma resposta normal das pessoas aos seus problemas” (Martins; Lacerda Jr., 2014, p. 571). A violência é aliada dos processos de empobrecimento da qualidade de vida e das relações humanas; sendo a violência física, simbólica ou estatal, psicológica e revolucionária, diferentes formas de manifestações de cunho relevante para a área da psicologia (Martins; Lacerda Jr., 2014).

Martín-Baró, importante psicólogo social e defensor da psicologia da libertação, defendeu a libertação do ser humano e com isso lutou pela não alienação produzida pelos detentores do poder político e econômico, ou seja, o poder da minoria sobre a maioria, tendo em seus estudos, o conceito de violência, que gradativamente foi avançando a partir de seus textos, em que “a violência é um produto das relações sociais de uma dada sociedade que expressa e canaliza forças e interesses sociais concretos em um marco estrutural que é determinado por conflitos de classes (Martín-Baró, 1985/2012 apud Martins; Lacerda Jr., 2014, p. 576-577).

“Nesta perspectiva, a violência é definida como o uso de força – física ou não – excessiva contra algo ou alguém. Trata-se de um fenômeno diferente da agressão” (Martins; Lacerda Jr., 2014, p. 577). A agressão, é definida por “uma forma de violência: aquela que aplica a força contra alguém de maneira intencional, isto é, aquela ação pela qual se pretende causar dano em outra pessoa” (Martín-Baró, 1985/2012:365-366 apud Martins; Lacerda Jr., 2014, p. 577).

Em sua multiplicidade de formas e manifestações, violência gera violência e com base em Martins e Lacerda Jr. (2014) Martín-Baró, (1985/2012; 1988a; 1988b) dá ênfase especial a violência estrutural como sendo a primeira de qualquer outra modalidade de violência nas sociedades capitalistas, com uma constante situação

de lutas que resulta na manutenção de uma ordem social que tem a violência como um instrumento dessa sustentação e permanência.

“A violência estrutural é, precisamente, a configuração de uma ordem social em que uma minoria comanda uma maioria por meio de um estado de violência dominadora” (Martins; Lacerda Jr., 2014, p. 576-577). Assim, podemos dizer que a violência estrutural tem em sua essência a desigualdade social e a violência é acobertada, inclusive, pela legislação que tem a função de manter a ordem social, resultando no domínio de uma classe social sobre as outras, fazendo com que os direitos humanos sejam negados e a violência faça parte da própria estrutura da sociedade, emergindo, assim, a permanência da violência e consequentemente, a desumanização.

De acordo com Saadi Tosi (2017, p. 134) “A violência existe e, muitas vezes, nos torna incapazes de compreendê-la, pois ela é o oposto da paz e do bem, seu impacto é devastador, impiedoso e implacável”. As consequências das violências trazem prejuízos enormes para as vítimas e para toda a sociedade que vive o medo e a mazelas dos atos e práticas violentas.

À medida que é tão difícil conceituar violência, parece – nos tão familiar que somos capazes de acreditar que sabemos tudo sobre esse tema, de tão perto e recorrente que acontece casos e casos de diferentes tipos de violência, contra inúmeras pessoas, em sua diversidade de idade e convívio social, mediante conflitos e situações que envolvem as desigualdades sociais e, até mesmo, situações inesperadas em ambientes aparentemente seguros.

[...] nem sempre, enxergamos a violência, principalmente quando estamos no comando, fazendo da própria violência o nosso instrumento. Acreditar que a conhecemos tão bem é fechar os olhos para algo tão poderosamente perigoso; é banalizar um fenômeno que desconhecemos a origem, mas que nos afeta, inexoravelmente (Cruz, 2016, p. 66-67).

Dentre as violências que nem sempre são enxergadas, ressaltamos a violência escolar, que acomete inúmeras crianças, adolescentes, professores e demais funcionários, que por estarem em um ambiente que rege pela proteção e pelos direitos, deveria preservar pelo bem-estar de todos os envolvidos no processo educativo, livres de toda e qualquer forma de violência.

5.2 Violência Escolar

A escola se tornou um lugar onde as manifestações de violência delimitam um espaço com comportamentos violentos e atitudes destruidoras de um ambiente que deveria proporcionar respeito, desenvolvimento e conhecimento, com relações saudáveis e promissoras a uma formação integral e cidadã dos sujeitos que a compõem. Saadi Tosi (2017) se refere às manifestações de violência na escola e aponta que:

Longe de ser um tema restrito aos seus muros e entornos, dentro dela os problemas de relacionamento ocorrem, as diferenças de classes e grupos sociais, biotipos físicos ou estilos de vida dão origem a comportamentos diferentes e aí se instalam as mais exacerbadas formas de intolerância que conduzem à violência (Saadi Tosi, 2017, p. 134)

“A violência escolar inclui a violência física, psicológica, violência sexual e o *bullying*; é praticada e vivenciada por estudantes, professores e outros funcionários da escola” (UNESCO, 2019, pág.14). Toda e qualquer forma de agressão física com a intenção de machucar é caracterizada como violência física, incluindo castigo físico e *bullying* praticados por pessoas adultas ou crianças (UNESCO, 2019).

A violência psicológica, geralmente impulsiona para a violência física, “que inclui a agressão verbal e o abuso emocional, que se manifestam nos atos de isolar, rejeitar, ignorar, insultar, difamar, contar mentiras, xingar, ridicularizar, humilhar e ameaçar e também na forma do castigo psicológico” (UNESCO, 2019, p. 14)

“A violência sexual inclui intimidação de natureza sexual, assédio sexual, contato corporal indesejado, coerção sexual e estupro, e afeta meninas e meninos” (UNESCO, 2019, p. 15). Um ato sexual ou a tentativa deste, um comentário, contato, interação, realizados de forma indesejada, praticados por uma ou mais pessoas, contra outra, no caso, a vítima, sem que haja permissão, é considerado como violência sexual.

“A violência escolar pode expressar-se de diversas maneiras, como entre e/ou contra os agentes e funcionários da escola, gestores escolares e professores, o patrimônio escolar e contra e/ou entre alunos” (Lima, 2021, p. 33). Logo, todos os atores que compõem o ambiente escolar podem ser praticantes ou vítimas da violência escolar, bem como, àqueles que não estão diretamente e assiduamente envolvidos no cotidiano da escola.

Os professores e a opinião pública pensam a violência como um fenômeno novo que teria surgido nos anos 80 e se teria desenvolvido nos anos 90 (Charlot, 2002, p. 432). Os atos e ações de violência na escola não são recentes, uma vez que, ao longo da história, já no século XIX ocorreram explosões violentas em algumas escolas de 2º grau e que foram contidas por prisão. A violência na escola não é um acontecimento novo, porém, é um fenômeno que assume novas formas, muito mais graves e sem limites (Charlot, 2002).

A história demonstra que a violência nas escolas não é um fenômeno novo. Contudo, novas formas de violência escolar nascem cotidianamente, fatos estes que têm tornado a violência o objeto de estudo de pesquisadores de diversas áreas, pois ela afeta a sociedade como um todo (Souza, 2012, p. 22).

As novas formas de violência na escola se configuram como homicídios, agressões com armas, estupros, que Charlot (2002) diz que são fatos que continuam muito raros, mas, de uma proporção tão grande que dão a impressão de que não há mais limite e que tudo pode acontecer na escola, a qualquer momento, produzindo, assim, uma angústia social diante da violência que assola as escolas.

“[...] Os ataques a professores ou os insultos que lhes são dirigidos já não são raros: aí também, um limite parece ter sido transposto, o que faz crescer a angústia social” (Charlot, 2002, p. 433). Uma comunidade escolar que não respeita o professor, transmite a ausência de educação, o que a escola tem o papel de proporcionar, educação de qualidade e ascensão social aos sujeitos envolvidos no processo de aprendizagem.

Assim, o ambiente escolar deve contemplar um cotidiano em que o respeito é a sustentação para espaços saudáveis, seguros e educativos. No entanto, “A escola, como instituição que faz parte da sociedade, sofre os reflexos dos fatores de violência externos que têm gerado conflitos manifestados dentro da sala de aula, comprometendo o aprendizado e as relações interpessoais” (Anser; Joly; Vendramini, 2003, p. 70). Logo, é notável que os fatores externos da sociedade adentram e acometem o contexto escolar, corroborando para a perpetuação da violência escolar, que conforme Priotto e Boneti (2009):

Denomina-se violência escolar todos os atos ou ações de violência, comportamentos agressivos e antissociais, incluindo conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, atos criminosos, marginalizações, discriminações, dentre outros praticados por, e entre, a comunidade escolar (alunos, professores, funcionários, familiares e estranhos à escola) no ambiente escolar (Priotto e Boneti, 2009, p. 162-163).

O ambiente escolar é o reflexo da sociedade e as ações educativas precisam contribuir para a formação de cidadãos que prezam pela ordem social e busquem, por meio da educação, qualificar -se para o mercado de trabalho, para viver exercendo sua plena cidadania e reconhecer-se enquanto pessoa capaz de promover o bem comum, sabendo comportar-se de acordo com as diversas práticas sociais, comuns do convívio de um povo.

Conforme Stelko-Pereira; Williams (2010):

A escola é fundamental para o pleno desenvolvimento do indivíduo, devendo ser um dos contextos sociais que estimule as habilidades intelectuais, as habilidades sociais e a absorção crítica dos conhecimentos produzidos em nossa sociedade. A escola deve ser importante no tempo presente e no tempo futuro, sendo referência para o aluno de um local seguro, prazeroso e no qual ele pode se conhecer, conhecer aos seus próximos e a sociedade em que vive, projetando como quer atuar no mundo (Stelko-Pereira; Williams, 2010, p. 47).

Para Stelko-Pereira; Williams (2010) a escola tem um importante papel social e isso deixa evidente o quanto é importante estudar a violência escolar e demarcar de forma mais precisa o que seja esse problema. “Para se definir o que vem a ser a violência na escola, deve-se primeiramente abordar, ainda que não exaustivamente, alguns dos aspectos existentes na violência escolar para inseri-la no fenômeno da violência” (Stelko-Pereira; Williams ,2010, p. 47).

Quando falamos em violência escolar os pensamentos nos levam a pensar que o espaço físico da escola é o único a possibilitar práticas violentas, ou ainda, não imaginar que a violência perpassa os muros da escola e existe violência dentro dela. Mas, conforme Stelko-Pereira e Williams (2010) a violência na escola pode não acontecer por meio de uma localização geográfica precisa, podendo ser de forma virtual, quando ocorrem situações em que mensagens de cunho agressivo são encaminhadas entre membros da escola utilizando-se do espaço eletrônico.

Conforme Ayala-Carrillo (2015): “La violencia escolar forma parte de la realidad cotidiana de las instituciones educativas” (p. 493), sendo um tema bastante atual que gera preocupações, inclusive, pela frequência pela qual vem acontecendo, acarretando consequências para as vítimas e para toda a sociedade, de modo geral.

Ayala-Carrillo (2015) diz ainda que:

Se trata de un fenómeno cuya complejidad no puede ser analizada con una sola perspectiva, metodología o enfoque. Desde el ámbito de la salud, se ha analizado como un problema médico, psicológico y físico; desde la sociología, como un hecho social que afecta la convivencia en el ámbito escolar y trasciende a los espacios familiar, comunal y social; desde el derecho, como una conducta antisocial de los menores de edad, con poca o

nula regulación, entre otros. Para su análisis, se requiere una reflexión colectiva donde se visualicen los factores que la influyen, pero también aquellos que pueden prevenirla (Ayala-Carrillo, 2015, p. 493).

Para além da discussão conceitual, a análise e a compreensão da violência escolar têm sido conduzidas levando em consideração diferentes abordagens: às vítimas, os agressores e as testemunhas, a partir das interações entre pares, nos contextos familiares e culturais, da dinâmica das organizações, bem como, as consequências e efeitos nas pessoas (Ayala-Carrillo, 2015).

“Sabe-se que não é fato novo a preocupação de membros e autoridades com a violência escolar, que diariamente a sociedade enfrenta” (Priotto; Boneti, 2009). A preocupação com a violência escolar é unânime, tendo em vista as recorrentes práticas de atos bárbaros que acometem as escolas de todo o mundo.

Os autores Charlot (1997) e Abramovay (2003) pontuados por Priotto e Boneti (2009) classificaram as ações e os atos de violência na escola em dois níveis, que se referem às incivilidades e a violência simbólica ou institucional. No ano de 2002, Charlot aprimorou os estudos e classificou os episódios de violência na escola em três níveis de manifestação, que são: violência na escola, violência da escola, violência contra a escola (Priotto e Boneti, 2009).

Segundo Priotto e Boneti (2009) Abramovay (2003) classifica o fenômeno como violência *na* escola, e a pesquisadora Priotto (2008) refere como *violência escolar*, considerando que esta denominação é mais abrangente por englobar violência *na*, *da* e *contra* a escola.

No que diz respeito à violência *na* escola, esta se caracteriza por diversas manifestações que acontecem no cotidiano da escola, praticadas por e entre professores, alunos, diretores, funcionários, familiares, ex-alunos, pessoas da comunidade e estranhos (Priotto e Boneti, 2009, p. 168).

Na escola os atos e ações de violência que mais são recorrentes são as agressões físicas e verbais, envolvendo todos os sujeitos que direta ou indiretamente fazem parte do cotidiano da escola, que em uma relação de poder, desencadeiam para uma pessoa que exerce a ação e outra que sofre a ação, de forma individual ou coletiva, reflete para a violência que se aflora em meio ao espaço escolar.

Caracterizam-se como atos ou ações de violência: Física – contra o(s) outro(s) ou contra o grupo, contra si próprio (suicídios, homicídios, espancamentos, deferimentos, roubos, assaltos, ferimentos, golpes, estupro, agressões sexuais, exibicionismo, porte de armas que ferem, sangram e matam; drogas [uso, oferta, venda, distribuição de Álcool, Tabaco, Maconha, Cocaína, Crack, Merla, Anfetamínicos e outros]).

Incivilidades - desacato, palavras grosseiras, indelicadeza, humilhações, falta de respeito, intimidação ou *bullying*. Como reforça Fukui (1991), essas ações costumam ocorrer: dentro da escola (pátio, quadra, salas de aula); portão de entrada da escola e na via pública em frente à escola. Com efeito, esses atos de violência sempre envolvem indivíduos pertencentes à escola, como vítimas ou como agressores (Priotto e Boneti, 2009, p. 168).

Violência contra a escola é caracterizada como atos que resultem em incêndios ou destruição, roubo ou furtos do patrimônio, ou todo ato representado como vandalismo, que acarrete danos ao patrimônio, como, desvio de carteiras, cadeiras, portas, paredes, cabos de fiação ou de telefone, bem como, materiais e equipamentos das instituições escolares (Priotto e Boneti, 2009). Tais atos de violência impactam sobre os membros da escola, da comunidade e até mesmo pessoas estranhas à escola. Já a violência da escola é descrita por Priotto e Boneti (2009) como:

Em relação à violência *da* escola, mostra-se todo tipo de práticas utilizadas pela instituição escolar que prejudicam seus membros (qualquer um destes) como: os fracassos escolares, falta de interesse em permanecer na escola, o conteúdo alheio aos interesses dos alunos e do mercado de trabalho, os preconceitos (racismo), a desvalorização (tanto da instituição para com o aluno, como do aluno para si mesmo). A indisciplina, a expulsão, a intimidação, o ameaçar - abuso do poder (baseado no consentimento que se estabelece e se impõe mediante o uso de símbolos de autoridade por parte dos professores, diretores e supervisores, exemplo: avaliação, atribuição de notas, entrega do boletim, a marginalização, a desvalorização do profissional professor, a insatisfação, indiferença, absentismo dos alunos, despreparo do profissional, falta de estímulos e interesse em educação continuada, discriminações diárias onde se destacam como violentas situações que não envolvem a força, mas se caracterizam por ações de força [...] (Priotto e Boneti, 2009, p. 169).

Para Priotto e Boneti (2009) dentro do conceito de violência escolar existe uma mistura entre os termos violência e indisciplina, e que muitas das vezes são usados de forma sinônima no cotidiano da escola. Violência e indisciplina são questões que causam desafios para escola nos dias atuais.

Priotto e Boneti (2009, p. 170) apontam que: “Indisciplina pode ser entendida como uma forma de manifestação contra a exigência ou quebra de regras ao adequar-se à sociedade”. Os ambientes, especialmente, a escola, como reflexo da sociedade, carrega normas e regras a serem cumpridas, e a resistência ou não aceitação dessas regras causam a quebra e consequentemente, a indisciplina.

Por sua vez, a indisciplina é apresentada como forma de violência, no entanto, é importante ressaltar que “[...] violência difere-se por causar danos e/ou sofrimento ao outro ou a algo que lhe pertence. Assim, quando a indisciplina não é entendida pelo professor, a escola pratica violência *da* escola” (Priotto; Boneti, 2009, p. 170).

Outro fator que consiste em um problema resultante da violência da escola diz respeito à exclusão social resultante da evasão escolar, que de forma grave, no Brasil, os processos de exclusão se afirmam no âmbito da sociedade e praticada no campo da educação, excluem coincidentemente, dos mesmos cidadãos, o direito à habitação, ao emprego, à saúde, a educação (Priotto e Boneti, 2009).

As desigualdades evidenciadas no espaço educacional condizem com as mesmas desigualdades que ocorrem na sociedade, refletindo para a exclusão e para a violência escolar, fruto também das diferenças econômicas, sociais, políticas e culturais vivenciadas no seio da sociedade, minimizadas ou “esquecidas” pelo poder público e, por vezes, naturalizadas pela sociedade civil.

Sendo corroborado pela compreensão de que viver sob condições de exclusão social e econômica já representam, por si, tipos de violência, juntamente a fatores aversivos dentro da escola, tais como instalações e equipamentos em más condições, altas temperaturas, barulho, acesso restrito aos espaços da escola, gradeamento de seu terreno, vê-se que a violência é cotidiana para muitas crianças e adolescentes que não possuem acesso à educação de qualidade ou que não têm as devidas condições para permanecer na escola (Lima, 2021, p. 33).

É importante ressaltar que a violência escolar para Priotto (2008) e a violência na escola para Abramovay (2003) citado por Priotto e Boneti (2009) pode se manifestar através dos seguintes eventos: violência física, agressão física, violência simbólica (verbal – abuso de poder) e violência verbal (incivilidades).

Agora vamos nos debruçar sobre a classificação de violência na escola, violência contra a escola, e violência da escola, a partir dos critérios de classificação de Charlot (2002), professor, pesquisador, filósofo de formação, doutor em educação, pontua que a violência na escola diz respeito a:

Violência na escola é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando um bando entra na escola para acertar contas das disputas que são as do bairro, a escola é apenas o lugar de uma violência que teria podido acontecer em qualquer outro local. Violência da escola está ligada à natureza e às atividades da instituição escolar: quando os alunos provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violência que visam diretamente à instituição e aqueles que a representam. Essa violência contra a escola deve ser analisada com a violência da escola: uma violência institucional, simbólica, que os próprios jovens suportam através da maneira como a instituição e seus agentes os tratam (modos de composição das classes, de atribuição de notas, de orientação, palavras desdenhosas dos adultos, atos considerados pelos alunos como injustos ou racistas) (Charlot, 2002, p. 434).

Já a violência à escola está ligada à natureza e às atividades realizadas pela instituição escolar, que Charlot (2002) apresenta como: “[...] quando os alunos

provocam incêndios, batem nos professores ou os insultam, eles se entregam a violências que visam diretamente a instituição e aqueles que a representam" (Charlot, 2002, p. 434).

A violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola já que envolve violência institucional e simbólica, se relacionando com a maneira como os jovens são tratados pela instituição e seus agentes, no que diz respeito a composição das classes, da atribuição de notas, de orientação, palavras desrespeitosas proferidas pelos adultos, atos considerados pelos alunos racistas e injustos (Charlot, 2002).

"Se os jovens são os principais autores (mas não os únicos) das violências escolares, eles são também as principais vítimas dessa violência" (Charlot, 2002, p. 435). Charlot (2002) diz ainda que do ponto de vista estatístico, o número de alunos autores da violência e alunos vítimas se assemelham e isso se torna uma situação difícil, que envolve jovens fragilizados por um ou por vários pontos de vista, além das violências sociais que assolam principalmente os jovens menos favorecidos economicamente.

"Os pesquisadores franceses desenvolveram muito, nestes últimos anos, uma distinção particularmente útil do ponto de vista teórico e prático: eles distinguem a violência, a transgressão e a incivilidade" (Charlot, 2002, p. 437).

O termo violência, pensam eles, deve ser reservado ao que ataca a lei com uso da força ou ameaça usá-la: lesões, extorsão, tráfico de droga na escola, insultos graves. A transgressão é o comportamento contrário ao regulamento interno do estabelecimento (mas não ilegal do ponto de vista da lei): absenteísmo, não-realização de trabalhos escolares, falta de respeito, etc. Enfim, a incivilidade não contradiz, nem a lei nem o regimento interno do estabelecimento, mas as regras da boa convivência: desordens, empurrões, grosserias, palavras ofensivas, geralmente ataque quotidiano – e com frequência repetido – ao direito de cada um (professor, funcionários, aluno) ver respeitada sua pessoa (Charlot, 2002, p. 437).

As distinções são essencialmente importantes para que não haja confusão e se compreenda como, onde acontece e a quem compete intervir de acordo com cada situação, e que os meios que provém as ações educativas amenizem as incivilidades, garantindo que as identidades pessoais e profissionais não sejam atingidas, proporcionando mais dignidade e respeito e menos ataques que terminam por gerar a violência (Charlot, 2002).

Uma das práticas recorrentes de atos de violência no ambiente escolar se configura como Bullying, "[...] considerado como um ato de violência, devido aos

comportamentos apresentados, tem origem na palavra inglesa *bully*, ou seja, “valentão” (Priotto e Boneti, 2009, p.166).

No âmbito da violência escolar, destaca-se o bullying. Considerado um tipo de violência que vem ganhando a atenção dos pesquisadores e da mídia, este fenômeno não se restringe ao ambiente escolar, podendo ocorrer também em ambientes de trabalho, comunidades, etc. (Andrade, 2014, p.11).

“Assim, o conceito de bullying inclui estratégias de intimidação do outro que resultam em práticas violentas exercidas por um indivíduo ou pequenos grupos” (Olweus, 1993 apud Andrade, 2014, p. 11). Bullying designa em língua inglesa o ato decorrente do substantivo *bully*, que significa algo próximo a “brigão” ou “valentão” em português” (Bazzo, 2018, p. 18).

De acordo com Andrade (2014, p. 19) “O termo bullying é de origem anglo-saxônica e vem da expressão “to bully”, que significa agredir, provocar, intimidar, e designa o fenômeno de agressão e vitimização entre pares”. Comumente, o bullying se configura com atitudes agressivas, intencionais, com frequência e uso exagerado do poder, por meio de relações desiguais que culminam em danos à vítima, seja de cunho físico, psicológico ou moral.

O bullying pode acontecer em diversos contextos sociais e familiares, mas, é no ambiente escolar que as práticas de bullying predominam e perpassam por todas as classes sociais, faixas etárias, gêneros, níveis e modalidades de ensino. O bullying pode ocorrer “verbalmente (por ameaças, insultos, provocações e/ou atribuição de nomes pejorativos); por contato físico (por tapas, empurões, chutes e/ou beliscões) ou ainda silenciosamente (por caretas, gestos e/ou exclusão)” (Bazzo, 2018, p. 18).

Observa-se que atitudes como ofender, ignorar, excluir, ferir, humilhar, sempre foram encontradas nas escolas, não importando se de ensino público ou particular, se de ensino fundamental ou médio. O fenômeno tem-se estendido cada vez mais para as séries iniciais e acaba muitas vezes por sair da escola e invadir a vida pessoal, através de mensagens pela Internet e celulares (Priotto e Boneti, 2009, p.166).

Se alastrando por todo o mundo, o bullying é datado pela ciência a partir da década de 70, sendo uma forma de violência desencadeada no ambiente educacional e envolvendo relações de poder e comportamentos agressivos entre alunos, se configurando e modificando-se de acordo com as faixas etárias de cada contexto escolar.

Com base em Bazzo (2018) foi Olweus que pioneiramente fixou a identificação, o combate e a prevenção do bullying para garantir os direitos humanos fundamentais a todo cidadão. “No Brasil, o termo cunhado por Olweus experimenta uma vultosa popularização somente a contar de meados da primeira década dos anos 2000” (Bazzo, 2018, p. 18).

Com a elevada passagem de tempo, as práticas de bullying já haviam tomado uma grande proporção nos ambientes escolares, tanto no Brasil como nos demais países, se transformando para outras práticas a partir do meio digital, com a dimensão do uso da internet, eis que surge o cyberbullying “que consiste no *bullying* praticado via meios eletrônicos, dentre eles, os telefones celulares e as redes sociais virtuais” (Bazzo, 2018, p. 18).

O bullying é uma forma de violência que particularmente acontece entre crianças e adolescentes, especialmente no contexto escolar e quando não regulados pela presença de um adulto, envolvendo dominação, ou seja, o uso do poder por parte de um sobre o outro, e a perseguição destrutiva para a vítima, no decorrer de um período de tempo prolongado.

O *bullying* caracteriza antes um padrão de comportamento do que incidentes isolados, e com frequência se agrava caso não seja controlado. Pode ser definido como o comportamento intencional e agressivo recorrente contra uma vítima, em uma situação em que há um desequilíbrio real ou percebido de poder e as vítimas se sentem vulneráveis e impotentes para se defenderem. Comportamentos de *bullying* podem ser físicos (golpes, chutes e a destruição de bens), verbais (provocação, insulto e ameaça), ou relacionais (difamação e exclusão de um grupo) (UNESCO, 2019, p.15).

Dentre as práticas de bullying, inclui-se o cyberbullying, que a (UNESCO, 2019) apresentou como:

O *cyberbullying* envolve a postagem e envio de mensagens eletrônicas, incluindo textos, fotos ou vídeos, com o objetivo de assediar, ameaçar ou atingir outra pessoa por meio de uma variedade de mídias e plataformas sociais, como redes sociais, salas de bate-papo, *blogs*, mensagens instantâneas e mensagens de texto. O *cyberbullying* pode incluir a difamação, postagens contendo informações falsas, mensagens ofensivas, comentários ou fotos constrangedoras, ou a exclusão de alguém das redes sociais ou outro sistema de comunicação. O *cyberbullying* permite que os agressores permaneçam anônimos, podendo atingir a vítima a qualquer hora e em qualquer dia com mensagens e imagens que podem ser rapidamente visualizadas por uma vasta audiência (UNESCO, 2019, p. 15).

Conforme a UNESCO (2019), o público que corre maior risco de sofrer cyberbullying, se encontram entre os menos favorecidos, pessoas com deficiências, crianças excluídas socialmente, que estão fora da escola, são minorias ou afetadas pela migração, não têm acesso a internet e por não terem condições de aprender

sobre segurança online, se tornam mais propensas e tendem a ser vítimas do cyberbullying. Outro fator de maior risco diz respeito ao gênero, que a violência se apresenta por meio de atos ou ameaça de violência sexual, física ou psicológica, enfrentadas principalmente por crianças e adolescentes.

Crianças e adolescentes cuja orientação sexual, identidade ou expressão de gênero não se conformam às normas tradicionais de gênero também são mais propensas a sofrerem violência escolar e *bullying*. Esse é um tipo específico de violência baseada em gênero que é praticada como resultado das normas de gênero e atitudes tácitas, inconscientes ou dissimuladas, que viabilizam os estereótipos de gênero. Em algumas situações, por exemplo, os meninos podem ser provocados quanto a sua falta de masculinidade ou as meninas quanto a sua falta de feminilidade (UNESCO, 2019, p. 18).

As causas subjacentes da violência escolar e do *bullying* incluem normas sociais e de gênero e fatores estruturais e contextuais mais amplos (UNESCO, 2019, p. 17). As normas sociais que determinam as regras a serem seguidas socialmente, como, a dominação do homem, a submissão e a prevalência da violência contra a mulher, a discriminação de gênero, os padrões de belezas preestabelecidos, culminam para as práticas de violência e de *bullying*, sobretudo, nos espaços escolares, mas também, naqueles não escolares.

Os dados apresentados por meio da UNESCO (2019), apontam as crianças e adolescentes vulneráveis como sendo mais propensas a se tornarem alvo e consequentemente, vítimas de violência escolar e *bullying*, apontando alguns desencadeadores, como: deficiência, gênero, pobreza ou status sociais, diferenças étnicas, linguísticas ou culturais, aparência física, orientação sexual, expressão ou identidade de gênero.

De acordo com o relatório da Unesco (2019) há indícios de que há diferenças nas formas com que as meninas e os meninos vivenciam a violência escolar e o *bullying*; sendo os meninos mais propensos a exercer e vivenciar a violência física, castigo físico ou formas mais severas de castigo na escola, já as meninas tendem a exercer e vivenciar a violência psicológica e sexual. No entanto, tais tipos de violência acontecem entre todas as crianças e adolescentes e, assim, não se pode ignorar tais possibilidades tanto para meninas quanto para os meninos.

Segundo um estudo realizado na Austrália, os meninos sofrem *bullying* com mais frequência do que as meninas, especialmente durante o ensino médio. Embora meninos e meninas sejam submetidos a provocações e xingamentos de maneira quase igual, os meninos estão mais expostos ao *bullying* e ameaças do que as meninas. Estas são mais propensas a relatar terem sido excluídas de forma deliberada (UNESCO, 2019, p. 18).

A idade também é um fator importante para entender quanto aos tipos de violência escolar e o *bullying*, em que “a ocorrência do *bullying* na forma de agressão física é mais frequente durante o ensino fundamental, enquanto o *cyberbullying*, que ocorre mais durante o ensino médio, apresenta um aumento dentro da faixa etária correspondente” (UNESCO, 2019, p.19).

A violência escolar e o *bullying* podem ocorrer em diferentes espaços e, segundo a Unesco (2019): “A violência escolar e *bullying* podem ocorrer dentro e fora da sala de aula, no entorno das escolas, a caminho ou na volta da escola, e também *online* (UNESCO, 2019, p. 19). Assim sendo, a violência escolar e o *bullying* ultrapassam os muros das escolas e quando *online*, no caso do *cyberbullying*, não há limite espacial.

Um grande problema ocasionado a partir da violência escolar, e nos casos de *bullying* ou *cyberbullying*, é que a maioria das crianças e adolescentes que o sofre não denunciam ou procuram ajuda e isso faz com que as consequências sejam ainda maiores ao longo do tempo e por isso, é essencialmente necessário que as pessoas adultas fiquem atentas aos possíveis sinais das vítimas.

Pensamos em que dimensão essa violência escolar com suas múltiplas formas de acontecer dentro e fora do espaço escolar, trazem ou não impactos para a qualidade do ensino e aprendizagem, bem como, o desempenho educacional de crianças e adolescentes que são atores e frequentes vítimas desses atos e ações violentas. De acordo com a Unesco (2019):

Os efeitos educacionais nas vítimas da violência escolar e do *bullying* são significativos. A violência e o *bullying* cometidos por professores ou outros estudantes podem fazer com que as crianças adolescentes tenham medo de ir à escola, bem como interferir em sua capacidade de concentração em sala de aula ou na participação de atividades escolares. Seu efeito nas testemunhas pode ser semelhante (UNESCO, 2019, p. 27).

A inferência dos efeitos educacionais aponta para a falta de aulas ou o abandono por completo da escola, desviar-se de atividades escolares, tirar notas baixas e serem menos propensas a alcançar o ensino superior, bem como, possibilidades de empregos. O *bullying* reduz o desempenho dos estudantes em matérias fundamentais como a matemática, impactando negativamente o rendimento escolar (UNESCO, 2019).

Podemos dizer que todo o ambiente escolar e as testemunhas são afetadas pela violência escolar e pelo *bullying*, pois, todo o espaço educacional sofre as consequências de uma realidade que assombra e traz medo e insegurança,

interferindo na qualidade da educação e das vivências que são naturais em um ambiente que envolve inúmeras pessoas, pais, comunidade escolar, profissionais, crianças e adolescentes que vão a escola em busca de conhecimento, diversão e bons momentos de cidadania.

Ambientes de aprendizagem não seguros criam um clima de medo e insegurança e a percepção de que os professores não têm controle ou não se importam com o bem-estar dos estudantes, o que reduz a qualidade da educação para todos os estudantes (UNESCO, 2019, p. 27).

A violência escolar e o bullying acarreta um impacto significativo nos aspectos sociais e econômicos, “estima-se que só no Brasil a violência entre os jovens acarrete o custo de aproximadamente 19 bilhões de dólares por ano, dos quais 943 milhões podem estar associados à violência na escola” (UNESCO, 2019, p. 30).

Já nos Estados Unidos da América (EUA), “estima-se que os custos associados à violência na escola sejam de 7,9 bilhões de dólares ao ano” (UNESCO, 2019, p. 30). A violência na escola está presente em muitos países do mundo, interferindo em todos os aspectos e setores que envolvem a vida humana em sociedade.

Segundo o relatório da Unesco (2019) o setor de educação deve dispor de uma resposta para a violência escolar e o bullying com ações que envolvam a proteção jurídica; política, liderança e conscientização efetivas; parcerias envolvendo crianças e jovens; mecanismo de denúncia e reclamação, além de serviços de apoio eficazes; dados confiáveis e monitoramento e avaliação rigorosos; capacitação de professores e funcionários, crianças e adolescentes.

O setor de educação, em seu trabalho conjunto com outros setores e partes interessadas, tem a responsabilidade de proteger as crianças e jovens da violência e oferecer um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo para todos os estudantes. A escola também é um lugar onde o comportamento violento pode ser modificado e o comportamento não violento aprendido; tanto o ambiente de aprendizagem quanto o conteúdo educativo podem transmitir uma compreensão dos direitos humanos, igualdade de gênero, valores de respeito e solidariedade e habilidades para se comunicar, negociar e resolver os problemas pacificamente. Além disso, as escolas sem violência também podem promover a não violência na comunidade em geral (UNESCO, 2019, p. 32).

As entidades escolares, por meio de suas políticas de funcionamento, devem deixar bem esclarecido e traçado as responsabilidades de cada profissional da escola no combate da violência escolar e do bullying, inclusive por meio de capacitação para ampliar a compreensão de gestores escolares, professores e demais funcionários.

Diretores, professores e outros funcionários precisam de treinamento e suporte para ampliar sua compreensão sobre a violência escolar e o *bullying* e suas causas subjacentes, a fim de poderem prevenir, identificar e combater sua ocorrência entre os estudantes. Também precisam estar capacitados para empregar técnicas de gestão positivas e não violentas em sala de aula, bem como abordagens não violentas para o disciplinamento (UNESCO, 2019, p. 32).

Para que a escola consiga avançar no combate a violência escolar, o *bullying* e o *cyberbullying*, é preciso, além de muitas outras conquistas, muita conscientização e capacitação, pois, frequentemente tais atos violentos são enxergados pelos adultos como natural do crescimento das crianças e amadurecimento dos adolescentes, que é uma fase bem turbulenta, não havendo a atenção e preocupação necessária para os severos danos que tais violências trazem ao serem ignoradas pelos adultos, no contexto escolar e familiar.

5.3 Direitos Humanos e Enfrentamento à Violência Escolar

As mudanças no contexto social são inerentes aos processos de transformações que configuram as relações entre os membros de uma sociedade e a contemporaneidade apresenta novos aspectos que resultam em violações de direitos humanos, de modo geral, e a violência e o desrespeito que aumentam a cada dia são devastadores para as relações humanas, é então que as leis são de extrema importância para que os direitos humanos sejam preservados e garantidos.

Para isso, a legislação, essencial para as relações sociais de modo saudável e para a garantia de direitos, se configura pelos atos normativos e as leis que regem um país, Estado Democrático de Direito, que preza pela dignidade humana como um de seus fundamentos, em que o compromisso do Estado está direcionado para as questões e problemáticas sociais, que por sua complexidade, demandam a proteção dos direitos individuais e coletivos.

Para tanto, menciona-se um grande marco legislativo, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), que dispõe de 3 versões, a primeira publicada no ano de 2003, seguida de uma 2^a tiragem atualizada, com inclusão da parceria com o Ministério da Justiça (MJ), com publicação no ano de 2007 pelo

Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva; a segunda edição, revisada e atualizada, publicada no ano de 2013, pela Presidenta da República Federativa do Brasil, Dilma Vana Rousseff; e a terceira reimpressão simplificada publicada no ano de 2018, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Michel Temer. Isto posto, nota-se que as 3 atualizações do PNEDH aconteceram a cada gestão de governo da Presidência da República, com exceção do mandato do ex-presidente da República Federativa do Brasil, Jair Messias Bolsonaro (2019 - 2022).

O processo de formulação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), teve início no ano de 2003 a partir da criação do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), por meio da Portaria nº 98/1993 da SEDH/PR, composto por especialistas, representantes da sociedade civil, instituições públicas e privadas e entidades internacionais (PNEDH, 2018).

Ainda no ano de 2003, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) foi lançado, apoiado em documentos internacionais e nacionais, determinando a inclusão do Estado brasileiro na história da afirmação dos direitos humanos, em um momento singular, representado pela Década da Educação em Direitos Humanos, prevista no Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH) e expressa em seu Plano de Ação (PNEDH, 2007).

A primeira versão do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos -PNEDH, no ano de 2003, tinha a premissa de ser debatida nas regiões do Brasil, por todos aqueles que se comprometeram com a causa dos direitos humanos, que são fundamentais para a pessoa humana. O PNEDH contempla uma política de ações a serem desenvolvidas almejando a educação em direitos humanos, subsidiadas por este documento norteador que foi inicialmente traçado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos - SEDH e o Ministério da Educação - MEC, com apoio de outros órgãos do governo (Brasil, 2003), após iniciativa da sociedade civil organizada.

O Ministério da Educação – MEC, com o compromisso de promover educação de qualidade para todos, atua para garantir os ideais democráticos, igualdade de oportunidades para todos, que também têm o direito de usufruir dos bens sociais a partir do conhecimento e da consolidação dos direitos humanos. Já a Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH “tem como princípios o combate à discriminação e a promoção da igualdade entre as pessoas e a afirmação de que os

direitos humanos são universais, indivisíveis e interdependentes" (PNEDH, 2003, p. 6). Além disso, os projetos e as ações da SEDH aspiram a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos, especialmente, aos grupos mais vulneráveis e em situação de risco (PNEDH, 2003).

A educação é um direito humano impulsionador dos outros direitos; é através dela que a construção de conhecimentos se efetivam, os valores são aperfeiçoados, as atitudes são transformadas, a cidadania e a democracia ganham espaço e a sociedade avança com cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres, se tornando protagonistas em uma sociedade tão desigual e excludente, em que o abuso de poder e as transformações sociais interferem na vida e nos direitos humanos.

Educar em direitos humanos é fomentar processos de inclusão social e educacional, contribuindo para a formação de pessoas, da cidadania, do respeito à diversidade e a pluralidade cultural, étnica, racial, de gênero e de crenças religiosas, trilhando caminhos para o desenvolvimento a partir da garantia dos direitos humanos, da vida humana em sociedade, livres da violação de direitos e da violência que fere todos os princípios da humanidade e as lutas traçadas por meio do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, que requer a contribuição de todos, para que, coletivamente, o sucesso seja alcançado ao longo dos anos. Na medida em que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) tinha como objetivo seu aperfeiçoamento, no ano de 2004, seguiu sendo divulgado e debatido em encontros, seminários e fóruns em âmbito internacional, nacional, regional e estadual (PNEDH, 2018, p. 48).

Já no ano de 2005, os encontros foram realizados em âmbito estadual, com a finalidade de divulgar o Plano, resultando em colaborações importantes de representantes da sociedade civil e do governo para aprimoramento e ampliação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH. No ano de 2006, uma equipe de professores e alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), instituição vencedora do processo licitatório, a qual ficou responsável pela sistematização das contribuições recebidas dos encontros estaduais de educação em direitos humanos apresentou ao Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH) as propostas consolidadas e formulou uma versão preliminar do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH (PNEDH, 2018).

Posteriormente, o documento foi submetido à consulta pública, via internet e, em seguida, revisado e aprovado pelo Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos - CNEDH, responsável por sua versão definitiva (PNEDH, 2018), contemplada na 2^a tiragem que foi publicada em 10 de dezembro do ano de 2006, pelo Presidente da República Federativa do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) “é resultado de uma articulação institucional entre governo federal, governos estaduais, municipais e do Distrito Federal; organismos internacionais; instituições de educação superior e sociedade civil organizada” (PNEDH, 2018, pág. 48). Os responsáveis pela coordenação foram a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) e o Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério da Justiça (MJ), que também ficaram incumbidos pela avaliação das ações desenvolvidas pelos órgãos e entidades públicas e privadas (PNEDH, 2018), que contou com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A 2^a tiragem do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) publicado no ano de 2007, enfatiza em sua apresentação, o compromisso oficial para a continuidade da implementação do PNEDH, nos anos seguintes, consolidando uma cultura de paz a partir desta política pública concretizada pelo governo e pela sociedade, colaborando com o progresso da democracia.

Na segunda edição do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) publicado no ano de 2013, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR) passou a ser Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Justiça (MJ) com apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). A versão atualizada no ano de 2013, bem como, no ano de 2018, contaram com a inclusão da Resolução de Nº 1, de 30 de maio de 2012, que “Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos”.

Cabe frisar ainda que no ano de 2018, o Ministério dos Direitos Humanos foi o único responsável pela 3^a versão reimpressa do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), não havendo parcerias com os demais Ministérios das edições anteriores, nem o apoio da Unesco, o que se configura uma perda para a

sua efetivação, visto a importância das parcerias e apoios firmados para a proteção e garantia dos direitos humanos.

Em tempos difíceis expressos por inúmeros conflitos, educar em direitos humanos se torna necessário e urgente para que a defesa, o respeito, a promoção e a valorização dos direitos sejam preservados e cumpridos (PNEDH, 2018), no entanto, o Ministério da Educação e da Justiça não estão inclusos na versão mais atual publicada no ano de 2018 e, isso impacta nos resultados aos quais as instituições e a sociedade carecem de alcançar.

A universalidade se relaciona ao campo do direito e a igualdade preserva que todos tenham os mesmos direitos e deveres, logo, ambas são essenciais para os humanos, todavia, a ampliação da temática da igualdade superando o campo estrito da política e estendido para as questões fundamentais do respeito à vida em dignidade, da diversidade e do pleno repúdio a todo tipo de violência, ainda se apresenta como um obstáculo no cotidiano da atual realidade em que vivemos, em que a prática dos direitos humanos ainda se encontra distanciada, pontuais e isoladas, acontecendo de forma restrita e imposta (PNEDH, 2013).

Apesar disso, vale salientar que a importância dessa discussão para a sociedade vem se afirmado para que todos tenham seus direitos assegurados, saindo do idealizado para o concreto, nas práticas cotidianas de solidariedade, cultura de paz, autonomia, justiça e inclusão para todos, pensados e previstos na perspectiva do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos e as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (Resolução de N° 1, de 30 de maio de 2012).

No Brasil, “[...] a temática dos direitos humanos adquiriu elevada significação histórica, como resposta à extensão das formas de violência social e política vivenciadas nas décadas de 1960 e 1970” (PNEDH, 2007). A reprodução das desigualdades e das violências percorrem a história do Brasil e o debate sobre os direitos humanos ganhou espaço a partir dos anos de 1980 e 1990 quando a sociedade civil organizada e as ações governamentais se destinaram ao fortalecimento da democracia, que teve como marco significativo, a Constituição Federal de 1988, que instituiu o Estado Democrático de Direito e reconheceu, entre seus princípios, a dignidade da pessoa humana, como sujeito de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais (PNEDH, 2007).

A apresentação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, em sua 2^a tiragem publicada no ano de 2006, diz que o plano é fruto do compromisso do Estado com a efetivação dos direitos humanos e da sociedade civil organizada, que historicamente, contribuiu para a sua construção, embasados nos principais documentos internacionais de direitos humanos, seguidos pelo Brasil, contemplando demandas antigas e contemporâneas para que a democracia seja efetivada, trazendo desenvolvimento, justiça social e estabelecendo uma cultura de paz no território brasileiro (PNEDH, 2007).

O Estado brasileiro tem como princípio a proposição dos direitos humanos como universais, indissociáveis e interdependentes e, para sua concretização, todas as políticas públicas devem considerá-los na ótica da construção de uma sociedade apoiada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, respeitando a diversidade para firmar uma cultura democrática e cidadã (PNEDH, 2007).

Dessa forma, o governo brasileiro tem o compromisso de propiciar uma educação de qualidade para todos, percebida e promovida como direito fundamental para os cidadãos brasileiros, e para isso, o ensino deve ser universalizado e ampliado para a melhoria da qualidade da educação em todos os níveis e modalidades de ensino, de modo a promover acesso e permanência dos sujeitos nos ambientes de educação formal.

Um país democrático deve zelar pela garantia da educação das “pessoas com necessidades especiais, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a valorização dos (as) educadores (as) da educação, da qualidade da formação inicial e continuada [...]” (PNEDH, 2007, p. 11) proporcionando o conhecimento e a inclusão para todos, garantindo e efetivando os direitos humanos.

A sociedade civil teve papel importante na construção dos objetivos do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, que deve ser efetivado mediante a união de esforços para esta política pública que prioriza os direitos humanos enquanto uma política de Estado democrático que preza pela igualdade e equidade, subsidiadas pela execução de políticas, programas e ações dedicadas para a promoção dos direitos humanos, do respeito e da melhoria da qualidade de vida da nação.

A estrutura do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH estabelece concepções, princípios, objetivos, diretrizes e linhas de ação,

contemplando os cinco grandes eixos de atuação a seguir: Educação Básica, Educação Superior, Educação Não-Formal, Educação dos Profissionais dos Sistemas de Justiça e Segurança Pública, e Educação e Mídia (PNEDH, 2007, 2013, 2018). Os objetivos expostos no Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos são os seguintes:

destacar o papel estratégico da educação em direitos humanos para o fortalecimento do Estado democrático de direito; enfatizar o papel dos direitos humanos na construção de uma sociedade justa, equitativa e democrática; encorajar o desenvolvimento de ações de educação em direitos humanos pelo poder público e a sociedade civil por meio de ações conjuntas; contribuir para a efetivação dos compromissos internacionais e nacionais com a educação em direitos humanos; estimular a cooperação nacional e internacional na implementação de ações de educação em direitos humanos; propor a transversalidade da educação em direitos humanos nas políticas públicas, estimulando o desenvolvimento institucional e interinstitucional das ações previstas no PNEDH nos mais diversos setores (educação, saúde, comunicação, cultura, segurança e justiça, esporte e lazer, dentre outros); avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) no que se refere às questões da educação em direitos humanos; orientar políticas educacionais direcionadas para a constituição de uma cultura de direitos humanos; estabelecer objetivos, diretrizes e linhas de ações para a elaboração de programas e projetos na área da educação em direitos humanos; estimular a reflexão, o estudo e a pesquisa voltados para a educação em direitos humanos; incentivar a criação e o fortalecimento de instituições e organizações nacionais, estaduais e municipais na perspectiva da educação em direitos humanos; balizar a elaboração, implementação, monitoramento, avaliação e atualização dos Planos de Educação em Direitos Humanos dos estados e municípios; incentivar formas de acesso às ações de educação em direitos humanos para pessoas com deficiência (PNEDH, 2018, p. 13-14).

A educação em direitos humanos é fonte de fortalecimento da democracia, da igualdade, do respeito mútuo, da cultura de paz, da segurança e da justiça, da formação cidadã e de todos os direitos fundamentais aos seres humanos, que contemplam a inclusão e permanência dos sujeitos nos espaços de educação formal, contemplados nas instituições de ensino públicas e privadas.

No grande eixo de atuação denominado Educação Básica, a qual daremos ênfase neste estudo, a educação em direitos humanos deve contemplar questões referentes aos campos de educação formal, à escola, aos meios pedagógicos que proporcionem ações conscientizadoras e libertadoras que prezam pelo respeito e pela valorização da diversidade, dos conceitos da sustentabilidade e da formação para uma cidadania ativa (PNEDH, 2018).

Na escola, o conhecimento é produzido, reproduzido e sistematizado, para formar cidadãos com consciência social, concepções de mundo e consolidação de valores que contribuem para a formação integral dos sujeitos, para o

reconhecimento, o respeito, a promoção e valorização da diversidade que constituem os sujeitos sociais em desenvolvimento. Conforme o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, a escola “[...] é um espaço social privilegiado onde se definem a ação institucional pedagógica e a prática e vivência dos direitos humanos” (PNEDH, 2018, pág. 18).

Um dos princípios fundamentais que precisa nortear a educação em direitos humanos na educação básica aponta para a necessidade de um currículo permeado pela educação em direitos humanos, abrangendo a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, o projeto político pedagógico da escola, os materiais didáticos e pedagógicos, bem como, o modelo de gestão e avaliação (PNEDH, 2018).

Dentre as ações programáticas contidas no eixo Educação Básica, vale salientar a de “apoiar a implementação de projetos culturais e educativos de enfrentamento a todas as formas de discriminação e violações de direitos no ambiente escolar” (PNEDH, 2018, p. 21); a de “incentivar a elaboração de programas e projetos pedagógicos, em articulação com a rede de assistência e proteção social, tendo em vista prevenir e enfrentar as diversas formas de violência” (PNEDH, 2018, p. 21) e na busca por qualidade de vida e desenvolvimento integral dos sujeitos:

propor ações fundamentadas em princípios de convivência, para que se construa uma escola livre de preconceitos, violência, abuso sexual, intimidação e punição corporal, incluindo procedimentos para a resolução de conflitos e modos de lidar com a violência e perseguições ou intimidações, por meio de processos participativos e democráticos (PNEDH, 2018, p. 22).

A violência nas escolas têm relação com a discriminação, a falta de respeito que afeta as convivências, os preconceitos, as intimidações e punições físicas, a importunação mental, o abuso sexual, que são aspectos geradores das diferentes formas de violência que assolam o ambiente escolar, estão presentes nas ações do grande eixo Educação Básica, do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH, para o enfrentamento de todo e qualquer ato humano que viole os direitos humanos e a democracia, geralmente, por meio das muitas formas de violência no contexto escolar e de convivência social.

Dada a relevância que o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos – PNEDH exerce enquanto uma política pública para contribuir com a garantia e

proteção dos direitos humanos, elencados e previstos para que todos tenham uma vida digna, justa e igualitária, tem-se que, ao longo dos anos, desde a sua primeira edição no ano de 2003, os desafios para a realização dos objetivos e ações propostas no PNEDH, aumentam cada dia mais diante de uma realidade escolar e social que vivem em um contexto de violência, discriminação, preconceitos e desigualdades sociais, contribuindo para o desrespeito e o não cumprimento dos direitos e da vida humana, enfraquecendo a democracia e a sociedade brasileira

Para a garantia dos direitos da criança e do adolescente, evidencia - se a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. A referida lei vem passando por alterações desde sua sanção, buscando inteirar as ações de garantia dos direitos da criança e do adolescente, acrescidos por leis complementares

A Lei nº 8.069/1990, em seu Art. 1º, “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Brasil, 1990), assegurando-lhes o direito à vida, saúde, alimentação, educação, moradia, liberdade, cultura, esporte, lazer, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, dentre outros, protegidos pelos adultos, tendo o Estado, a família e a sociedade, como responsáveis por zelar por tal proteção e garantia de direitos fundamentais à vida humana.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se destaca como uma lei de afirmação e reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, até então, não reconhecidos, passando para uma nova concepção de infância que dá voz e vez, auxiliando em seu desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico, moral, social, ou seja, em sua formação, progresso e integralidade.

No Art. 5º da Lei nº 8.069/1990, apresenta que:

Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (Brasil, 1990).

Em 12 de janeiro do ano de 2024, a Lei de nº 14.811/2024, foi instituída e incorporada ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelecendo novas medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a possibilidade de ocorrência de violências, que dentre as alterações instituídas pela nova lei, elencamos o Art. 59 – A, que diz que:

As instituições sociais públicas ou privadas que desenvolvam atividades com crianças e adolescentes e que recebam recursos públicos deverão exigir e manter certidões de antecedentes criminais de todos os seus

colaboradores, as quais deverão ser atualizadas a cada 6 (seis) meses (Brasil, 1990).

Frisamos também as alterações acrescidas destinadas ao enfrentamento de casos de violência sexual e cyberbullying contra crianças e adolescentes, através do §1º, incisos I e II, da Lei de nº 14.811/2024, em pena de reclusão de quatro a oito anos, e multa, quem “agencia, facilita, recruta, coage ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena” (Brasil, 2024).

Ainda referente ao enfrentamento de casos de violência sexual e cyberbullying contra crianças e adolescentes, de acordo com a Lei de nº 14.811/2024, também incorrerá da pena de reclusão de quatro a oito anos, e multa, quem:

exibe, transmite, auxilia ou facilita a exibição ou transmissão, em tempo real, pela internet, por aplicativos, por meio de dispositivo informático ou qualquer meio ou ambiente digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente (Brasil, 2024).

Para concluir com as alterações acrescidas pela Lei de nº 14.811/2024, e salientadas neste estudo, temos a inclusão de um novo parágrafo no artigo 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que incorre de pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, quem: “exibe ou transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação” (Brasil, 2024).

Face ao exposto, podemos verificar que o nosso país dispõe de instrumentos legais para a garantia de direitos, inclusive, àqueles fundamentais para a dignidade humana, em que todas as crianças e adolescentes sejam protegidas e usufruam de vida digna, justa e de acesso a todos os serviços indispensáveis para o seu desenvolvimento humano, contemplando todos os aspectos, social, cultural, político, econômico, psicológico e físico, formando-os para a vida em sociedade, livres das vulnerabilidades que causam prejuízos ao seu progresso e anulam seus direitos, no entanto, o não cumprimento das leis e dos planos nacionais destinados para a garantia de direitos, consequentemente, a negação deles, provocam inúmeros danos sociais.

5.4 Formação Docente e os Desafios da Sociedade 5.0

A sociedade tem vivido grandes transformações sociais que influenciam e mudam as perspectivas para a formação e atuação docente, bem como, para o papel social da escola, quanto à aprendizagem dos aprendentes. Conforme Brennand, Dias e Medeiros, (2012, p. 25): “Nesse aspecto, a escola precisa se valer da linguagem midiática, para superar as limitações de conhecer o conhecimento como objeto transmissível e ampliar os modos de ver e compreender o mundo”.

Diante das novas configurações no atual cenário social e educacional, é essencial uma nova postura do professor. Brennand, Dias e Medeiros (2012), apontam que em razão das crianças viverem envolvidas por inúmeros recursos que contribuem para a construção de variados saberes, é fundamental que os docentes estejam em conexão com os recursos midiáticos, que são elementos facilitadores para uma aprendizagem significativa. Cabe frisar que a inovação nas práticas docentes são instigadas pelas formações docentes contínuas, com sentido para as ações pedagógicas vistas a aprendizagem dos discentes, alinhadas ao cenário atual, das tecnologias digitais.

Dessa maneira, as práticas docentes mediadoras no ambiente escolar, promovendo salas de aula cada vez mais lúdicas e participativas, precisam contemplar o uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs), que possibilitam obter e usufruir de recursos tecnológicos e ter acesso a informações nas mais diversas redes de comunicação, facilitando o processo de ensino e aprendizagem e contribuindo para a melhoria da qualidade da educação, fazendo com que as escolas alcancem o seu papel social e formativo, objetivando o desenvolvimento integral dos indivíduos.

As plataformas digitais são uma das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDICs) que beneficiam e apoiam a educação, oportunizando a aprendizagem pelas mais diversas funcionalidades e disposição de conteúdos educativos, inclusive, a partir do surgimento e uso de aparelhos leves e portáteis, proporcionando maiores alternativas de interatividade a partir da utilização das tecnologias digitais, que permitem espaços virtuais de aprendizagem, informação e comunicação.

A formação docente inicial e permanente precisam estar em acordo com as inovações atuais para capacitar profissionais competentes, com habilidades para as novas configurações do contexto educacional que precisa possibilitar aos aprendentes, novos espaços de aprendizagem e interação. Diariamente, a comunicação acontece entre indivíduos, por todo o mundo, atravessando fronteiras, o universo das redes digitais movimentam as atividades diárias dos sujeitos, através da internet, que é um dos ambientes em que o ciberespaço se contempla, promovendo comunicação através dos espaços virtuais, por meio das redes de conexões que impulsionam cada vez mais as transformações nas formas de viver e de se relacionar entre as pessoas. De acordo com Vasconcelos, Brennand, (2005 apud Brennand, Dias e Medeiros, 2012, p. 49)

A concepção de ciberespaço incorpora uma compreensão de espaço fluido em rede, que está reconfigurando novas formas de aprender. Nessa perspectiva, o ciberespaço pode ser definido como o espaço de comunicação aberto e mantido pela interconexão de dispositivos tecnológicos digitais, como computadores, satélites e telefones celulares, que permitem a realização de interações sincrônicas de informações entre emissores e receptores [...] (Vasconcelos, Brennand, 2005 apud Brennand, Dias e Medeiros, 2012, p. 49).

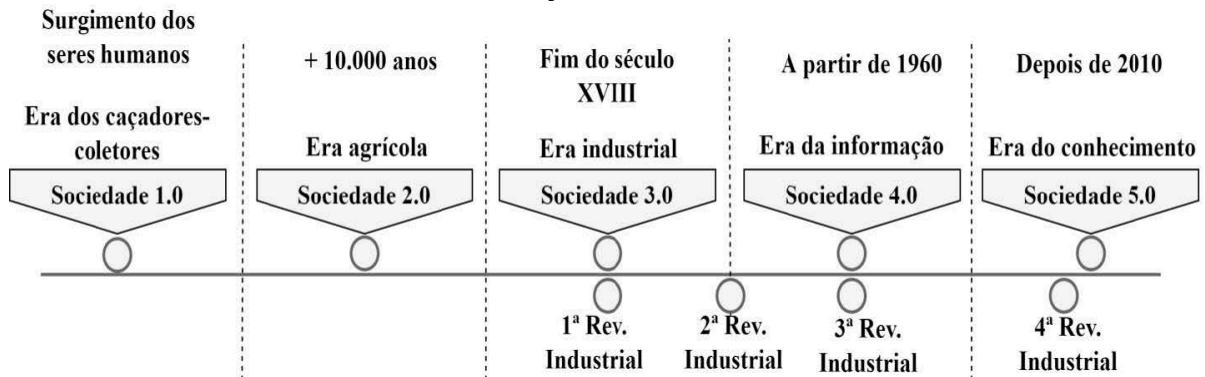
Isto posto, atrelado ao ciberespaço, surge o termo cibercultura, apontado por Brennand, Dias e Medeiros (2012) viabilizado a partir da ascensão das tecnologias midiáticas, que vem propiciando uma amplificação na comunicação, favorecendo relacionamentos mais consistentes entre as culturas e promove ambientes para a organização da integração coletiva, auxiliando para o progresso da sucessão intelectual dos humanos, que historicamente, estão em processo de contradição à continuidade de forma física.

As sociedades se transformam ao longo dos anos, perpassando gerações e evoluções, motivadas pelas demandas tecnológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais que modificam as formas de vivência humana. “O conceito de sociedade inclui as cidades, as comunidades, as indústrias, as tecnologias e as pessoas, ou seja, os diversos elementos bióticos e abióticos que a compõem” (Sott, Baum e Bender, 2022, p. 7).

As modificações na sociedade denominam as eras (Sociedade 1.0, Sociedade 2.0, Sociedade 3.0, Sociedade 4.0, até a representação atual, da Sociedade 5.0), relacionadas a 4 (quatro) revoluções industriais, até o momento. Vejamos a seguir a Figura 1, apresentada por Sott, Baum e Bender (2022, p. 3) para

compreender a evolução dos conceitos de sociedade e sua relação com as revoluções industriais, até o contexto atual, da sociedade contemporânea a qual vivemos, marcada pelas mudanças e transformações constantes.

Figura 07 – Evolução dos conceitos de sociedade e sua relação com as revoluções industriais



Fonte: Sott, Baum e Bender (2022)

De acordo com a figura acima, após o ano de 2010, representando uma passagem média de 50 anos, a sociedade passa da Era da Informação para a Era do Conhecimento, culminando a 4ª revolução industrial e, assim, a Sociedade 5.0.

Em diferentes partes do mundo, as sociedades se formam e se transformam de diferentes formas. A maior parte dos ecossistemas sociais atuais operam sob as características da era da informação (sociedade 4.0), podendo muitas vezes mesclar-se, em diferentes níveis, com traços da sociedade industrial (sociedade 3.0), agrícola (sociedade 2.0) e, ainda em menor grau, com a sociedade 5.0 (Sott, Baum e Bender, 2022, p. 5).

Sott, Baum e Bender (2022) com base em Roblek et al (2021), diz que o conceito de “Sociedade 5.0” surgiu no ano de 2016 a partir de políticas do governo japonês, com o desígnio de uma sociedade mais avançada e focalizada no ser humano, com potencial para resolver problemas sociais duradouros por meio da integração entre o ambiente físico e virtual.

A Sociedade 5.0 se apresenta na proposta de soluções para atender as demandas das necessidades humanas de forma a contribuir com a melhoria da qualidade de vida, integrando inteligência e sustentabilidade, através das tecnologias como Big Data (grande volume de dados armazenados em formato remoto e em alta velocidade), a Inteligência Artificial e a Internet das Coisas (IoT).

5.4.1 Cibercultura e Espaços Educativos

O advento da internet e o seu impacto na sociedade culminou nos termos ciberespaço e cibercultura, que implicam novas configurações nos contextos social e educacional, diante de um nova cultura contemporânea em que as tecnologias digitais chegaram para provocar mudanças e ressignificar as atividades humanas, e quanto ao cenário escolar, aponta para a necessidade de reconfigurar o ensino tradicional, a partir de práticas inovadoras, como as educomunicativas, desfrutando das novas possibilidades tecnológicas para proporcionar comunicação, interação e aprendizagem nos espaços educativos.

Nessa perspectiva, dessa relação de pertinência entre comunicação e educação, surge a educomunicação. Esse termo é fruto das inter-relações da mídia na escola e vice-versa, que buscam não somente desvendar o caráter ideológico, isto é, descortinando as intenções por trás das formações discursivas, como também propiciar à criança lançar-se como agente mais participativo diante dos processos comunicativos (Brennand, Dias e Medeiros, 2012, p. 21).

As propostas que designam as práticas educomunicativas contribuem para as mudanças das ações docentes, essenciais ao papel social da escola e do professor, para contemplar as novas configurações da sociedade e promover consonância entre a escola e o mundo contemporâneo, globalizado e tecnológico, que requer cada vez mais sujeitos participativos, autônomos, críticos e criativos, envolvidos ativamente no seu processo educacional.

Imersos em ciberespaço, os indivíduos, movidos a tecnologias digitais, por meio de dispositivos móveis, smartphones e tablets, por exemplo, realizam diversas tarefas, comprovando efetivamente a presença da tecnologia no cotidiano dos sujeitos, de forma a envolver a todos nesse universo virtual, que conforme Brennand e Cláudio (2013, p. 155) propõe “novas interações e motivando novas posturas que culminam com novas formas de ser e de aprender”.

A afinidade entre educação e tecnologia é uma necessidade para favorecer novas aprendizagens, combinando as demandas sociais com o cotidiano escolar, uma vez que, no mundo atual, o mundo da geração digital, eis que os sujeitos já nascem imersos a tecnologia, os chamados nativos digitais, que apresentam facilidade para as tecnologias digitais, comumente expostos a rapidez dos

dispositivos móveis conectados à internet. Assim, de acordo com Brennand e Claudino (2013, p. 156): “À escola está posto o desafio de democratizar e qualificar o acesso aos mundos virtuais, o que exige a construção de uma nova prática escolar [...]”, pois, a inclusão digital, para a sociedade brasileira, é também um desafio devido às vulnerabilidades advindas das desigualdades sociais.

Nesse sentido, a escola precisa desenvolver ações que potencialmente a promova como aliada da democratização e do acesso aos mais diversos recursos tecnológicos, dispondo de internet em alta velocidade e equipamentos que auxiliem as práticas inovadoras no processo de ensino e aprendizagem.

5.4.2 Inteligência Artificial

A busca pelo conhecimento tem alavancado novas descobertas e impulsionado um novo modelo de organização social que culminou na Sociedade 5.0 mediante tecnologias como a Inteligência Artificial (IA) Big Data e Internet das Coisas (IoT), no intuito de proporcionar melhoria na qualidade de vida, em um ciberespaço que integra o mundo físico e o virtual, almejando resoluções de problemas com ênfase nas necessidades humanas.

A inteligência Artificial (IA) é uma realidade tecnológica que influencia e transforma os modos de vida dos sujeitos em sociedade, intervindo nos cotidianos e nas atuações profissionais que se modificam e assim, surgem novas configurações nos contextos de vida diária e de trabalho das mais diversas áreas, que recebem forte intervenção e mudanças provenientes da IA. De acordo com Brennand e Dutra (2024, p. 6) “Com o advento da internet e das tecnologias de comunicação digital, entramos na chamada era dos dados ou mundo digital”. Prontamente, estamos imersos em um mundo em que “os cidadãos são conectados através de dispositivos, como, smartphones, computadores e tablets, e a interação humana é mediada por plataformas digitais” (Brennand e Dutra, 2024, p. 7).

Em conformidade com Brennand e Dutra (2024, p. 4) “Agora, com o acesso à internet, pode-se expressar e interagir com outros, independentemente de localização geográfica, apesar das barreiras linguísticas, sentidas há alguns anos,

que agora desaparecem diante dos tradutores online". Para Brennand e Dutra (2024), neste momento, estamos presenciando a passagem para um mundo híbrido em que a conectividade não se restringe aos seres humanos, mas, abrange também as máquinas, culminando em um ambiente onde os cidadãos e os dispositivos inteligentes coincidem e interagem continuamente.

A Internet das Coisas (IoT), a inteligência artificial (IA) e a automação, são características centrais deste mundo, onde máquinas conectadas têm a capacidade de coletar dados, aprender e tomar decisões de forma autônoma. Este mundo representa uma fusão do físico e do digital, onde as fronteiras entre humanos e máquinas se tornam cada vez mais tênues (Brennand e Dutra, 2024, p. 10).

A inteligência Artificial (IA) já faz parte do cotidiano das pessoas, através de máquinas e programas computacionais que operam a partir da análise de um grande volume de dados, transformando os modos de viver em sociedade, a realização de tarefas diárias, das mais simples às mais complexas, otimizando tempo nos mais diversos ambientes e setores, por sua rapidez e eficácia. São alguns exemplos de Inteligência Artificial (IA): Assistentes de voz, Reconhecimento Facial e Redes Sociais.

No atual contexto da Sociedade 5.0 também é imprescindível falar sobre Big Data, que é o conjunto de dados integrados em grande volume, variedade e velocidade, acrescidos posteriormente pela importância do valor e veracidade. O Big Data se concretiza devido ao rápido crescimento de informações que não seria possível o armazenamento e gerenciamento através dos bancos de dados tradicionais. Isto posto, é importante ressaltar a relevância desta ferramenta para o acúmulo de dados e sua utilização de forma útil e eficaz, e podemos afirmar, essencial para as grandes empresas de tecnologia no mundo.

Outro instrumento tecnológico da Sociedade atual se refere a Internet das Coisas (IoT), que diz respeito a objetos físicos conectados a internet, cada vez mais presentes no cotidiano, por meio da tecnologia que permite o envio, recebimento e transmissão de dados. Essa tecnologia está presente nas mais diversas áreas e podemos exemplificar com Smartphone, Smartwatch, Smart TV, lâmpadas inteligentes, assistentes virtuais como Alexa e Google Assistente, Drones, ou seja, todo objeto ou dispositivo possível de ser conectado a internet, se configura como Internet das Coisas (IoT).

No contexto educacional, a Inteligência Artificial possibilita a utilização das mais diversas e melhores tecnologias para fomentar o processo de ensino e aprendizagem de forma efetiva a partir dos aparatos tecnológicos, considerando as necessidades de cada aprendiz, bem como, as múltiplas alternativas metodológicas. Isto posto, tem-se que a Inteligência Artificial (IA) caracteriza o avanço das tecnologias que dispõem de inúmeras ferramentas digitais, inovando e remodelando a maneira como ensinamos, aprendemos e interagimos a partir da diversidade de informações expostas no meio digital, intervindo no conhecimento produzido e moldando a experiência de aprendizagem. Conforme Brennand e Dutra (2024, p. 2) "Nenhuma conduta humana, atualmente, escapa da evolução do processo tecnológico e da influência dos artefatos técnicos dele decorrente".

5.4.3 Autoria docente

A autoria docente é uma prática que conduz para uma experiência em que o professor favorece para o seu próprio desenvolvimento profissional na docência, incluso em um contexto que requer formação permanente, diante do seu ofício e das transformações digitais que permeiam o mundo contemporâneo e altamente tecnológico, invadindo os espaços escolares, que necessita de atuações docentes de forma ativa, criativa e interativa para a construção do conhecimento.

Diante disso, é pertinente destacar que é no processo de criação, que o profissional do magistério tem a possibilidade de fazer-se produtivo e reflexivo, impulsionando para novos significados e melhoria de suas práticas pedagógicas, ressignificando seu conhecimento e suas ações no contexto da sala de aula.

Muitas são as razões motivadoras para a produção docente, mas, é preciso destacar que as inquietações do cotidiano, são impulsionadoras para mostrar a demanda por ressignificação das práticas pedagógicas no ambiente da sala de aula, com um público pertencente a sociedade dos denominados nativos digitais, com a disponibilidade de um mundo completamente preenchido pela tecnologia, com uma grande rede de computador oportunizados a partir da Web que fornece informações

rápidas, propiciando autoaprendizagem, em que a autonomia e a criticidade são elementos essenciais para a construção do conhecimento.

Considerando os novos meios tecnológicos existentes, a internet, sem dúvida, revolucionou o modo como criamos e acessamos o conhecimento. Sua utilização nos permite, por exemplo, organizar, transformar e processar as informações em velocidade e capacidade cada vez maiores e com custos cada vez mais reduzidos. Desse modo, uma rede de recuperação e distribuição que pode beneficiar tanto aqueles que produzem tais informações quanto os que se utilizam dela (Santos, 2014, p. 21).

Outro elemento que encoraja a autoria docente parte do desejo de aprender e colaborar com a aprendizagem dos colegas de profissão, pois, os resultados se propõem a promover mudanças significativas nos ambientes de educação formal, contemplados no espaço da sala de aula, lugar onde a prática conduz a mediação dos conteúdos que devem ser assimilados, direcionados para a renovação e a formação de cada cidadão ativo, participativo, criativo e protagonista de sua própria aprendizagem.

Para esta finalidade, ressaltamos a produção de material didático hipermídia, que segundo Santos (2014, p. 15) “possibilita a operação simultânea com textos, imagens, vídeos e sons, que podem ser modificados, reorganizados, com a desejável interação”, potencializados e disponibilizados a partir do uso das tecnologias digitais. Soares e Brennand apontam que:

O uso das tecnologias digitais no cotidiano das pessoas está propiciando o desenvolver de formas diferentes de aprender, oportunizando espaços para novos comportamentos e aprendizagens e modificando as relações humanas pela emergência de redes de colaboração entre indivíduos e grupos sociais (Soares e Brennand, 2017, p. 89).

Isto posto, fica evidenciado que as tecnologias digitais revolucionam as diferentes formas de aprender e se relacionar, demandando mudanças comportamentais e novas aprendizagens para viver em sociedade. Soares e Brennand (2017, p. 90) dizem ainda que: “As tecnologias reorganizam caminhos possíveis para o conhecimento, redirecionam os sistemas cognitivos humanos, consequentemente, o papel do ato educativo”.

Face ao exposto, verifica-se que muitas são as alternativas para fomentar a autoria docente a partir das tecnologias digitais, que integra o mundo físico ao virtual, proporcionando diferentes contextos de aprendizagem. Logo, também é gigantesca a contribuição que as autorias docentes exercem no campo da

educação, oportunizando conhecimento, reflexões e mudanças atitudinais e comportamentais que implicará positivamente nas novas posturas docentes, refletindo para a melhoria da qualidade da educação e dos efeitos das oportunidades ofertadas a partir da cultura de aprendizagem constituída no universo escolar.

6 PROTOTIPEGEM DOS RED's

Esta seção descreve o modelo conceitual que fundamentou os protótipos de Recursos Educacionais Digitais (REDs). Esses recursos visam contribuir para a formação permanente de professores da Educação Básica e apoiar práticas educativas no enfrentamento da violência escolar. Em um contexto escolar frequentemente marcado por manifestações violentas, torna-se crucial que os docentes adotem uma postura reflexiva e proativa. A formação docente e a autoria de material didático-pedagógico, combinadas com o uso de tecnologias digitais de apoio, são essenciais. Esta seção encontra-se estruturada para detalhar o processo de desenvolvimento e a apresentação dos Recursos Educacionais Digitais (REDs). Inicia-se com um aprofundamento na Teoria das Inteligências Múltiplas e seu modelo conceitual (6.1), segue-se por discussões sobre as percepções relacionadas a essas inteligências (6.2), e finaliza-se com a apresentação dos protótipos (6.3).

6.1 Teoria das Inteligências Múltiplas no Modelo Conceitual dos RED's

A Teoria das Inteligências Múltiplas proposta por Howard Gardner favorece a educação, que deve ser inclusiva e contemplar a multiplicidade de saberes e formas de aprender, em que os sujeitos desenvolvem suas múltiplas inteligências de maneira singular e diferente. Assim, a presente teoria contribui significativamente para o processo de ensino e aprendizagem. Para Gardner (2012) esta teoria aparenta compreender numerosas inferências educacionais dignas de serem consideradas.

Gardner (2012, p. 21) aponta que “A Teoria das IM é elaborada à luz das origens biológicas de cada capacidade de resolver problemas. Somente são tratadas aquelas capacidades que são universais na espécie humana”. É pertinente ressaltar que a Teoria das Inteligências Múltiplas “foi desenvolvida como explicação da cognição humana que pode ser submetida a testes empíricos” (Gardner, 2012, p. 30). Para compreender a Teoria das Inteligências Múltiplas, é oportuno saber que Howard Gardner nasceu em 1943, em Scranton, na Pensylvania/EUA, sendo um

psicólogo cognitivo e educacional vinculado à Universidade de Harvard. Gardner sofreu influência de Jean Piaget, mesmo que discordando do mesmo em relação aos símbolos atribuídos ao conhecimento, pois, do ponto de vista psicológico, o sujeito versa sobre símbolos e números de maneira independente, visto que, o seu desenvolvimento cognitivo se manifesta em significados construídos a partir de numerosos sistemas simbólicos refletindo no contexto cultural (Obregon *et al.*, 2009).

A inteligência é uma característica do ser humano que dá as condições para a sua compreensão, integrada as diversas funções cognitivas que realizam as capacidades de pensamento, atenção, raciocínio, memória, linguagem, entre outras, impulsionando os processos cognitivos que oferecem os meios para a aquisição dos conhecimentos e influenciam grandemente nos modos de aprendizagem do ser aprendente, dotado de competências e habilidades a partir de situações que promovem o acionamento de sua inteligência. Mas, afinal, o que é inteligência?. De acordo com Obregon *et al.* (2009, p. 23) “Atualmente não existe uma definição consensual sobre o que é inteligência e os cientistas ainda não têm certeza de como a adquirimos ou como a aperfeiçoamos” (Obregon *et al.*, 2009, p. 23).

No entanto, mesmo não havendo uma definição aceita por unanimidade, sobre o que é inteligência, aceita-se que o ser humano possui um tipo inteligência que o permite usufruir da capacidade de compreensão e a partir disso, transformar o mundo a sua volta (Obregon *et al.*, 2009). Assim, falar sobre inteligência requer conhecimento e um significativo empenho para conceituá-la, mediante diferentes concepções defendidas pelos especialistas da área (Obregon *et al.*, 2009).

Para Gardner (1995, p. 197 apud Soares, 2014, p. 44) “as definições de inteligência estão moldadas pela época, lugar e cultura em que elas evoluem”. Assim, os conceitos de inteligência diferem conforme cada sociedade, no entanto, alguns padrões permanecem influenciando a construção dos conhecimentos e a definição acerca da inteligência, como a compreensão para a sobrevivência da cultura, dos valores sociais e culturais, bem como, do sistema educacional que orienta e incentiva as habilidades e competências dos sujeitos.

Segundo Soares (2014, p. 44) “A palavra inteligência traduz a faculdade de entender, pensar, raciocinar e interpretar”. Já com base em Obregon *et al.* (2009) para Gardner, a palavra “inteligência” tem relação com a capacidade do ser humano resolver problemas e encontrar as respostas para casos específicos e aprender novas matérias de maneira ligeira e eficaz. Ainda conforme Obregon *et al.* (2009, p. 23): “Todas as pessoas, mesmo conhecendo suas limitações, normalmente se consideram seres inteligentes, capazes de pensar e agir diante de fatos variados e inusitados” .

Gardner, na década de 80, sustentado pelas novas descobertas neurológicas preexistidas em Harvard, defendeu que a cognição é pluralista e em razão disso exigia incluir no campo da cognição humana, um conjunto mais amplo e universal de competências humanas, indicando a ampliação do que geralmente se considerava existir (Obregon *et al.*, 2009, p. 23). Logo, baseado nos conhecimentos da ciência cognitiva e na neurociência, deu origem a sua abordagem denominada como “Teoria das Inteligências Múltiplas” (IM).

A teoria das inteligências múltiplas diverge da definição tradicional de inteligência, que a traz com a definição operacional da “capacidade de responder a itens em testes de inteligência” (Gardner, 2012, p. 20). Diante do exposto, Gardner (2012) pluraliza o conceito tradicional de inteligência, defendendo a perspectiva de inteligências, com uma visão pluralista da mente, em que as pessoas operam forças cognitivas distintas e divergentes.

Com base em Obregon *et al.* (2009) ressalta-se que para o desenvolvimento da abordagem da Teoria das Inteligências Múltiplas foi indispensável que todos os conceitos referentes aos testes de quociente intelectual fossem repensados e modificados, bem como, análises de grupos de população diversificadas, incluindo desde pessoas com dificuldades físicas e mentais e com culturas diferentes, em que o resultado apontou para uma gama de informações que possibilitaram uma análise mais subjetiva que suscitou as múltiplas inteligências. “Na verdade, o fato mais importante não foi a descoberta de inicialmente sete, ou nove inteligências, mas esclarecer a pluralidade do intelecto” (Obregon *et al.*, 2009, p. 24).

Para Gardner (1995, p. 78, apud Obregon *et al.*, 2009, p. 25) a inteligência é determinada “como a capacidade de resolver problemas ou elaborar produtos que sejam valorizados em um ou mais ambientes culturais” e partir de tal definição é expressa a multiplicidade do intelecto que é capaz de fazer muitas coisas que vão para além de processar e memorizar informações, “isto é, inventa, cria, avalia, pensa, interage e desmistifica padrões convencionais” (Obregon *et al.*, 2009, p. 25).

Soares (2014, p. 45) aponta que “o conceito de inteligência é o ponto central da teoria de Gardner, uma vez que a sua insatisfação em relação à visão de uma inteligência única o fez voltar-se para pesquisas sobre o potencial humano [...]. Diante disso, com base em Soares (2014), Gardner (2000) conceitua inteligência como um mecanismo neural ou um sistema computacional que por sua condição genética está preparado para ser despertado ou lançado mediante determinados tipos de informações apresentadas internamente ou no meio externo.

Por sua vez, a inteligência não é uma aptidão que se tenha mais ou menos, mas sim, que vai se construindo e se refazendo a partir de situações vivenciadas de forma individual e coletiva nos ambientes sociais. Cabe frisar que todo indivíduo é dotado de inteligências que o fator cultura, família e amigos influenciam fortemente para a evolução dos potenciais intelectuais dos sujeitos, ou seja, o ambiente é determinante, apesar de que os seres humanos são inteligentes sobretudo pela herança humana genética, que nos fazem diferentes dos outros seres vivos. De acordo com Soares (2014, p. 45) “As inteligências são inatas ao ser humano, podendo ser estimuladas pelo ambiente no qual o mesmo está inserido. A competência de fazer uso destas inteligências torna-se evidente quando realizamos uma tarefa”.

O docente, ao oferecer variadas rotas de acesso ao conhecimento para os seus aprendentes, um conteúdo que tenha como proposta ensinar para a compreensão, estará oferecendo alternativas para o entendimento de um determinado assunto, mobilizando um conjunto de inteligências diferentes. Cada indivíduo tem habilidades distintas e isso determina a diferença entre eles. Cada indivíduo aprende de seu modo pessoal e único. Para aprender é preciso percorrer abordagens ou caminhos que cada um pode traçar para si mesmo (Gardner, 2000 apud Soares, 2024, p. 50).

No processo de aquisição de conhecimentos, a partir da exposição a problemas, a competência cognitiva dos indivíduos é acionada, fazendo com que as

inteligências sejam operacionalizadas para o entendimento, a compreensão e a reflexão que impulsiona para a resolução de problemas de forma eficiente mediante as manifestações de inteligências que são impulsionadas e fomentadas pelo ambiente cultural em que os sujeitos estão inseridos, considerando sua individualidade e as possibilidades de combinações de inteligências, a partir de muitas conexões e habilidades mentais que afloram as capacidades humanas nos mais diversos contextos de vivência e convivência.

A convivência em sociedade, com suas diferenças individuais e entre grupos distintos, configura uma multiplicidade de oportunidades, condições sociobiológicas e de valores culturais que moldam o indivíduo numa combinação própria de habilidades ou inteligências (Soares, 2014, p. 46).

Soares (2014, p. 50-51) aponta ainda que o processo de aprendizagem que favorece o que o sujeito carrega em sua bagagem genética possibilita promover o uso da capacidade de processar informações, a partir dos sistemas simbólicos próprios de cada ser humano são encarregados de estabelecer a ponte entre a cognição e os elementos culturais, em que alguns talentos são desenvolvidos por meio dos estímulos provenientes do ambiente e da cultura, que predominantemente vai influenciar a partir da valorização de certas habilidades e assim, incentivar o desenvolvimento de determinadas inteligências no indivíduo.

Para além do ambiente cultural, outros fatores influenciam e favorecem os processos de aprendizagem e nesse sentido, convém ressaltar que, diante do cenário atual, tecnológico e amplamente virtual, o ser humano dispõe de novos espaços de aprendizagem e interação, apontando para diversas possibilidades de ativação da sua inteligência, ou, de acordo com Gardner, suas múltiplas inteligências. É importante destacar que nos dias atuais, a inteligência pode ser estimulada a partir das transformações tecnológicas provenientes do meio ao qual os sujeitos estão incluídos.

Isto posto, é preciso destacar que no tempo presente vivemos um novo modelo de sociedade que se configura fortemente pelo uso das tecnologias, com avanços que marcam as mudanças nos modos de viver e aprender, na busca pela melhoria na qualidade de vida e na resolução de problemas sociais, impactando e modificando as formas de capacitar-se, interagir e agir, a partir da conexão entre o mundo físico e o mundo virtual. Com efeito, as inteligências manifestam-se em meio

às interações humanas, as inovações tecnológicas e a construção do conhecimento. Conforme Soares (2014, p. 46) “Perceber que cada ser humano possui múltiplas inteligências em certas medidas traz implicações importantes para a esfera educacional”.

Dante do exposto, foram mapeadas e classificadas por Gardner, inicialmente, 07 (sete) inteligências múltiplas, comprovadas cientificamente e serão apresentadas a seguir: Lógico-Matemática, Linguística, Corporal-Cinestésica, Musical, Espacial, Interpessoal e Intrapessoal. Cabe frisar que “Gardner afirma que jamais haverá uma lista única, irrefutável e universalmente aceita de inteligências humanas e que outras poderão ser identificadas” (Obregon *et al.*, 2009, p. 33). Isto posto, a princípio, seguimos para a definição e descrição das 07 (sete) inteligências múltiplas catalogadas por Gardner através da abordagem diversificada acerca da inteligência humana.

Inteligência Lógico-Matemática

O sujeito dotado com esta inteligência consegue resolver problemas sem precisar de contato material, ou seja, mentalmente, pensa e cria a solução e, posteriormente, lança a resposta materialmente. “É um tipo de inteligência que se revela na capacidade mental do humano de guardar, na sua memória, informações de representações de quantidade e de aplicar essas informações no cotidiano, resolvendo problemas” (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 30):

Apesar de questionar a perspectiva Piagetiana acerca do desenvolvimento lógico-matemático em estágios, Gardner baseou-se nos estudos precursores de Piaget, que defendia que o entendimento lógico-matemático tinha origem das ações sobre o mundo, em confronto com objetos do mundo real, partindo do domínio sensório-motor, seguindo para as operações formais concretas e, posteriormente alcançando a abstração pura, adquirindo seu conhecimento inicial e mais preciso acerca do domínio lógico - matemático. Segundo Gardner (2012, p. 14-15) “A inteligência lógico-matemática, como o nome implica, é a capacidade lógica e matemática, assim como a capacidade científica”.

O sujeito com Inteligência Lógico-Matemática apresenta habilidades para abstração, facilidade para calcular, resolução de problemas, enumeração, dedução,

entre outros, de forma hábil e longos processos de raciocínio. De acordo com Soares (2014, p. 54) “A representação mental apresenta coerência antes mesmo da representação material”.

Essa inteligência começa a se desenvolver na infância através da manipulação de objetos que permitam o ordenamento e o reordenamento da capacidade de investigação para estabelecer relações entre objetos matemáticos e da percepção de quantidade (Soares, 2014, p. 54)

As pessoas que demonstram o talento para esta inteligência se utilizam da matemática e da lógica como um importante instrumento para a construção de teorias e modelos para a prática profissional, almejando a solução de problemas ou para esclarecer determinados comportamentos ou decisões. O conhecimento lógico-matemático transpassa diversas áreas do conhecimento (Soares, 2014).

Inteligência Linguística

É a capacidade que o indivíduo expressa por meio do potencial revelado mediante o aprendizado das noções dos códigos linguísticos, guardados na memória e aplicados criativamente. Corresponde ao valor da habilidade de escrever, compreender e utilizar palavras e frases em situações de atos comunicativos (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 30).

A inteligência linguística é evidenciada quando do domínio da palavra, de modo verbal (escrito ou falado), se expandindo através das interações desde o início da vida dos sujeitos, com a aprendizagem da linguagem, que é inerente ao ser humano e exercitada desde a infância a partir das primeiras performances mentais e expressões comunicativas realizadas nos convívios sociais. Para Gardner (2012, p. 14) “A inteligência linguística é o tipo de capacidade exibida em sua forma mais completa, talvez, pelos poetas”.

Em conformidade com Brennand e Vasconcelos (2005, p. 30) “Essa inteligência está relacionada às oportunidades que o indivíduo tem de vivenciar aprendizagens sobre a linguagem”. Conforme Gardner, com base em Obregon *et al.* (2009) a competência linguística é a própria inteligência, em que a competência intelectual é aflorada na espécie humana, apresentada por meio da sensibilidade ao significado das palavras, capacidade de seguir regras gramaticais ou violá-las quando

necessário, sensibilidade aos sons, ritmos, percepção as diferentes funções da linguagem.

A Inteligência Linguística caracteriza pela capacidade do indivíduo em adquirir, compreender e utilizar expressões de linguagem com facilidade e complexidade, demonstrando habilidade para descrever, narrar, observar, comparar, relatar, avaliar, concluir e sintetizar. Pessoas com esta inteligência demonstram interesse pela leitura, escrita e oratória e um excelente exemplo é Noah Chomsky (Obregon *et al.*, 2009, p. 36).

A Inteligência Linguística também é apresentada por meio da capacidade de guardar informações em grande quantidade por um longo período de tempo. “A recordação de grandes quantidades de informação é um talento e, muitas vezes, encontra-se aliada à capacidade de relacionar palavras a outros tipos de símbolos como figuras ou números” (Obregon *et al.*, 2009, p. 36).

Esta inteligência está fortemente presente em pessoas que têm a capacidade de usar as palavras para expressar suas ideias, como, por exemplo, os escritores, jornalistas e poetas. Está presente, ainda, na capacidade da expressão linguística de oradores, palestrantes, participantes de debates, nos meios de comunicação como a televisão, internet, jornais impressos, murais, leitura, atividades narrativas, entre outros (Soares, 2014, p. 52)

O docente exerce uma tarefa significativa no incentivo do uso dessa inteligência e práticas docentes nessa perspectiva são identificadas no ensino tradicional, mediante o estímulo para leitura de obras literárias, acesso a diferentes gêneros textuais para oportunizar leituras e produções de textos, os debates sobre livros, filmes e notícias do cotidiano também promovem a habilidade linguística. Pessoas com esta habilidade, possuem vocabulário abrangente e rico, resultado de muita leitura, aptidão para criar e contar história, habilidade para rimas, charadas, cruzadinhas, entre outras (Soares, 2014, p. 52).

Para Gardner (1995) com base em Soares (2014), a inteligência linguística é a que mais se torna evidente nos seres humanos, sendo a mais realizada pela facilidade com que se apresenta cotidianamente e especialmente, no campo educacional, pois é instigada em todos os níveis escolares, dado que a competência de falar e escrever bem se faz necessário para o ato comunicativo e por esse motivo prevalece no sistema de ensino, sendo estimulada e apreciada frequentemente. Esta inteligência é potencializada no ser humano quando a partir da linguagem escrita o sujeito apresenta necessariamente o domínio das “estruturas da língua,

como o alfabeto, a sintaxe, a fonologia e a semântica de suas palavras" (Soares, 2014, p. 53).

Inteligência Corporal- Cinestésica

Esta inteligência é apresentada a partir da competência para o movimento do corpo inteiro ou parte dele, em que a movimentação corpórea inteligente desempenha a resolução de problemas mediante situações inerentes do cotidiano e por meio de gestos e expressões, demonstram habilidade para usar o corpo. Brennand e Vasconcelos (2005, p. 31) apontam que: "Trata de uma competência responsável pelo controle dos movimentos corporais, criando representações possíveis de serem executadas pelo corpo, em espaços e situações diversas". De acordo com Obregon *et al.*, (2009, p. 36) "A inteligência corporal - cinestésica relaciona-se com o movimento físico, o conhecimento do mesmo e como ele funciona".

O indivíduo que manifesta a Inteligência Corporal- Cinestésica possui a habilidade de "usar o corpo para expressar emoções, jogar e interpretar usando a linguagem corporal em atividades motoras complexas e em situações específicas" (Obregon *et al.*, 2009, p. 36). Conforme Gardner (2012, p. 15) "A inteligência corporal-cinestésica é a capacidade de resolver problemas ou de elaborar produtos utilizando o corpo inteiro, ou partes do corpo". Gardner (2012) diz que os dançarinos, atletas, cirurgiões e artistas, exibem esta inteligência de maneira fortemente aperfeiçoada.

Segundo Brennand e Vasconcelos (2005, p. 31):

Eis alguns exemplos: o uso do corpo para expressar emoção (dança e teatro); a prática de jogar um esporte; a invenção de produtos para usar no corpo (roupas e sapatos); e o discernimento dos movimentos motores que servem para escalar uma montanha (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 31).

Esta inteligência é facilmente percebida em atletas e dançarinos, pois apresentam domínio elevado acerca dos movimentos dos seus corpos, bem como, pessoas artesãs e instrumentalistas, que manipulam objetos com refinamento de forma hábil e eficaz (Obregon *et al.*, 2009). Brennand e Vasconcelos (2005, p. 31) diz que: "Essa inteligência se revela na capacidade do indivíduo de usar o próprio corpo com habilidades que se expressam nos movimentos".

Algumas características podem ser destacadas naqueles que são especialmente dotados dessa inteligência: gosta de esportes, manipula objetos enquanto escuta uma música, tem boa sincronização, lembra com facilidade do que foi feito, tem habilidade nas artes manuais, aprende melhor se movimentando, entre outras características (Soares, 2014, p. 60).

Os sujeitos que apresentam habilidade para esta inteligência expressam domínio para usar a “coordenação motora nos esportes, nas artes, na manipulação dos objetos, podendo reagir com precisão ou graça aos estímulos verbais ou musicais, demonstrando controle sobre o corpo [...]” Soares (2014, p. 59-60); combinando tempo e espaço de forma harmoniosa.

Inteligência Musical

A inteligência musical é a capacidade humana demonstrada sobre os sons e surge na fase da vida inicial dos sujeitos, apontando ligação com outras esferas do intelecto, como, a linguagem corporal ou gestual, a inteligência espacial, a inteligência pessoal e inteligência lógico-matemática (Obregon *et al.*, 2009). Brennand e Vasconcelos (2005, p. 30) aponta que: “Trata-se de um potencial que revela a capacidade do indivíduo de aprender sons e ritmos e de interpretá-los, concebendo novos contornos melódicos com arranjos musicais”. Já Soares (2014, p. 61) aponta que: “A dança, a interpretação de uma música com gestos, o uso do corpo de uma forma geral complementa a inteligência musical”.

Em conformidade com Soares (2014, p. 61) a música traduz uma inteligência que pode se relacionar com outras inteligências, a exemplo das inteligências intrapessoal, interpessoal, espacial, linguística e até mesmo a matemática. Esta inteligência propicia às pessoas “criar, comunicar e compreender significados compostos por sons. A música foi considerada a mais formal das artes, à qual todas as artes aspiram” (Obregon *et al.*, 2009, p. 39). Uma característica presente nessa inteligência é a hereditariedade e limitação do talento musical que é desenvolvido por uma porção reduzida da população.

Inteligência Espacial

A inteligência espacial “traduz a capacidade que o indivíduo tem de transformar objetos, de se referenciar e de se localizar no meio em que vive” (Soares, 2014, p. 58). Já na infância os indivíduos aprendem a se localizar quanto à sua direita e

esquerda, em torno de algo, em volta, abaixo, acima, ao meio, entre, em frente, atrás, de modo a desenvolver a capacidade de se referenciar em relação ao mundo e as pessoas em seu entorno. Conforme Soares (2014, p. 58) “Esta inteligência está relacionada ao mundo concreto, ao mundo dos objetos, à capacidade de localização em relação ao mundo”. Soares (2014) diz ainda que o indivíduo que apresenta o dom para esta inteligência produz imagens mentais com mais aptidão, manifestando melhor desempenho em atividades do cotidiano, tendo em vista que vivemos em mundo com diferentes geometrias.

O conhecimento espacial nos permite comparar situações, objetos, características dos seres vivos, da natureza, auxiliando o nosso pensamento, como captamos informações, formulamos problemas e buscamos soluções para os mesmos (Soares, 2014, p. 58).

A inteligência espacial está relacionada estreitamente com a análise referente ao mundo visual, a observação primorosa acerca das formas e objetos, mesmo apresentados em ângulos não habituais. “Um dos pressupostos da inteligência espacial é a utilização de imagens e figuras para absorver o conhecimento sobre o mundo” (Obregon *et al.*, 2009, p. 40). Essa inteligência oportuniza aos sujeitos que “desenhem, mapeiem e visualizem objetos em várias dimensões e representem imagens internas” (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 31).

Ainda de acordo com Brennand e Vasconcelos (2005, p. 31) “É uma inteligência que se traduz na percepção dos espaços. O indivíduo é capaz de executar modificações sobre percepções iniciais de espaços, recriando aspectos, mesmo na ausência do contato material”.

A capacidade espacial é importante para orientação nas cidades, para o reconhecimento de objetos e cenas, para o desenvolvimento de trabalhos de representação gráfica, além de trabalhos com outros símbolos como mapas, diagramas ou formas geométricas. (Obregon *et al.*, 2009, p. 39).

Esta inteligência é demonstrada pelas pessoas quando dispõem das habilidades para “decodificar imagens tridimensionais, para memorizar caminhos e se localizar, efetuar transformações sobre as percepções [...]” (Obregon *et al.*, 2009, p. 39). Soares aponta que: “são características desta inteligência: localizar no espaço, no tempo, comparar, observar, deduzir, relatar, combinar, transferir” (2014, pág. 59). Gardner (2012) aponta alguns exemplos de profissões que apresentam a

inteligência espacial altamente bem desenvolvida, que são os marinheiros, engenheiros, cirurgiões, escultores e pintores.

Inteligência Interpessoal

A inteligência interpessoal está intimamente ligada às relações humanas, em que o conhecimento é construído a partir da colaboração e vivência entre as pessoas. “Esta pode parecer a mais óbvia das inteligências, porque as pessoas passam grande parte dos dias trabalhando, comunicando e relacionando-se umas com as outras” (Obregon *et al.*, 2009, p. 40). Para Gardner (2012, p. 15) “A inteligência interpessoal é a capacidade de compreender outras pessoas: o que as motiva, como elas trabalham, como trabalhar cooperativamente com elas”. Ainda conforme Gardner (2012) os vendedores, políticos, professores, terapeutas e líderes religiosos, possivelmente são todos dotados de altos graus desta inteligência.

Conforme Obregon *et al.*, (2009, p. 39) esta inteligência corresponde “à capacidade de compreender outras pessoas, o que as motiva, como elas trabalham, como propiciar o trabalho cooperativo, percebendo com clareza o comportamento, sentimentos e motivações dos outros”. Das pessoas que manifestam a inteligência interpessoal de forma aguçada se encontram os professores, líderes religiosos e políticos. Brennand e Vasconcelos apontam que a inteligência interpessoal é habitualmente “[...] desenvolvida nas relações maternas, na escola e entre amigos e é bastante valorizada nas relações sociais que requerem criatividade para interagir com cooperação, liderança e organização grupal” (2005, p. 32).

Para o melhor desenvolvimento desse tipo de inteligência é necessário fazer uso de habilidades de comunicação, criar situações de socialização, fazer trabalhos em equipe, promover cooperativamente atividades de aprendizagem, fazer uso de redes sociais (Soares, 2014, p. 55-56)

Soares (2014) diz que as características que demonstram essa inteligência se apresentam por meio da colaboração, sociabilidade, de medir disputas, de cuidar bem de seus negócios. Brennand e Vasconcelos (2005, p. 32) apontam que “Essa é uma inteligência que se manifesta com aprendizagens que envolvem sentimentos de colaboração e interação”. Através da habilidade para esta inteligência os sujeitos demonstram a capacidade humana para realizar a comunicação, de observar e fazer diferenciações entre os seres em relação às suas necessidades, vontades e escolhas (Brennand e Vasconcelos, 2005).

Inteligência Intrapessoal

Esta inteligência inclui a aptidão para conhecer-se muito bem, envolve a capacidade para distinguir sentimentos distintos e complexos e a partir disso compreender situações cotidianas para se envolver ou afastar-se. Os sujeitos que apresentam esta inteligência manifestam comportamentos que revelam o interesse por conhecer a si próprio e a partir de seus erros aprende a desenvolver novos comportamentos para conviver em sociedade e se relacionar com seus pares.

A inteligência intrapessoal engloba o conhecimento dos aspectos internos de uma pessoa, como o acesso ao sentimento da própria vida, à gama das próprias emoções, a capacidade de discriminar essas emoções e eventualmente rotulá-las e utilizá-las como uma maneira de entender e orientar o próprio comportamento (Obregon *et al.*, 2009, p. 41).

Cabe frisar que a inteligência intrapessoal está intimamente relacionada com a inteligência interpessoal, uma vez, a compreensão do outro e a relação humana só é satisfatoriamente possível quando da autoconsciência, quando da compreensão de si próprio para desenvolver atividades individuais e a partir disso, ter a capacidade de realizar também as tarefas coletivas em âmbito social. Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 32) diz que “para constatá-la, é necessário examinar sua expressividade a partir da linguagem, da música ou de outra forma de expressão que torne possível a observação de sua manifestação”.

É uma inteligência que revela aspectos introspectivos de reflexão e autocompreensão manifestados na interpretação de sentimentos e emoções, relacionando-se a linguagens que servem de base para entender e executar comportamentos (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 31).

Para Soares (2014, p. 57) “Saber dialogar consigo mesmo torna-se a principal característica das pessoas mais dotadas desse tipo de inteligência, pois as mesmas passam a compreender melhor as suas emoções e assim alcançar com mais facilidade suas metas pessoais”. As pessoas que expõem a inteligência intrapessoal intensamente, via de regra, “são introspectivas, reservadas, possuem habilidade para o autoconhecimento, para a indução, têm consciência de sua identidade e de seus sentimentos, conhecem seus pontos fortes e fracos, possuindo sensibilidade para a compreensão” (Soares, 2014, p. 57).

Soares (2014, p. 57) destaca ainda algumas habilidades que se destacam para o favorecimento do desenvolvimento dessa inteligência a partir de “falar sobre si

mesmo, suas dificuldades e angústias; aprender a ouvir e a seguir a sua intuição de forma segura; ser responsável por sua aprendizagem; refletir sobre si mesmo; refletir sobre as situações vividas". De acordo com Gardner (2012, p. 15) "A inteligência intrapessoal, um sétimo tipo de inteligência, é uma capacidade correlativa, voltada para dentro". Gardner (2012, p. 15) diz ainda que "É a capacidade de formar um modelo acurado e verídico de si mesmo e de utilizar esse modelo para operar efetivamente na vida".

Concluída a apresentação das 07 (sete) múltiplas inteligências catalogadas inicialmente por Gardner, convém ressaltar que "Em seu livro "Inteligência: um conceito reformulado" o autor introduz a possibilidade de quatro novas inteligências: naturalista, espiritual, existencial e moral" (Gardner, 2001 apud Brennand e Borges, 2010, p. 128), apresentadas a seguir.

Inteligência Naturalística/Naturalista

Esta inteligência foi acrescentada por Gardner na sua lista de inteligências múltiplas, e é definida pela aptidão para reconhecer fauna e flora, ressaltando a integração do sujeito com a natureza e, sobretudo, "caracterizada mais como uma capacidade para discernir, identificar e classificar plantas e animais, do que uma habilidade de conviver com o ambiente natural" (Obregon *et al.*, 2009, p. 42)

Trata-se de um potencial da inteligência que é demonstrado em comportamentos criativos, que associam saberes adquiridos no cotidiano do senso comum a conhecimentos adquiridos com métodos científicos que sejam relacionados, não só à vida social, mas também, ao ambiente natural (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 32).

A inteligência naturalista é prestigiada tanto no conhecimento popular através do senso comum como também pela ciência. Brennand e Vasconcelos (2005, p. 32) apontam que "ambos, o cientista e o agricultor, desenvolvem a inteligência naturalista e aprendem a lidar com elementos que implicam na relação humana com a natureza.

Inteligência Existencial

A inteligência existencial foi pensada a partir de questionamentos como "Quem somos? De onde viemos? Do que somos feitos? Por que morremos?" (Obregon et

al., 2009, p. 43). Antunes (2005, p. 10 apud Obregon *et al.*, 2009, p. 43) descreve esta inteligência como:

A capacidade de se situar sobre os limites mais extremos do cosmos e também em relação a elementos da condição humana como o significado da vida, o sentido da morte, o destino final do mundo físico e ainda, outras reflexões de natureza filosófica ou metafísica.

Com base em Obregon *et al.* (2009) é possível salientar que Gardner acentua que ainda não se pode provar que áreas específicas do cérebro são acionadas para esta inteligência e por isso expõe que existem oito inteligências e meio. “O autor não esconde certa hesitação em proclamar essa nona inteligência, principalmente, pela falta de evidências convincentes sobre estruturas e processos cerebrais dedicados a esse perfil” (Obregon *et al.*, 2009, p. 44).

Indivíduos que desenvolvem esse tipo de inteligência são atuantes em sistemas filosóficos, científicos e religiosos; lidam com a elaboração de princípios que orientam sociedades; buscam desconstruir paradigmas com a elaboração de novas noções que validem os acontecimentos sociais, como por exemplo, a instituição de direitos (Brennand e Vasconcelos, 2005, p. 33).

Em conformidade com Brennand e Vasconcelos (2005, p. 33) “É um tipo de inteligência que lida com informações sobre a condição humana, criando conhecimentos que implicam na orientação da vida social”. A linguagem e a capacidade de pensar de forma acerca da própria existência nos diferencia das outras espécies e nos situa no mundo despertando significados inerentes a vida humana, a morte e a razão das “coisas” expressas através dos sentimentos e emoções.

Inteligência Espiritual

Essa inteligência se caracteriza pela capacidade dos indivíduos de entender fenômenos que não são físicos, ou seja, que não são constituídos a partir de relações materiais, mas sim, fazem parte do mundo sobrenatural e abstrato, imaterial. Todavia, indicam para a compreensão da existência humana e o desenvolvimento de estados mentais que se interligam e fomentam a inteligência espiritual. Conforme Brennand e Vasconcelos (2005) “Essa inteligência é demonstrada como a capacidade do indivíduo de compreender fenômenos que não

são pura matéria ou física, mas que constituem abstrações que são valorizadas em diferentes sociedades" (p. 32).

Inteligência Moral

Brennand e Vasconcelos (2005, p. 33) defendem que "Pensar numa inteligência moral se torna aceitável quando passamos a interpretar que o sentimento de justiça direciona decisões, aplicações de leis e reconstruem modos de convivência". Segundo Brennand e Vasconcelos (2005) no decorrer de nossa evolução, tratamos da moral como uma qualidade indispensável na vida humana.

De acordo com Brennand e Vasconcelos (2005) "Elaboramos noções de direito e normalidade social e condenamos os indivíduos que não se comportam conforme princípios, leis e máximas que condicionam uma sociedade" (p. 33). Desde crianças já aprendemos a desenvolver senso moral, como certo e errado e, posteriormente, no decorrer da infância e ao longo da vida, o senso moral se amplia e nos proporciona a compreensão da moralidade, essencial nas interações humanas em sociedade.

Considerando que esta pesquisa percorre um caminho para a autoria docente de Recursos Educacionais Digitais (RED's), daremos ênfase aos tipos de inteligências múltiplas citados a seguir: Musical; Corporal-Cinestésica; Lógico-Matemática; Espacial; Intrapessoal; Interpessoal; Linguística; das quais, passíveis de representação através de ícones representativos, propostos e já consolidados por Obregon (2009) e Obregon *et al.* (2009).

6.2 Percepções acerca das Inteligências Múltiplas

A espécie humana carrega consigo características singulares e complexas, distinguindo-se das demais espécies. A diversidade e diferenciação em suas particulares, nos tornam seres com múltiplas capacidades, e de acordo com Howard Gardner (2012) com inteligências múltiplas, independentes, mas também, que exercem relação umas com as outras, exercendo importantes inferências no âmbito educacional.

Algumas atitudes e comportamentos demonstram maior ou menor habilidade em determinada área do conhecimento, em que suas inteligências se manifestam de forma individual e independentes, no entanto, algumas práticas contribuem para a ativação das inteligências, como, ler regularmente, praticar a escrita e jogos de palavras, fomentam a capacidade linguística. Os jogos de tabuleiro e quebra-cabeças estimulam a inteligência lógico-matemática. Tocar instrumentos musicais, ouvir e analisar diferentes gêneros musicais contribui para o acionamento da inteligência musical. Realizar atividades físicas como praticar esportes e dançar, bem como, atividades artísticas, como, desenhar, fazer artesanatos e costurar, dentre outras práticas que promovam os movimentos, auxiliam para a ativação da inteligência corporal-cinestésica.

Para fomentar a inteligência interpessoal, é necessário realizar atividades que promovam a interação social, o autoconhecimento e a reflexão, com atenção aos detalhes e a convivência coletiva. Já a inteligência intrapessoal é ativada mediante a reflexão referente a si mesmo, preparar-se para lidar com as próprias emoções, identificando seus pontos fortes e fracos, em um processo contínuo de desenvolvimento e reflexão. Para acionar a inteligência espacial é preciso atividades que despertem a imaginação, a criatividade e o pensamento espacial, de forma a promover melhor percepção do espaço, inclusive, mentalmente.

O estudo acerca da teoria das inteligências múltiplas possibilita um novo olhar sobre as atividades propostas e o importante papel do professor para contribuir com a ativação das inteligências dos educandos a partir de práticas pedagógicas que fomentem as capacidades humanas para desenvolver e reconhecer as inteligências das quais exercem potencial para determinadas atividades e podem auxiliar na promoção do acionamento das múltiplas inteligências que são inerentes aos seres humanos e, neste caso, potencializa as inteligências para o conhecimento e aprendizado impulsionador para o enfrentamento a violência escolar.

6.3 Inteligências Múltiplas Ativadas no Modelo Conceitual dos REDs

A seguir, encontra-se apresentado o percurso para a construção do modelo conceitual desta pesquisa.

O modelo conceitual teve início a partir do processo de construção do conhecimento acerca das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner (2012), bem como, estudiosos que contemplaram o estudo desta teoria e apresentaram resultados de pesquisas relevantes, com potencial para contribuir com esta pesquisa. Nesse sentido, a leitura da Tese de Soares (2014) foi importante para compreender como a Teoria das Inteligências Múltiplas subsidia a autoria docente de vídeos interativos, capaz de acionar as múltiplas inteligências dos sujeitos, instigando o processo de construção do conhecimento e favorecendo a multiplicidade de formas de ativação da aprendizagem e das inteligências.

Procuramos a partir da Dissertação de Obregon (2009) e Obregon *et al.* (2009) construir a base para o questionário icônico através de ícones representativos das Inteligências Múltiplas e o seu acionamento a partir dos Recursos Educacionais Digitais (RED's), protótipos desenvolvidos nesta pesquisa. Para corroborar nos estudos sobre a Teoria das Inteligências Múltiplas, utilizamos também Soares (2014), Brennand e Vasconcelos (2005), ampliando o conhecimento acerca da TIM.

Após o estudo acerca da teoria das inteligências múltiplas proposta por Howard Gardner (2012), delineadas também mediante trabalhos relacionados a esta teoria, seguiu-se a partir da autoria docente, a produção dos Recursos Educacionais Digitais (RED's), para contribuir com o enfrentamento da violência escolar e da formação permanente de professores da educação básica. Para simbolizar a representação visual das categorias basilares da TIM, baseou-se nos ícones representativos caracterizados a partir do trabalho de dissertação de Obregon (2009), configurando as inteligências linguística, lógico-matemático, musical, corporal-cinestésica, intrapessoal, interpessoal e espacial, mediante um questionário icônico para testagem da associação estabelecida entre os ícones e as inteligências múltiplas ativadas a partir dos protótipos desenvolvidos nesta pesquisa. Para a escolha das categorias basilares da TIM, levou-se em consideração as propostas de atividades pedagógicas referentes a violência escolar e suas formas (Bullying e Cyberbullying) para formação permanente de professores da educação básica e sua atuação docente para contribuir com o enfrentamento da violência escolar, bem como, os ícones representativos validados por Obregon (2009) e Obregon *et al.* (2009) acerca das inteligências linguística, lógico-matemática, musical, corporal-cinestésica, intrapessoal, interpessoal e espacial; escolhidas para serem

trabalhadas neste estudo e delinear este modelo conceitual. Apresenta-se na tabela 03 o quantitativo de ícones representativos ativados a partir de cada inteligência múltipla mediante os REDs.

Tabela 03 - Quantitativo de ícones ativados a partir de cada inteligência múltipla por meio dos Recursos Educacionais Digitais (RED's)

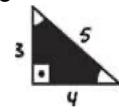
Inteligências	RED1	RED2
Linguística	2	1
Lógico-matemática	2	1
Musical	3	1
Corporal-cinestésica	1	1
Intrapessoal	2	1
Interpessoal	2	2
Espacial	2	1

Fonte: Elaborada pela autora (2025) com base em Gardner (2012), Obregon (2009), Obregon *et al.* (2009), Soares (2014) e Santos (2014).

A tabela 04 apresentada abaixo evidencia a frequência de ativação dos ícones representativos a partir das múltiplas inteligências e complementa a tabela 03 apresentada acima.

Tabela 04 - Frequência de ativação dos ícones representativos a partir das múltiplas inteligências

TIM	#1	#2	#3	#4	#5	Frequê- cia de ativação
IM	Nota musical  <input checked="" type="checkbox"/>	Escutando música  <input checked="" type="checkbox"/>	Maestro 	Instrumento musical 	Aparelho de som  <input checked="" type="checkbox"/>	3 e-Book(#1, #2, #5) 1 Infovídeo (#5)

ILM	Calculadora  	Figura geométrica 	Xadrez  	Expressão matemática 		1 e-Book(#1, #3) 1 Infovídeo(#3)
IL	Pessoa escrevendo  	Livro  				2 e-Book(#1, #2) 2 Infovídeo (#1)
IE	Figura geométrica 	Rosa dos ventos  	Astronauta  	Globo 		1 e-Book(#2, #4) 1 Vídeo formativo (#2)
ICC	Futebol 	Dança  	Equilibrista  	Palhaço 		1 e-Book(#2) 1 Infovídeo(#3)
IIIntra	Espelho  	Sorriso  				2 e-Book(#1, #2) 1 Infovídeo(#1)
IInter	Professor  	Grupo de pessoas  	Terapeuta 			2 e-Book(#1, #2) 2 Infovídeo(#1, #2)

Fonte: Elaborada pela autora (2025) com base em Gardner (2012), Obregon (2009), Obregon et al. (2009), Soares (2014), Santos (2014).

Na ativação da IM#1 e da IM#2 preocupou-se em abordar através da música o conhecimento sobre a violência na escola e o desejo pela paz no espaço escolar, bem como, não ao preconceito e a discriminação, estimulando a amizade e não ao Bullying. A música também é uma ferramenta de ativação da inteligência musical, por meio de uma música “Diga Sim à Paz (Eliana)” e de um vídeo “Amigo sim! Bullying não, com Pablo e Karoline Steciuk, ambos propostos no e-Book e disponíveis no Youtube, abordando questões relacionadas a Violência Escolar. No que concerne à ativação da IM#5, está contemplada nas atividades citadas acima, contidas no e-Book e para o Infovídeo, uma vez que, o aparelho que disponha de som é requisito para escuta de material no formato de áudio.

Para a ativação da ILM#1 e da ILM#3 foram utilizadas 02 imagens propondo a análise acerca dos dados quantitativos que expressam a violência contra os estudantes brasileiros e vítimas de Bullying, seguido de proposta de produção de um texto a partir das observações e evidências comprovadas por meio dos dados apresentados, através das 02 imagens disponibilizadas na internet, presentes no e-Book (ILM #1 ILM#3) e no Infovídeo (ILM#3) estimulando o raciocínio para assimilar o conteúdo conceitual sobre violência escolar.

A IL #1 e a IL#2 foram ativados mediante a proposta de utilização do Poema: A Escola é (Paulo Freire) para proporcionar a reflexão acerca da importância do ambiente escolar saudável e amigável, onde se convive bem e feliz, sugestiva a condução de leitura individual e posteriormente, coletiva, proporcionando participação e interação. Também foi proposto um diálogo a partir da utilização de uma imagem acerca da conscientização para o NÃO à violência escolar, discutindo sobre as consequências de um ambiente violento e desagradável, seguida da proposta de produção de um desenho acerca do entendimento construído a partir da discussão e da figura analisada. Aqui também contemplou o uso de texto informativo sobre Bullying, O uso de uma charge com proposta de análise e em seguida, produção de uma charge de conscientização para NÃO a prática de Bullying. Também foi sugestivo a observação de 03 tirinhas para reflexão sobre as consequências pelas atitudes desrespeitosas que provocam as práticas de Bullying e causam danos às vidas das pessoas, vítimas do desrespeito e dos atos violentos

que fomentam a falta de empatia e dos direitos humanos, assegurados pela legislação brasileira. Em seguida, a sugestão de confecção de um mural informativo acerca da prevenção ao Bullying nas escolas. Tais atividades se encontram no e-Book, com conteúdo retirado de busca realizada na internet, também contemplados no conteúdo audiovisual Infovídeo, promovendo conhecimento, interação e reflexão, impulsionando a intertextualidade para oportunidades futuras de escrita.

A IE #2 e a IE#4 foram ativadas a partir da percepção espacial mediante a leitura do Poema: A Escola é (Paulo Freire), um espaço onde se faz amigos, em que as pessoas criam laços de amizade, educam-se e começam a melhorar o mundo com boas práticas educativas. Também foi possível acionar a IE #2, #4 a partir do texto Escola: Lugar de paz, promovendo a reflexão para a premissa de que a escola é um ambiente de amizade, harmonia e integração entre todos os agentes, em que a violência não tenha lugar para manifestações nos ambientes escolares. Tais atividades se encontram no e-Book, com conteúdo retirado de busca realizada na internet. Quanto ao conteúdo audiovisual Infovídeo, foi ativado a IE #2 a partir do discernimento de escola enquanto espaço físico de expressões da violência escolar e suas formas de apresentação violenta por meio do Bullying e do Cyberbullying.

A ICC #2 foi ativada a partir da movimentação corporal por meio da dança com música abordando a prevenção ao Bullying através de vídeos disponibilizados na plataforma de vídeo online, YouTube, mediante busca via internet e contida no e-Book. A ICC #3 foi ativada por meio do Infovídeo a partir da abordagem de conteúdos audiovisuais que possibilitam a promoção do equilíbrio emocional para conhecer e saber intervir com práticas de enfrentamento diante da Violência Escolar.

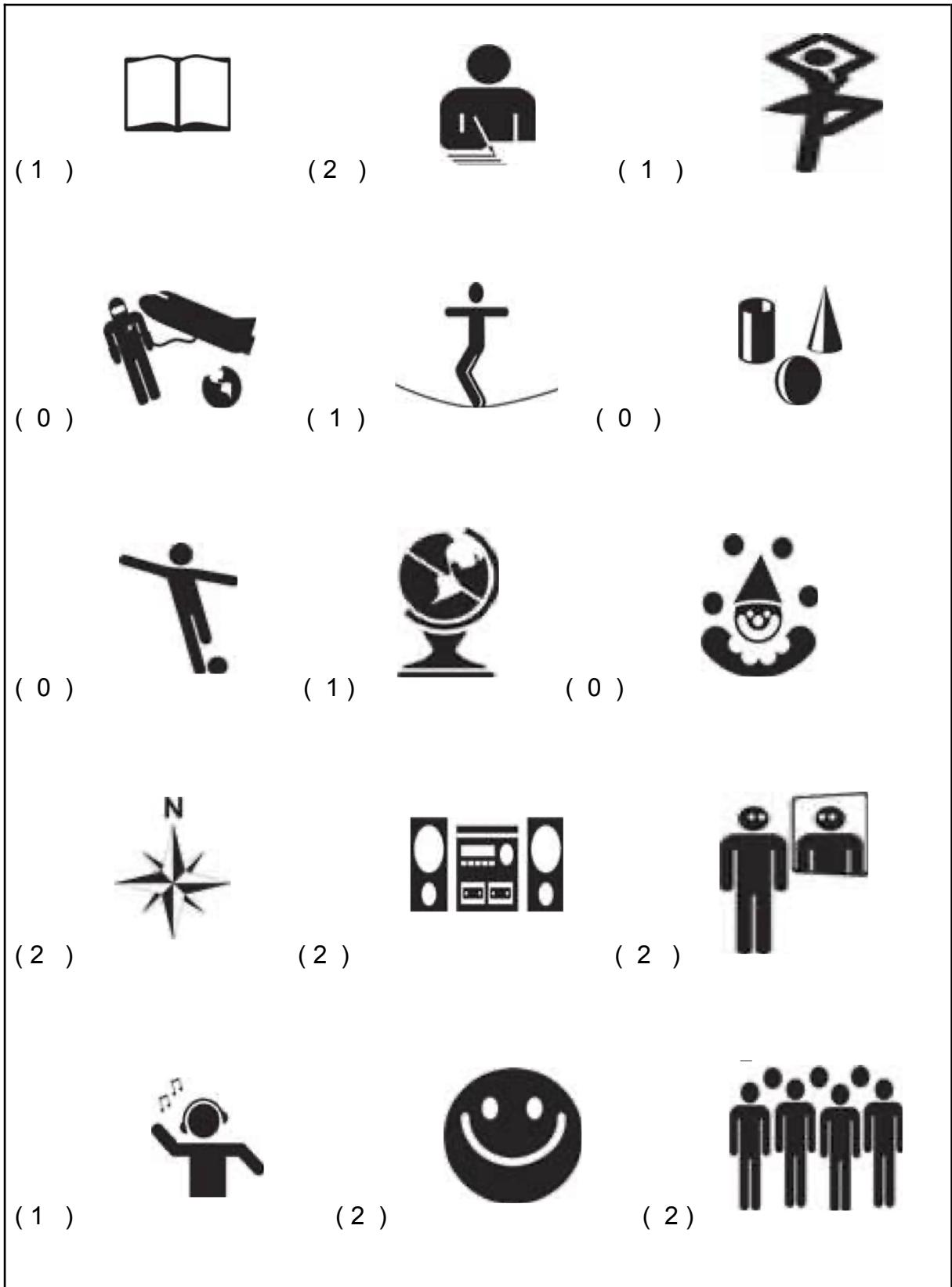
Para ativação da IIIntra #1 e da IIIntra#2 foram utilizadas por meio de 1 vídeo sobre as consequências do Bullying, 2 tirinhas sobre Bullying, refletindo as relações interpessoais e do abuso de poder para sentir-se bem, 1 charge sobre Bullying, 3 tirinhas, sendo 1 sobre Bullying e as demais sobre respeito às diferenças, 1 texto sobre respeito às diferenças, 2 imagens sobre Bullying e 1 imagem abordando a questão da lei de código penal para crimes de Bullying e Cyberbullying, direcionando para o autoconhecimento e autoestima, que tanto interferem para negação da violência, quanto para o conhecendo de suas emoções, sentimentos e desejos, que

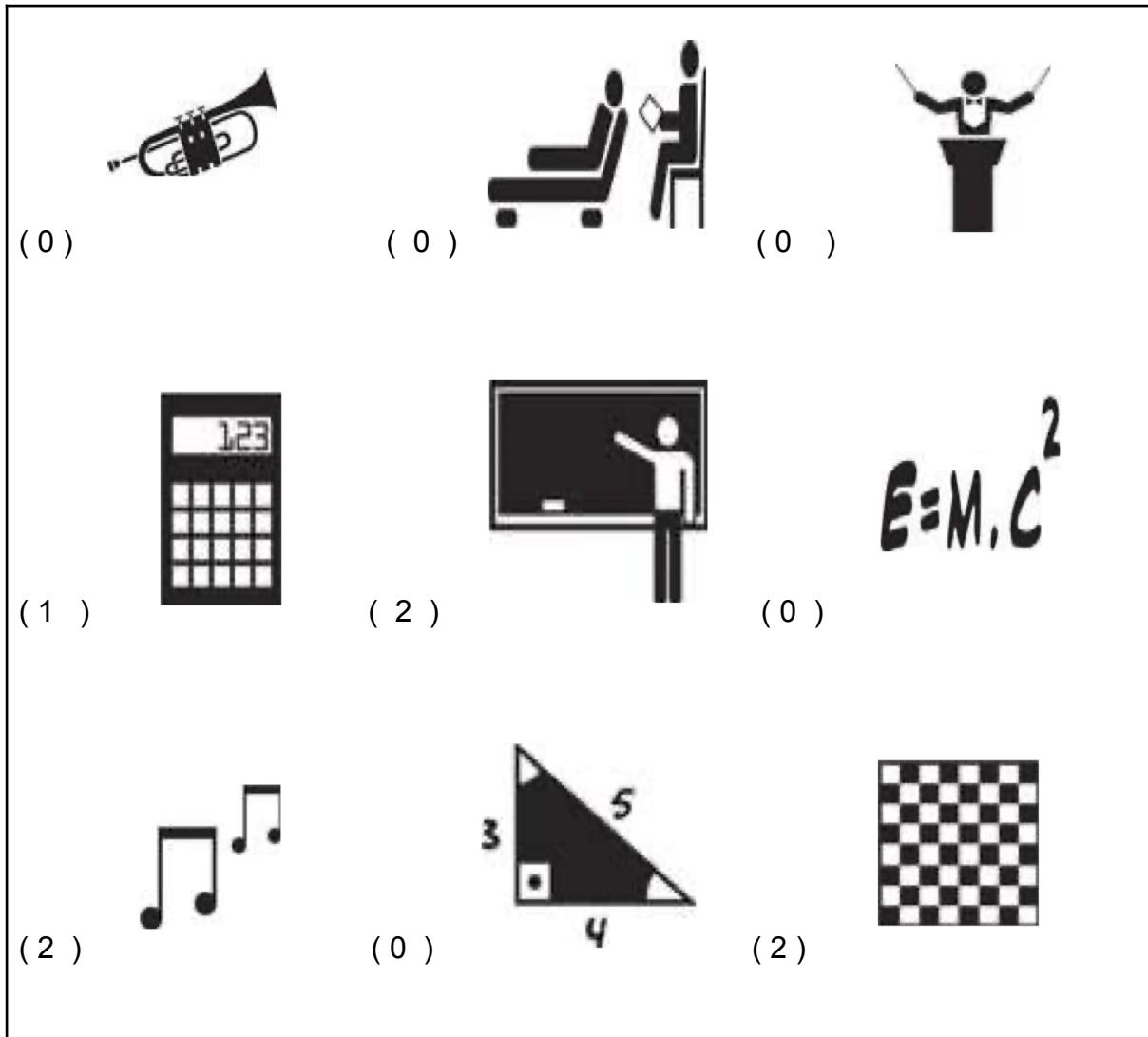
não dão espaço para a prática violenta, em que a imagem de si, para além do que é visível externamente, faz com que a pessoa se enxergue de forma saudável e equilibrada, feliz e com princípios e valores bem definidos, com maior capacidade para enfrentar a violência com autonomia e libertação. Tais atividades contemplam o e-Book e implicitamente são acionados por meio do Infovídeo que traz informações relevantes sobre Violência Escolar e suas manifestações, que formam para atitudes e comportamentos não violentos, interferindo a imagem de si que os indivíduos desenvolvem e refletem na sociedade. Vale ressaltar que a IIIntra é fundamental para desenvolver a IIInter, pois facilita o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis.

Assim, IIInter #1 e a IIInter #2 foram ativados por meio de 1 vídeo sobre as consequências do Bullying, 2 tirinhas sobre Bullying, refletindo as relações interpessoais e do abuso de poder para sentir-se bem, 1 charge sobre Bullying, 3 tirinhas, sendo 1 sobre Bullying e as demais sobre respeito às diferenças, 1 texto sobre respeito às diferenças, 2 imagens sobre Bullying e 1 imagem abordando a questão da lei de código penal para crimes de Bullying e Cyberbullying, direcionando para a capacidade de interagir e se relacionar com outras pessoas de forma eficaz e saudável, ao abordar o conhecimento e a negação aos atos de violência que interferem na vida dos sujeitos trazem graves consequências. Tais atividades, contidas no e-Book, de autoria docente e tendo a figura do professor como instrumento de enfrentamento a violência no ambiente escolar e em direção a um grupo de pessoas, que compõem toda a comunidade escolar. O conteúdo audiovisual Infovídeo que aborda a Violência Escolar e suas formas representadas por meio do Bullying e do Cyberbullying, também de autoria docente e dirigida a formação de professores, contempla um grupo de pessoas e de modo geral, toda a sociedade por meio do enfrentamento a violência escolar.

A partir da tabela 05 apresentada abaixo é exposto o quantitativo de vezes em que os ícones representativos foram ativados a partir do protótipo de REDs resultante deste estudo.

Tabela 05 - Quantitativo de vezes de ativação dos ícones representativos a partir dos Recursos Educacionais Digitais (RED's)





Fonte: Elaborada pela autora (2025) com base em Gardner (2012), Obregon (2009), Obregon *et al.* (2009), Soares (2014), Santos (2014).

Dos 24 ícones vinculados às inteligências múltiplas, segundo Obregon (2009) e Obregon *et al.* (2009), foram ativados 15 (62,5%) ícones e alcançando integralmente as sete inteligências propostas nos referidos estudos.

A utilização de textos, imagens, vídeos, animações, entre outros, unindo recursos audiovisuais, hipermediáticos, são ferramentas que possibilitam transformações educacionais, contribuindo para o processo de ensino e aprendizagem, promovendo um espaço de formação, interatividade, participação ativa, criativa e autônoma. As novas configurações educacionais e sociais, demandam a utilização de tecnologias digitais que possibilitem a inovação

pedagógica nos ambientes escolares, de encontro aos novos modos de sistematização do conhecimento e de vivências nos mais diversos contextos.

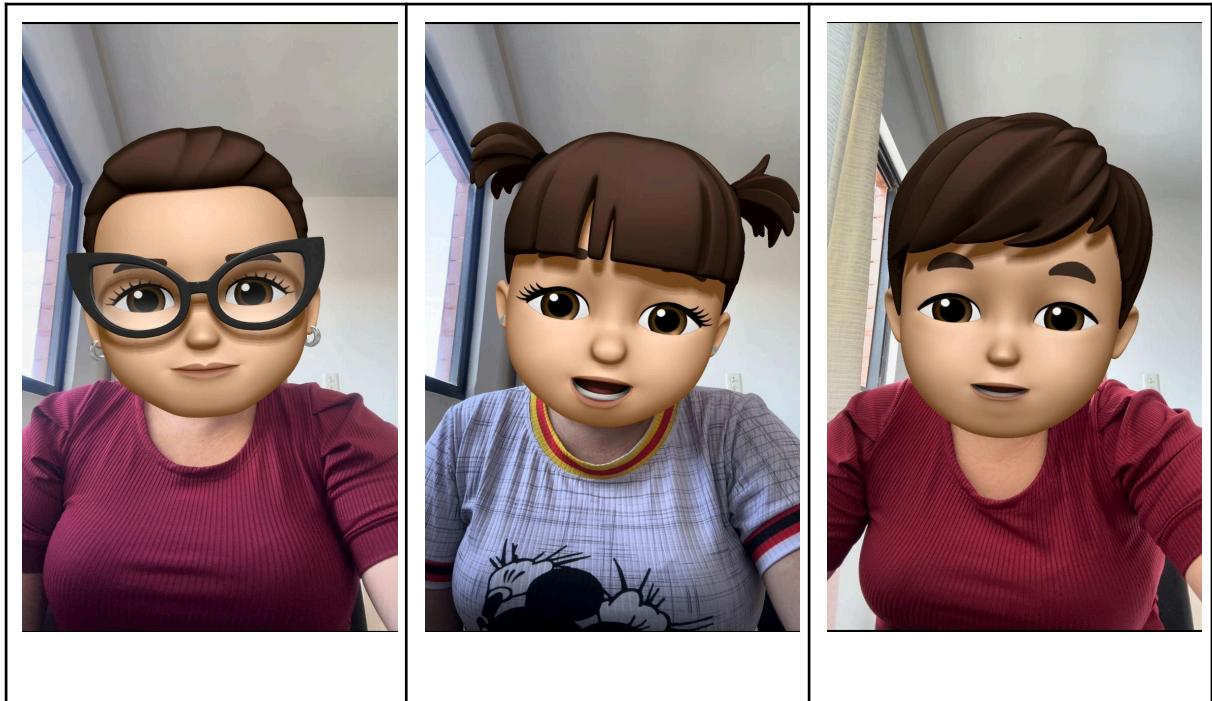
Assim sendo, foi realizado a criação de um modelo conceitual de protótipo de Recursos Educacionais Digitais (RED's), sob a ótica da Teoria das Inteligências Múltiplas (TIM) de Howard Gardner (2012), bem como, estudiosos que contemplaram o estudo desta teoria, como, Obregon (2009), Obregon *et al.* (2009), Soares (2014), Brennand e Vasconcelos (2005), ampliando o conhecimento acerca da Teoria das Inteligências Múltiplas e subsidiando esta pesquisa através da utilização e ativação dos ícones representativos consolidados por Obregon (2009) e Obregon *et al.* (2009), para acionamento das múltiplas inteligências a partir de protótipo desenvolvido que resultou em Recursos Educacionais Digitais (RED's).

Cabe ressaltar a importante e necessária prática de autoria docente para subsidiar os processos formativos desenvolvidos nos contextos escolares. Para contribuir com a eficácia das autorias docentes, dispomos das tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) com um conjunto de recursos tecnológicos capazes de otimizar a prática educativa revolucionando os processos de ensino e aprendizagem, expressos mediante a rapidez e facilidade com que a informação e o conhecimento alcançam os espaços físicos por meio da virtualidade.

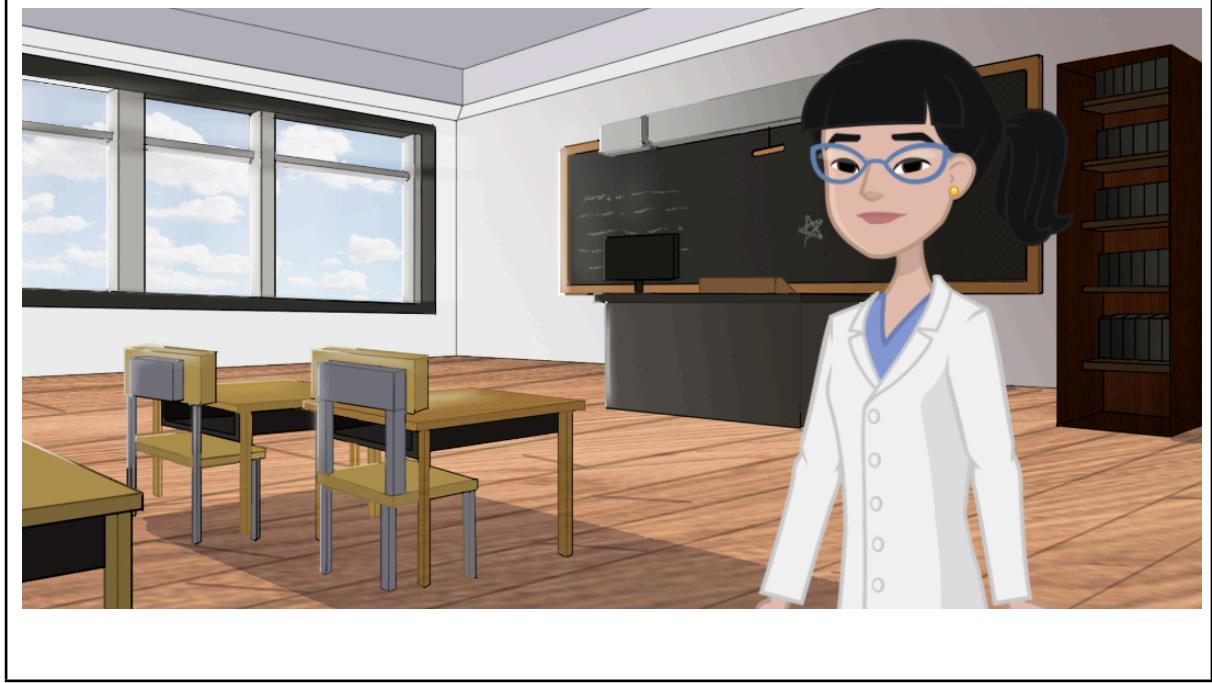
Diante do exposto, para a aplicação do modelo conceitual e protótipo dos RED's, foi utilizado o sistema de elaboração de vídeo por meio de smartphone, com recurso para criação de avatar e gravação com microexpressões e, posteriormente, a utilização do Software Adobe Express com auxílio integrado de Inteligência Artificial (IA). Na Figura 08 estão apresentados os *Frames* da Prototipagem. Foram criados Memoji's, que se referem a avatares personalizados no sistema iOS, sendo o Frame #1 da professora em contexto de violência escolar. O Memoji do Frame #2 que se refere à vítima de *bullying* em ambiente escolar. E o Memoji do Frame #3 que pratica e sofre *bullying* no espaço escolar.

A Figura 08 - *Frames* da Prototipagem

Memoji Frame #1	Memoji Frame #2	Memoji Frame #3



Renderização do Projeto em Cartoon



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Segue abaixo a tabela 06 que descreve as transcrições das cenas por meio dos personagens supracitados, professora (Frame #1) e alunos (Frames #2 e #3).

Tabela 06 - Transcrição das cenas

Cena	Transcrição literal
#1	A professora disse: - Era mais um dia de aula em uma escola brasileira e no momento da educação física, lá se vão todos para a quadra da escola. De repente, retorna a cuidadora para informar a professora que havia trazido dois alunos para a sala da direção. Uma menina e um menino da turma haviam se agredido fisicamente na quadra, antes mesmo de iniciar a atividade física. O motivo, disseram eles, que na sala de aula, um deles havia posto o pé para que o outro tropeçasse e caísse e assim, um chamou o outro para brigar. Nada havia sido informado à professora. A gestora escolar reclamou com eles, que pediram desculpa um para o outro e voltaram para a educação física. Já em sala, a professora faz uma reflexão, diz que agressão, seja ela verbal ou física, é um ato de violência e toda forma de violência é crime e traz muitos prejuízos para as pessoas. Naquele momento, a professora retorna a aula, dialogando sobre a violência física, apresentadas em forma de tapas, socos, chutes, empurrões, puxões de cabelo, que são algumas das formas de manifestação da violência física. Concluída a aula, a turma montou um mural expressando a negação acerca da violência, através de desenhos. Na oportunidade, também, a professora propôs às crianças o pacto pela paz e pelo não aos atos de violência, convidando os alunos envolvidos na agressão para se cumprimentarem e se abraçarem, selando a consciência pelos atos praticados e pelas mudanças de comportamento. Violência gera violência e o conhecimento gera mudança.
#2	Disse a professora: - Oi Bia, por que a princesa está tão triste?
#3	Bia disse: - Tia, todos os dias, o Leo fala que eu sou gorda.
#4	Leo, você sabia que os xingamentos que você diz com a Bia todos os dias, está causando nela, tristeza e isolamento? - Disse a professora.
#5	Disse o Leo: - Tia, o Edu também me xinga, todo dia ele me chama de tampinha, só porque eu sou baixinho. Isso me deixa muito triste e eu me sinto muito humilhado.
#6	A professora disse: - Olá pessoal, tudo bem com vocês? Hoje, nós vamos falar sobre um tema muito importante e presente na sociedade, que é a violência. A violência é um fenômeno social que se manifesta em diversos ambientes e de diversas formas. No ambiente escolar, a violência se manifesta de várias maneiras, dentre elas, o bullying e o cyberbullying. Você sabe o que é bullying e cyberbullying? Não sabe? Então vem comigo.
#7	A professora disse: - O bullying é uma forma de violência que se manifesta através de atos agressivos e repetitivos, de forma intencional, com o objetivo de causar dor, sofrimento, angústia, a uma pessoa ou a um grupo de pessoas. Esses atos violentos podem ser forma verbal,

	causando danos psicológicos ou de forma física.
#8	A professora disse: - Cabe salientar que o bullying acontece de forma repetitiva, ou seja, não são atos violentos de forma isolada, são agressões que acontecem de forma ao longo do tempo. O bullying também acontece de forma intencional, quando o agressor tem o objetivo de causar sofrimento à vítima e o bullying também acontece de forma sistemática, é quando o agressor tem o objetivo de causar intimidação e humilhar a vítima.
#9	A professora disse: - O cyberbullying são as práticas de bullying que acontecem de forma online, através das tecnologias digitais, como, redes sociais, aplicativos de mensagens e jogos. Os agressores utilizam-se das ferramentas digitais para causar intimidação, humilhação, ameaçar e causar danos a outra pessoa.
#10	A professora disse: - A violência escolar, expressas nas formas do bullying e do cyberbullying trazem graves consequências para a vítima, afetando a sua saúde psicológica, física, sua autoestima, e o bem-estar da vítima, causando depressão, ansiedade e até mesmo, o suicídio.

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

As cenas apresentadas acima compõem o protótipo desta pesquisa que resultou em um conteúdo hipertextual no formato de e-Book e um conteúdo audiovisual como Infovídeo para contribuir com a formação permanente de docentes da Educação Básica e promover o enfrentamento da violência escolar, tendo em vista a necessidade de luta contra esse problema social que adentra o meio escolar e causa muitos prejuízos ao desenvolvimento humano e progressão social, impactando na efetivação de formação integral dos discentes.

Diante de um cenário violento nas unidades de ensino, se afirma a extrema indispensabilidade de formação permanente para todos os profissionais escolares, especialmente, os profissionais do magistério, para saber lidar com a violência nos ambientes de escolarização e cidadania, em que a escola, lugar de educação e aperfeiçoamento, preza por um espaço saudável, de paz e da integralidade do desenvolvimento dos sujeitos.

Na tabela 07 apresentada abaixo consta o detalhamento da estrutura dos protótipos resultado deste estudo.

Tabela 07 - Detalhamento da estrutura dos protótipos

O quê?	Por quê? (Ícones ativados)	Como? (Descrição de houve o alcance de cada ativação, software utilizado, etc.)
e-Book contendo a Aula 1 e Aula 2	Para contemplar o conhecimento introdutório acerca da Violência Escolar, contemplando suas características e classificações, ênfase sobre respeito aos valores e aos direitos humanos, seguido de sugestões de atividades que fomentam a ativação das inteligências múltiplas e o acionamento dos ícones representativos (nota musical, escutando música, aparelho de som, calculadora, pessoa escrevendo, livro, rosa dos ventos, globo, dança, espelho, sorriso, professor, grupo de pessoas), a partir das propostas de atividades pedagógicas de enfrentamento a Violência Escolar.	Para a construção do e-Book utilizou-se como embasamento o Estado do Conhecimento a partir dos descriptores “Violência” e “Violência escolar”, bem como, o estudo acerca da Teoria das Inteligências Múltiplas de Howard Gardner (2012) e estudiosos de sua teoria, como Obregon (2009), Obregon <i>et al.</i> (2009), Soares (2014), Santos (2014). Para a produção da Aula 1 e da Aula 2 foram utilizadas 06 imagens, tratando sobre a conscientização para não a violência nas escolas; trazendo dados quantitativos acerca dos casos de bullying com os estudantes brasileiros, sobre práticas de bullying e sobre a lei de código penal acerca dos crimes de bullying e cyberbullying. 03 textos, tratando sobre o conceito de bullying; acerca do respeito às diferenças e sobre a escola enquanto lugar de paz. 01 música, abordando o desejo de paz nas escolas. 1 paródia, abordando o combate ao bullying. 03 vídeos, tratando a prevenção contra o bullying. 05 tirinhas, abordando o bullying e o respeito às diferenças. 01 charge, fazendo referência ao bullying, tendo como lócus de pesquisa, a internet e a plataforma online, YouTube. Compõe também este e-Book, uma História em Quadrinhos.

Vídeo formativo #1, referente à introdução sobre o conceito de violência e violência escolar	<p>Para disponibilizar conteúdo interativo através de tecnologias digitais para fomentar a aprendizagem acerca do conceito de violência e violência escolar, bem como, ativar as múltiplas inteligências humanas e promover conhecimento com inovação e tecnologia mediante a produção de Recursos Educacionais Digitais (RED's) para o enfrentamento da Violência Escolar. Foram ativados os ícones representativos, aparelho de som, xadrez, pessoa escrevendo, livro, rosa dos ventos, equilibrista, espelho, sorriso, professor e grupo de pessoas.</p>	<p>Foi utilizado o Sistema de elaboração de vídeo do iOS por meio de Smartphone a partir da criação de Avatar para a gravação com microexpressões, seguido da utilização de software Adobe Express e finalização por Inteligência Artificial (IA) ilucidando à introdução sobre o conceito de violência e violência escolar</p>
Vídeo formativo #2, referente a casos recorrentes de violência no contexto escolar com base nos relatos de experiência docente desta pesquisadora.	<p>Para promover aprendizagem de forma interativa e lúdica por meio do uso de recursos tecnológicos, estimulando a ativação das múltiplas inteligências humanas, de forma inovadora a partir da produção de Recursos Educacionais Digitais (RED's) para o enfrentamento da Violência Escolar. Neste recurso educacional digital foram ativados os ícones representativos, aparelho de som, xadrez, pessoa escrevendo, livro, rosa dos ventos, equilibrista, espelho, sorriso, professor e grupo de pessoas.</p>	<p>Foi utilizado o Sistema de elaboração de vídeo do iOS por meio de Smartphone, a partir da criação de Avatar para a gravação com microexpressões, seguido da utilização de software Adobe Express e finalização por Inteligência Artificial (IA)</p>

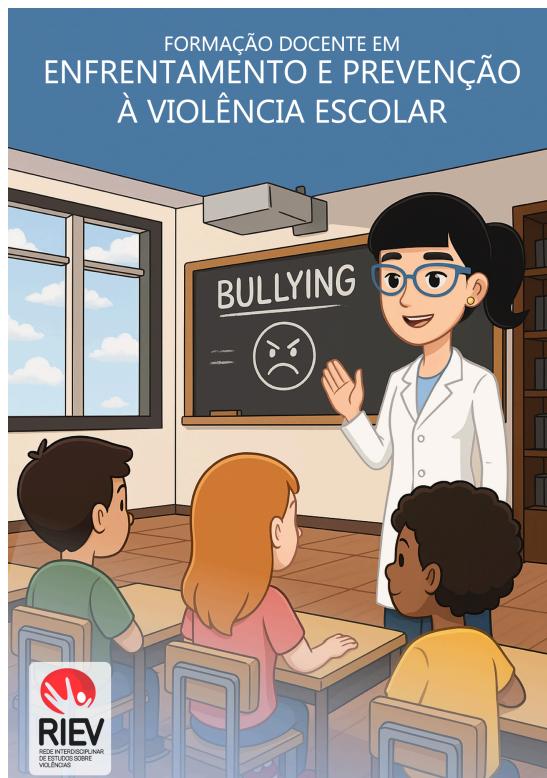
Fonte: Elaborada pela autora (2025) com base em Gardner (2012), Obregon (2009), Obregon *et al.* (2009), Soares (2014), Santos (2014).

Uma vez que se explorou o modelo conceitual e as percepções acerca das Inteligências Múltiplas, procede-se, agora, à apresentação dos protótipos de Recursos Educacionais Digitais (REDs), produtos que materializam as discussões teóricas e metodológicas precedentes.

6.3 Apresentação dos Protótipos de Recursos Educacionais Digitais (REDs)

Esta seção dedica-se à apresentação dos *mockups* dos REDs prototipados, que constituem o resultado prático desta pesquisa. Foram desenvolvidos dois formatos principais de REDs: um e-Book hipertextual e um Infovídeo audiovisual. O conteúdo completo pode ser consultado no Apêndice B deste trabalho. Ambos os materiais foram concebidos com o propósito de subsidiar a formação permanente de professores da Educação Básica no enfrentamento da violência escolar, por meio da ativação das múltiplas inteligências. A inovação desses protótipos reside na combinação da autoria docente com o emprego de TICs. A estrutura, o conteúdo e a concepção pedagógica de cada RED foram detalhados nas linhas precedentes, ilustrando a sua efetiva contribuição para os objetivos propostos neste PTA.

6.3.1 e-Book



e-Book educacional: <https://bit.ly/RED-eBook> (versão on-line) ou
[vide Apêndice B deste trabalho](#)

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

6.3.2 Infovídeo



Infovídeo educacional: <https://bit.ly/RED-Infovideo>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 À Guisa de Conclusão

Este estudo teve como objetivo investigar pressupostos teórico-metodológicos e conceber um modelo conceitual para a construção de Recursos Educacionais Digitais (RED's) a serem disponibilizados na Plataforma Integrada MEC, visando à formação permanente de docentes da educação básica sobre a violência escolar. Fundamentado na Teoria das Inteligências Múltiplas (TIM) (Gardner, 2012; Obregon, 2009; Obregon *et al.* 2009; Soares, 2014; Santos, 2014), esse modelo possibilitou uma nova perspectiva para o desenvolvimento de atividades pedagógicas de enfrentamento da violência escolar. As atividades sugeridas, materializadas nos Recursos Educacionais Digitais (RED's), buscam a ativação das múltiplas inteligências e a capacitação contínua de docentes para combater os atos violentos nos ambientes escolares, acionando 15 ícones representativos da TIM. Foram produzidos dois RED's, compostos por um conteúdo hipertextual no formato de e-Book e um conteúdo audiovisual como Infovídeo sobre violência escolar e suas formas de manifestações, em que a experiência e a autoria docente se apresentam de forma contributiva para a promoção da formação permanente de professores da educação básica e para o enfrentamento da violência escolar. Estão presentes nos RED's vinte e um recursos hipermídias, sendo seis imagens, um poema, três vídeos, uma música, uma paródia, três textos, uma charge e cinco tirinhas).

O docente exerce um papel fundamental na sociedade e na educação dos aprendentes. Em um cenário mundial e educacional cada vez mais permeado por tecnologias digitais, novas formas de ensinar e aprender emergem, demandando materiais educativos interativos e adaptados à dinâmica da Sociedade 5.0 e à rápida veiculação de informações no ciberespaço.

Nesse contexto, a utilização da tecnologia para dispor de materiais educativos digitais, como os REDs desenvolvidos, representa uma inovação significativa para a formação docente e o enfrentamento da violência escolar, sobretudo, no contexto da rede de ensino municipal do município de Santa Rita-PB. O conteúdo, a ser

disponibilizado em plataforma aberta e dinâmica, conectando pessoas e lugares, constitui um diferencial com o aproveitamento de recursos tecnológicos digitais, impulsionados pela inteligência artificial, no fomento à aprendizagem de docentes e de todos os interessados em construir uma sociedade mais justa e igualitária, em que a violência escolar seja efetivamente cessada.

É fundamental destacar que esta pesquisa evidenciou uma lacuna na Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais, onde a quantidade de conteúdos voltados ao enfrentamento da violência escolar é irrigária, e muitos dos recursos existentes apresentam fragilidade ou indisponibilidade de acesso. Esse achado reforça a premente necessidade da autoria docente na produção de materiais audiovisuais para inserção nessa plataforma, que se configura como um espaço digital de e para professores. Assim, este estudo colabora para a formação permanente de professores e, consequentemente, para a melhoria da educação básica, ao promover meios para a resolução da violência no contexto escolar e, naturalmente, para o aprimoramento do convívio social, educacional e da progressão humana.

7.2 Desafios e Limitações do Estudo

Esta pesquisa apresentou limitações por ter-se restringido à utilização das sete Inteligências Múltiplas iniciais de Howard Gardner (linguística, lógico-matemática, musical, corporal-cinestésica, intrapessoal, interpessoal e espacial), sem contemplar a inclusão de inteligências posteriormente adicionadas pelo autor e/ou outros ícones representativos que pudessem ampliar as possibilidades de ativação e representação. Outra limitação reside na ausência de uma análise empírica, como a aplicação de um questionário icônico aos docentes, como proposto por Obregon *et al.* (2009), para fins de verificar o primeiro contato com os ícones representativos e avaliar o processo de aprendizagem dos professores acerca da violência escolar por meio dos Recursos Educacionais Digitais (RED's) produzidos neste estudo. Apontamos ainda uma outra limitação que se refere ao design do recurso hipertextual e-Book a apresentar-se de forma mais ilustrativa e visual.

7.3 Recomendações de Aplicabilidade e de Investigações Futuras

Recomenda-se a ampliação deste PTA, mediante trabalhos futuros, expandindo os tipos de Recursos Educacionais Digitais a serem produzidos, a exemplo de podcast e materiais impressos. Outrossim, sugere-se a criação e a ampliação de ícones representativos das sete inteligências múltiplas iniciais propostas por Gardner (2012), visando ampliar as possibilidades de ativação e representação. Recomenda-se ainda que o recurso educacional digital em formato audiovisual (infovídeo) seja produzido com maior extensão temporal, com média de três a quatro minutos, bem como, com maior quantitativo de narradores, inclusive, utilizando-se da própria voz dos personagens (alunos em contexto de violência escolar). No que tange à aplicabilidade, recomenda-se a utilização dos REDs produzidos em programas de formação permanente de professores no município de Santa Rita-PB, a cada início de ano letivo através da Semana Pedagógica, que contempla os encontros formativos na rede pública de ensino a qual esta pesquisadora está inserida como docente da educação básica.

Ademais, inserir o material de protótipo produzido no Acervo da Plataforma Integrada MEC de Recursos Educacionais Digitais (RED's), bem como, disponibilizar no Portal da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências e para disseminar o modelo conceitual de protótipo de 2 RED's, promover encontros de compartilhamento de práticas exitosas, como Workshops, utilizando-se o espaço público que consiste a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), que tem a possibilidade de alcance a docentes e discentes, tanto da Educação Básica, quanto da Educação Superior, uma vez que é um espaço público relevante para fomentar a inspiração da produção de novos REDs para formação permanente de docentes e de Enfrentamento da Violência Escolar. Como estratégia de divulgação do Workshop, é possível promover a publicação a partir de Cards expositivos utilizando-se de redes sociais, a exemplo de instagram oficial da Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências, que dispõe de 1.628 seguidores, instagram oficial do Centro de Educação - CE da Universidade Federal da Paraíba - UFPB, dispondo de 7. 278 seguidores e instagram da Universidade Federal da Paraíba, que dispõe de 143 mil seguidores.

REFERÊNCIAS

ALVES, R. S. **Produção de material didático hipermídia para educação a distância na formação de gestores.** Dissertação (Mestrado em Gestão nas Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/5937/1/arquivotal.pdf> Acesso em: 02 jul. 2024.

ANDRADE, G. C. **Bullying e sua prevenção: Concepções e práticas de psicólogos escolares.** Dissertação (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/807/1/gessicacastellaniandrade.pdf> Acesso em: 06 abr. 2024.

ANDRÉS, A. D. S. **O conceito de ‘violência’ no pensamento de Hannah Arendt.** Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa. Dissertação de Mestrado em Filosofia Geral. Junho de 2012. Disponível em: chrome https://run.unl.pt/bitstream/10362/8309/1/Texto_Completo.pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

ANSER, M. A. C. I; JOLY, M. C. R. A; VENDRAMINI, C. M. M. Avaliação do conceito de violência no ambiente escolar: visão do professor. **Psicologia: Teoria e Prática** – São Paulo, dez. 2003, vol.5, nº 2, p. 67-81. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-36872003000200007 Acesso em: 16 mar. 2024.

ARAUJO, L. S. et al. Universo consensual de adolescentes acerca da violência escolar. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 17, n. 2, p. 243-251, mai./ago. 2012. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/pusf/a/ghr596WRnr7K886XxYWqNGr/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 29 abril 2024.

AYALA-CARRILLO, M. R. VIOLENCIA ESCOLAR: UN PROBLEMA COMPLEJO. **Ra Ximhai**, Volumen 11, Número 4, Edición Especial, Julio - Diciembre 2015, p. 493-509. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.redalyc.org/pdf/461/46142596036.pdf Acesso em: 18 mar. 2024.

BAZZO, J. **‘Agora tudo é *bullying*’: uma mirada antropológica sobre a agência de uma categoria de acusação no cotidiano brasileiro.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174498/001064968.pdf?sequence=1&isAllowed=y Acesso em: 06 abr. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2023**

Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes> Acesso em: 22 mai. 2024.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da violência 2023. Violência contra a juventude.** Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/6096-dashjuventude-perdidafinalconferido.pdf Acesso em: 01 jun. 2024.

BRASIL, **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em 23 maio 2024.

BRASIL, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/santa-rita/panorama> Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim ... [et al.]. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pnedh_brasil.pdf Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> Acesso em: 05 de jun. 2024.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2013. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/PNEDH2013.pdf> Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** 3^a reimpressão, simplificada. Brasília, 2018. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf Acesso em: 23 de maio 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm Acesso em: 28 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 27 de Outubro de**

2020. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada). Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file#:~:text=O%20%C2%A7%201%C2%BA%20do%20art,Educa%C3%A7%C3%A3o%20manter%C3%A3o%20\(...\)](http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2020-pdf/164841-rcp001-20/file#:~:text=O%20%C2%A7%201%C2%BA%20do%20art,Educa%C3%A7%C3%A3o%20manter%C3%A3o%20(...)) Acesso em: 04 de jul. 2024.

BRASIL. Diário Oficial da União. **LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.**

Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.811-de-12-de-janeiro-de-2024-537300944>

Acesso em: 31 maio 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conheca-o-ideb> Acesso em: 07 jun. 2024.

BRENNAND, E. G. G; DIAS, D. S. F; MEDEIROS, J. W. M. **Educação, Cultura e Mídia.** In: DIAS, D. S. F; BEZERRA, E. P. (Organizadores). Mídias e formação docente. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; VASCONCELOS, Giuliana Cavalcanti. O Conceito de potencial múltiplo da inteligência de Howard Gardner para pensar dispositivos pedagógicos multimidiáticos. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, vol. 5 no.1, p. 19-35, jul. 2005. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-5821200500020003 Acesso em: 12 fev. 2024.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; DUTRA, Delamar José Volpato.

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E RIZOMAS DA AÇÃO COMUNICATIVA NA ÁGORA DIGITAL. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 11, ed. especial, p. 1-17, e-7359, nov. 2024. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/7359> Acesso em: 20 fev. 2024.

BRENNAND, Edna Gusmão de Góes; BORGES, Leônidas Leão. Inteligências múltiplas em ambientes virtuais de aprendizagem: um estudo de objetos de aprendizagem com autoria de crianças. **Ciências & Cognição**, Rio de Janeiro, v. 15 (3): 126 - 144, dez. 2010. Disponível em:

https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1806-58212010000300012&script=sci_abstract Acesso em: 26 de out. de 2024.

BRENNAND, E; J. G; CLAUDINO, O. R. **A cibercultura e o revigoramento dos espaços educativos tradicionais.** In: BARRETO, D. A. B; BRENNAND, E. G. (Organizadoras). Perspectivas Interdisciplinares sobre educação e tecnologias. João Pessoa: Editora UFPB, 2013.

BRENNAND, E. J. G; MEDEIROS, J. W. M; FIGUEIREDO, M. A. C. **Metodologia científica na educação a distância.** João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CARVALHO, A. S. **Violência e agressividade.** IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 135-140. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

CARVALHO, W. S. ANJOS, D. F. **Violência Escolar: conhecer para prevenir.** Cartilha Educativa. 1ª edição. João Pessoa. 2021. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/642396/2/Viol%C3%A3o%20Escolar%20Conhecer%20para%20Prevenir.pdf> Acesso em: 18 fev. 2024.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2023.** Brasília: Ipea; FBSP, 2023. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/9350-223443riatlasdaviolencia2023-final.pdf> Acesso em: 01 jun. 2024.

CHARLOT, B. A violência na escola: Como os sociólogos franceses abordam essa questão. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/soc/a/DDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 03 fev. 2024.

CRUZ, N. O. **O sentido de violência a partir da hermenêutica filosófica de Gadamer.** IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 66-83. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática.** Howard Gardner; trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artmed, 2012 — reimpr.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**. Ano I - Número I - Julho de 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353/6700> Acesso em: 12 mar. 2024.

LIMA, S. L. X. **BULLYING A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ALUNOS: UM ESTUDO SOBRE A VIOLÊNCIA.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/1f433fa5-d7b9-4f80-94b4-666fe8b95554/content> Acesso em: 06 abr. 2024.

LOURENÇO, A. S; CÂNDIDO, R. M. A multidimensionalidade do conceito da violência: elementos para o debate. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 35, n. 4, p. 1277-1295, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n4p1277/pdf> Acesso em: 12 de março de 2024.

MARTINS, K.O; LACERDA JR. F. A Contribuição de Martín-Baró para o Estudo da Violência: uma apresentação. **Psicologia Política**. vol. 14. nº 31. pp. 569-589. set. – dez. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2014000300010 Acesso em: 07 de abril de 2024.

OBREGON, Rosane de Fátima Antunes. *et al. Inteligências Múltiplas & Identificação de Perfil*. Florianópolis: Padion, 2009.

OBREGON, Rosane de Fátima Antunes. **Validação de um instrumento de identificação do perfil de usuário através de ícones representativos das inteligências múltiplas**. [dissertação] / Rosane de Fátima Antunes Obregon; orientador, Tarcisio Vanzin. - Florianópolis, SC : 2009. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/93154> Acesso em: 12 mar. 2025.

OLIVEIRA, B. M^a. J. F. et al. **DIRETRIZES PARA CONFECÇÃO DE TESES/DISSERTAÇÕES DO PPGOA**. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/programa/secao_extra.jsf?lc=pt_BR&id=1917&extra=327326183 Acesso em 02 jul. 2024.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial**. – Brasília: UNESCO, 2019. 54 p., il. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092> Acesso em: 16 fev. 2024.

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência**. IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 8-20. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

PILATTI, C. A. **Violência e filosofia**. IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 28-36. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em 16 fev. 2024.

PRIOTTO; E. P; BONETI, L. W. **VIOLÊNCIA ESCOLAR: na escola, da escola e contra a escola**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf> Acesso em: 03 fev. 2024.

SÁ, A. A. ALGUMAS QUESTÕES POLÊMICAS RELATIVAS À PSICOLOGIA DA VIOLÊNCIA. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1999, vol.1, nº 2, p. 53-63. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1151/859> Acesso em: 16 mar. 2024.

SAADI TOSI, L. J. A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT: UM DEBATE OU UM COMBATE?. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, p. 131 – 159. Edição 19 – Maio/2017.

Disponível em:

file:///D:/Users/Windows/Downloads/labeditorial,+7022-Texto+do+artigo-22582-1-10-20170619%20(1).pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

SANTOS, Raquel Alves. Produção de materiais didáticos hipermídia para educação a distância na formação de gestores. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações Aprendentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. Disponível em:
<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5937> Acesso em: 18 mar. 2024.

SOARES. I. M; BRENNAND, E. G. G. Inteligências múltiplas e autoria docente na produção de audiovisuais interativos. Revista Educação em Questão, Natal, v. 55, n. 43, p. 88-114, jan./mar. 2017. Disponível em:
<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/11806> Acesso em: 05 jul. 2024.

SOARES, Ismênia Mangueira. A Teoria das Inteligências Múltiplas como Suporte para a Autoria de Vídeos Interativos. Tese de (Doutorado em Educação) -, Universidade Federal da Paraíba, .João Pessoa, 2014. Disponível em:
https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/4778?locale=pt_BR Acesso em: 28 out. 2024.

SOUZA, L. P. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE SOCIOLOGOS FRANCESSES AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR BRASILEIRA. Revista LABOR n º7, v.1, 2012. Disponível em:
<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6703/4904> Acesso em 12 mar. 2024.

SOTT, M. K; BAUM, K. S; BENDER, M. S. Sociedade 5.0: explorando os dilemas do ecossistema social do futuro. REVES - Revista Relações Sociais, Vol. 05 N. 04 (2022). Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/reves> Acesso em: 02 jul. 2024.

STELKO-PEREIRA, A. C; WILLIAMS, L. C. A. Reflexões sobre o conceito de violência escolar e a busca por uma definição abrangente. Temas em Psicologia, vol. 18, núm. 1, junio, 2010, pp. 45-55. Sociedade Brasileira de Psicologia. Ribeirão Preto, Brasil. Disponível em:
https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-389X2010000100005 Acesso 12 mar. 2024.

APÊNDICE A – INDICADORES DA PLATAFORMA INTEGRADA MEC

Tabela A1 – Indicadores de Recursos de Áudio (RA)

ID	Tipo de recurso	Componentes Curriculares	Temática	Etapa de ensino	Formato	Tamanho do arquivo
RA01	Áudio	Geografia - História - Sociologia - Outros	Direitos Humanos	Ensino Superior - Ensino Médio	mp3	4.97 Mb
RA02	Áudio	Matemática	-	Ensino Médio - Outros	application/zip	0.01 Mb
RA03	Áudio	Língua Portuguesa	-	Educação Infantil - Outros	audio/mpeg	19.86 Mb
RA04	Áudio	-	-	-	audio/mpeg	27.31 Mb
RA05	Áudio	Língua Portuguesa - Biologia - Sociologia	-	Ensino Médio - Outros	audio/mpeg	27.05 Mb

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

Tabela A2 – Indicadores de Recursos de Vídeo (RV)

ID	Tipo de recurso	Componentes Curriculares	Temática	Etapa de ensino	Formato	Tamanho do arquivo
RV01	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV02	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV03	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV04	Vídeo	-	Outros	Ensino Fundamental I (1º até o 5º ano) - Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano)	-	-
RV05	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV06	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV07	Vídeo	Língua Portuguesa	-	-	-	-
RV08	Vídeo	-	-	-	“Link externo/YouTube”	0
RV09	Vídeo	-	-	-	-	-
RV10	Vídeo	-	-	-	-	-
RV11	Vídeo	-	-	Educação Infantil	-	-
RV12	Vídeo	-	-	-	-	-
RV13	Vídeo	-	-	Educação Infantil	-	-
RV14	Vídeo	-	-	-	-	-
RV15	Vídeo	-	-	-	-	-
RV16	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV17	Vídeo	Matemática - Sociologia	-	Ensino Fundamental I (1º	-	-

				até o 5º ano)		
RV18	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros		Ensino Fundamental I (1º até o 5º ano) - Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano)	-	-
RV19	Vídeo	Sociologia - Outros		Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano) - Ensino Médio - Ensino Superior - Outros	-	-
RV20	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros	-	Ensino Fundamental I (1º até o 5º ano) - Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano)	-	-
RV21	Vídeo	-	-	-	-	-
RV22	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV23	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros	-	Ensino Médio	-	-
RV24	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros	-	Ensino Médio	-	-
RV25	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV26	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros	-	Ensino médio	-	-
RV27	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV28	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV29	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros	-	Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano)	-	-
RV30	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV31	Vídeo	Língua Portuguesa - Sociologia	-	-	-	-
RV32	Vídeo	Matemática - Outros	-	Outros	-	-
RV33	Vídeo	Filosofia - Sociologia - Outros	-	Ensino Médio	-	-
RV34	Vídeo	Língua Portuguesa - Outros	-	Outros	-	-
RV35	Vídeo	História - Sociologia - Outros	-	Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano)	-	-
RV36	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV37	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV38	Vídeo	História	-	Ensino Médio	-	-
RV39	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV40	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV41	Vídeo	Outros	-	Ensino Médio	-	-
RV42	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV43	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV44	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-

RV45	Vídeo	-	-	Ensino Superior - Outros	application/zip	136.16 Mb
RV46	Vídeo	Outros	-	Outros	-	-
RV47	Vídeo	Sociologia - Outros - Informática	Direitos Humanos - Educação Sexual	Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano) - Ensino Médio - Ensino Superior - Outros - Educação Infantil - Ensino Fundamental I (1º até o 5º ano)	“Link externo/YouTube”	0
RV48	Vídeo	-	-	Ensino Superior - Outros	application/zip	130.01 Mb
RV49	Vídeo	Sociologia	-	Ensino Superior - Outros	video/x-msvideo	49.73 Mb
RV50	Vídeo	Sociologia	-	Ensino Superior - Outros	application/zip	61.77 Mb
RV51	Vídeo	-	-	Ensino Superior - Outros	video/mp4	39.64 Mb
RV52	Vídeo	Língua Portuguesa	-	Ensino Fundamental I (1º até o 5º ano)	-	-
RV53	Vídeo	Sociologia	-	Ensino Médio - Outros	video/x-msvideo	17.66 Mb

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

Tabela A3 – Indicadores de Recursos de Texto (RT)

ID	Tipo de recurso	Componentes Curriculares	Temática	Etapa de ensino	Formato	Tamanho do arquivo
RT01	Texto	Arte - Biologia - Ciências da Natureza - Educação Física - Ensino Religioso - Filosofia - Geografia - Outras Línguas - Outros - Física - História - Informática - Língua Espanhola - Língua Inglesa - Língua Portuguesa - Matemática - Química - Sociologia	Direitos Humanos - Educação Ambiental - Educação do Campo - Educação Especial - Educação Indígena - Educação Quilombola - Educação Sexual	Educação Infantil - Ensino Fundamental I (1º até o 5º ano) - Ensino Fundamental II (do 6º até o 9º ano) - Ensino Médio - Ensino Superior - Outros	application/pdf	0.39 Mb
RT02	Texto	Arte - Língua Portuguesa	-	Ensino Superior - Ensino Médio	application/pdf	1.08 Mb
RT03	Texto	Outros	-	Ensino médio	application/pdf	0.24 Mb

Fonte: Elaborado pela autora (2024) a partir de dados coligidos na presente pesquisa em Plataforma Integrada MEC (2024).

APÊNDICE B – REDs (e-Book e Infovídeo)

FORMAÇÃO DOCENTE EM ENFRENTAMENTO E PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA ESCOLAR



RIEV

REDE INTERDISCIPLINAR
DE ESTUDOS SOBRE
VIOLÊNCIAS

RECURSO EDUCACIONAL DIGITAL • RED

CRÉDITOS

AUTORIA: WALTERNICE OLÍMPIO SILVA DE MELO

ORIENTAÇÃO: DR.ª EDNA BRENNAND E DR. ÁLVARO CAVALCANTI

www.ufpb.br/riev



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. AULA 1: VIOLÊNCIA ESCOLAR

1.1 CARACTERÍSTICAS DA VIOLÊNCIA

1.2 CLASSIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

1.3 RESPEITO AOS VALORES E AOS DIREITOS HUMANOS

2. AULA 2: BULLYING E CYBERBULLYING

2.1 BULLYING

2.2 CYBERBULLYING

REFERÊNCIAS

APRESENTAÇÃO

O conteúdo deste e-Book é direcionado para a formação permanente de professores da Educação Básica para contribuir com práticas pedagógicas de enfrentamento à violência escolar. No entanto, é pertinente a todas as pessoas que almejam uma sociedade justa, equitativa e de respeito às pessoas e aos direitos humanos, quando, para isso, disponham de um ambiente escolar saudável e de desenvolvimento integral dos sujeitos, sem que haja impedimentos de aprendizagem e de formação cidadã mediante atos violentos manifestados em espaço escolar.

Este e-Book é resultado de um Projeto Técnico Aplicado - PTA, com pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão nas Organizações Aprendentes - PPGOA, da Universidade Federal da Paraíba-UFPB. Pretende contribuir para o enfrentamento da violência escolar a partir de formação permanente de professores da Educação Básica, utilizando-se de recursos tecnológicos e digitais, para que por meio de ferramentas interativas, seja possível o favorecimento da aprendizagem e das transformações sociais e educacionais, as quais se almejam um ambiente escolar livre da violência e dos entraves para o desenvolvimento humano.

Complementando este recurso, foi também elaborado um Infovídeo, desenvolvido com o auxílio de inteligência artificial, que sintetiza de forma dinâmica o conteúdo principal do e-Book, oferecendo uma modalidade audiovisual de aprofundamento e engajamento para a formação docente no enfrentamento e na prevenção à violência escolar. Este Infovídeo aborda os pontos-chave do e-Book de maneira concisa

INFOVÍDEO

**FORMAÇÃO
DOCENTE
EM
ENFRENTAMENTO
E PREVENÇÃO À
VIOLÊNCIA ESCOLAR**

DISPONÍVEL EM 

e permite a assimilação das informações essenciais de forma visualmente estimulante, fortalecendo a compreensão dos temas abordados e potencializando a aplicação prática dos conhecimentos para a transformação do ambiente escolar.

Por meio deste e-Book que dispõe de 2 Aulas, sendo a 1^a sobre Violência Escolar e a 2^a sobre bullying e cyberbullying, caro leitor(a), você terá a oportunidade e a alegria de conhecer aspectos que envolvem a Violência Escolar e algumas de suas manifestações, como, bullying e cyberbullying, dispondo de sugestões de atividades que contemplam o enfrentamento de atos violentos que se apresentam nos espaços escolares e causam graves consequências às vítimas.

O professor exerce papel fundamental no enfrentamento da Violência Escolar e a partir da experiência docente é possível visualizar os desafios enfrentados pelos professores pela ausência de formação direcionada para esta finalidade. Assim, a violência, corriqueira e presente no cotidiano das escolas, muitas vezes, se apresenta de forma imperceptível e prejudica o processo de ensino e aprendizagem e o pleno desenvolvimento do educando que fica submetido aos atos de violência. Logo, o conhecimento acerca desta temática é fundamental para as mudanças no ambiente escolar. Espera-se que esse recurso educacional em formato digital seja utilizado de forma proveitosa e de alcance elevado para favorecer uma sociedade e uma escola inclusiva, em que a violência não tenha espaço para manifestações.

AULA

1

VIOLÊNCIA ESCOLAR

Nesta aula, iremos dialogar sobre um tema muito relevante para a sociedade, que é a violência escolar. Isso permite afirmar que de tão presente e corriqueira, a violência adentra os ambientes educacionais e nos mostra a necessidade de buscar artifícios para o seu enfrentamento. Mas, você sabe como as manifestações de violência acontecem nos espaços escolares? Inicialmente, precisamos ficar inteirados que ao longo dos séculos, a violência vem se perpetuando pela sociedade, percorrendo pela história da humanidade, se transformando e configurando em muitas novas formas e tipos de violência, se manifestando nos mais diversos contextos e ambientes de vida humana. Isso significa que a violência não é um fenômeno novo, e nem recente, e mediante a complexidade e multiplicidade com que as violências acontecem e acometem os indivíduos em seus cotidianos, o ambiente escolar tem sido palco de atos violentos que impactam na vida dos sujeitos e em seu desenvolvimento pessoal e educacional.

Diante de um tema pertinente e persistente, é preciso acentuar que a violência transpassa pela história da vida humana em sociedade e com isso tem sido investigada e discutida por muitos estudiosos e pesquisadores, pois, a violência é praticada e vivenciada no decorrer dos séculos até os dias atuais. Mas, qual será a causa de seu surgimento e por qual razão invade os diversos ambientes e acontece de diversas tipologias e formas? Para Saadi Tosi (2017) a violência percorre pela história da humanidade, desde seus primórdios, pois, já na antiguidade, o assunto era motivo pela busca da causa de seu surgimento e o desejo de entender as variadas formas com que a violência ocorria em diversos contextos e ambientes de vivência humana. Dessa forma, conhecer as civilizações passadas é importante para compreender o fenômeno da violência nos dias atuais e afirmar que sua prática na

sociedade não é recente, pelo contrário, ultrapassa gerações e se afirma ao longo dos tempos, assolando pessoas nos mais diversos ambientes, transformando os lugares que deveriam ser de paz em verdadeiros “holocaustos” silenciosos.

A princípio, buscamos compreender o que é violência a partir de suas conceituações, ressaltando que não é uma tarefa fácil em razão de sua amplitude e complexidade, invadindo as relações familiares e sociais, nos apresentando questões que precisam ser pensadas para que possamos apreender sobre o passado e vislumbrar melhorias no presente e novas perspectivas para o futuro da humanidade, contemplando uma sociedade livre de violência e fomentando a garantia dos direitos humanos. Para Lima (2021) existem diversos conceitos diferentes sobre o conceito de violência por ser um tema que se faz presente em nosso cotidiano, seja através de noticiários, opiniões ou vivência pessoal com este fenômeno.

Caro (a) leitor (a), o que você pensa acerca do conceito de violência? Quais atos e/ou ações você consegue identificar como sendo manifestações das violências? Segundo Paviani (2016) o conceito de violência é impreciso, complexo e acarreta vários elementos e posicionamentos teóricos, bem como, variadas maneiras de solução e anulação. Já as formas de violência são tão múltiplas que é difícil especificá-las de modo apropriado. A violência surge na sociedade sempre de modo novo e por isso ninguém consegue evitá-la por inteiro. Para Sá (1999) com base em Amoretti (1992) a “violência pode ser definida como o ato de violentar, determinar dano físico, moral ou psicológico através da força ou da coação, exercer pressão ou tirania contra a vontade e a liberdade do outro” (p. 41).

As práticas de violência são oriundas de inúmeros fatores (sociais, culturais, econômicos, políticos), que contribuem para as variadas formas em que os atos violentos se apresentam, fazendo com que o conceito de violência seja extremamente difícil de se definir, por sua grande multiplicidade, complexidade e diferentes contextualizações. Segundo Pilatti (2016) é imensamente difícil atribuir um conceito à violência pela sua diversidade de forma com que acontece, em meio às relações pessoais, políticas, sociais e culturais, decorrendo de tais interações. É uma constituinte cultural tida como normal e natural a depender do local e da época apontada, continuadamente, complexa. De acordo com Priotto e Boneti (2009) o

conceito de violência é considerado muito extenso, sendo um fenômeno que está presente em todas as sociedades. É um acontecimento intrínseco à vida humana, que transpassa historicamente a vida social e só pode ser explicado a partir de configurações culturais, políticas, econômicas e psicossociais, que são inerentes às sociedades humanas.

Na sociologia, o conceito de violência é discutido a partir do conceito de violência simbólica, presente no cotidiano escolar e elaborado por Pierre Bourdieu, sociólogo francês, que evidencia que a violência simbólica para ser exercida precisa que haja convivência entre aquele que sofre e aquele que pratica, que inconscientemente, é imposta determinada cultura e reprodução das estruturas de poder, por meio de ações e discursos de cunho da classe dominante. Com base em Souza (2012) Na perspectiva Bourdieusiana, a violência simbólica se manifesta na determinação efetiva e fingida, com a assimilação da cultura dominante que tem correlação entre as desigualdades sociais e escolares, de modo a favorecer os indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes, aos quais alcançam as melhores posições dentro do sistema de ensino.

A violência nas escolas tem sido cometida e sofrida pelos mais diferentes atores, envolvendo alunos, professores, demais profissionais escolares, pais, enfim, toda comunidade escolar e para além dos muros das escolas, sendo motivo de inseguranças, riscos, medos e comprometimento do processo de ensino e aprendizagem, fazendo com que a escola não cumpra o papel social e educativo que lhe compete, uma vez que se espera que seja um lugar destinado a promover aprendizagens, segurança, desenvolvimento, conforto e vivências saudáveis que contribuam para a melhoria de vida daqueles que a frequentam.

É mister que, se a escola é a extensão da sociedade, a violência adentra ao universo escolar, de forma arrebatadora, natural e corriqueira, assim como a temos enfrentado nos lares, nos mais diversos ambientes sociais e profissionais, na rua e a cada segundo, acometendo inúmeras vítimas, que de forma consciente ou inconsciente, pessoas praticam ou sofrem os impactos de atos violentos. É pertinente dizer que toda e qualquer pessoa está sujeita a sofrer ou presenciar algum tipo de violência e precisamos pensar o quanto conhecemos as diferentes formas de manifestações da violência para sabermos reconhecer e enfrentá-las de

modo a superar e vencer os obstáculos ocasionados a partir de tais atos violentos. Enquanto um profissional da docência, conhecer e reconhecer as ações e demonstrações de violência no ambiente escolar, é imprescindível para a realização de práticas pedagógicas que fomentem o enfrentamento desse problema social que compromete toda a vida humana, nos mais diversos contextos, inclusive, o meio escolar.

Já vimos que a violência não é um fenômeno recente na sociedade e conforme Souza (2012), historicamente, é constatado que a violência nas escolas não é um fato novo, no entanto, novas formas de violência surgem no cotidiano e tornam a violência o objeto de investigação de pesquisadores de várias áreas, em virtude dela afetar a sociedade por completo. Face ao exposto, para enfrentar e lidar com a violência escolar, é necessário, a princípio, reconhecer que esse fenômeno faz parte do cotidiano nas escolas, existindo e acontecendo de maneira costumeira e, portanto, precisa-se de observação contínua para identificar suas variadas formas de ocorrência, diagnosticando-as para engendrar atos de enfrentamento e prevenção.

1.1 CARACTERÍSTICAS DA VIOLENCIA

Apesar da multiplicidade que circunda a violência, torna-se imprescindível identificar algumas das características provenientes de suas tipologias, o que é uma tarefa que requer muita informação e conhecimento, tendo em vista a complexidade de formas em que a violência acomete crianças e adolescentes, jovens, mulheres, idosos, em suas diversas raças, gêneros, etnias e classe social, tendo a mesma sociedade que pratica atos violentos, a responsabilidade de buscar contribuir para o respeito aos direitos humanos, pela igualdade de direitos e pela justiça social.

Assim sendo, todo cidadão tem o dever de apoiar a aspiração de uma sociedade mais justa e igualitária, livre da violência e, é por isso que você está aqui, para juntos conhecermos características de atos de violência para que o reconhecimento propicie a realização de feitos e ações de enfrentamento desse problema social. Seguimos para uma viagem de descobertas, reconhecimentos e exploração de novos conhecimentos, a partir dos tipos de violência mais recorrentes na sociedade (Violência física, Violência psicológica/moral, Violência sexual,

Violência patrimonial) nos ambientes escolares e demais contextos. É importante ressaltar que a violência física é o tipo de violência mais comum, seguida das violências psicológica e sexual.

As violências mais recorrentes na sociedade também se manifestam nos espaços escolares, de modo que “a violência escolar inclui a violência física, psicológica, violência sexual e o *bullying*; é praticada e vivenciada por estudantes, professores e outros funcionários da escola” (UNESCO, 2019, pág. 14). A violência física é caracterizada como toda e qualquer forma de agressão física com a intenção de machucar, incluindo castigo físico e *bullying* praticados por pessoas adultas ou crianças (UNESCO, 2019). Conforme Carvalho e Anjos (2021, p. 10) a Violência física “engloba atos como empurrar, bater e chutar, podendo, inclusive, resultar em homicídio”.

É pertinente dizer que a violência física é um tipo de violência que ocorre no contexto escolar, geralmente enxergada como “arengas” oriundas da etapa de desenvolvimento da criança ou adolescente. Atrelada a ela, os castigos físicos são aplicados como forma de disciplina e o *bullying*, visto como intrigas praticadas e vivenciadas naturalmente entre crianças e adolescentes, como um fenômeno típico do universo escolar.

A violência psicológica, que também imerge nas escolas, “inclui a agressão verbal e o abuso emocional, que se manifestam nos atos de isolar, rejeitar, ignorar, insultar, difamar, contar mentiras, xingar, ridicularizar, humilhar e ameaçar [...]” (UNESCO, 2019, p. 14), que são atos violentos que induzem a violência física e as práticas de *bullying* entre os sujeitos. Já a violência sexual “inclui intimidação de natureza sexual, assédio sexual, contato corporal indesejado, coerção sexual e estupro, e afeta meninas e meninos” (UNESCO, 2019, p. 15). Um ato sexual ou a tentativa deste, um comentário, contato, interação, realizados de forma indesejada, praticados por uma ou mais pessoas, contra outra, no caso, a vítima, sem que haja permissão, é considerado como violência sexual.

1.2 CLASSIFICAÇÃO DA VIOLENCIA ESCOLAR

A violência acomete o ambiente escolar, se apresentando de múltiplas formas, vitimizando toda a comunidade escolar (professores e demais profissionais que

atuam na escola, alunos, pais e/ou responsáveis). Para Lima (2021, p. 33) “A violência escolar pode expressar-se de diversas maneiras, como entre e/ou contra os agentes e funcionários da escola, gestores escolares e professores, o patrimônio escolar e contra e/ou entre alunos”. Logo, todos os atores que compõem o ambiente escolar podem ser praticantes ou vítimas da violência escolar, bem como, àqueles que não estão diretamente e assiduamente envolvidos no cotidiano da escola.

Como já foi dito acima, a violência não é recente, no entanto, se apresenta através de novas configurações, especialmente, pelas transformações vivenciadas nas gerações e com o advento da internet e da inserção das tecnologias digitais na sociedade. As novas formas de violência na escola se configuraram como homicídios, agressões com armas, estupros, que Charlot (2002) diz que são fatos que continuam muito raros, mas, de uma proporção tão grande que dão a impressão de que não há mais limite e que tudo pode acontecer na escola, a qualquer momento, gerando, assim, uma angústia social diante da violência que devasta as escolas.

Agora vamos nos debruçar sobre a classificação de violência na escola, a partir dos critérios de Charlot (2002), que é professor, pesquisador, filósofo de formação, doutor em educação, que classificou os episódios de violência na escola em três níveis de manifestação que são: violência na escola, violência da escola, violência contra a escola. Então, está preparado (a) para conhecer os aspectos que as diferenciam? É importante que você conheça as características de cada uma delas, para melhor identificar e reconhecer as diferentes faces dos atos violentos.

Desse modo, Charlot (2002) pontua que a violência na escola é aquela que se estabelece dentro do ambiente escolar, sem fazer parte da natureza e das atividades realizadas no estabelecimento de ensino, ou seja, quando uma gangue entra na escola para acertar contas de disputas locais, a violência ocorre na escola, mas poderia acontecer em qualquer outro local. Já a violência da escola está diretamente relacionada à natureza e as atividades da instituição escolar, em que os próprios atores do contexto escolar praticam e/ou sofrem violência, quando, alunos provocam incêndios, fazem xingamentos ou batem nos professores, os atos violentos estão precisamente envolvendo a entidade e aqueles que a constitui. Quanto a violência contra a escola deve ser analisada junto com a violência da escola já que envolve violência institucional e simbólica, se relacionando com a maneira como os jovens

são tratados pela instituição e seus agentes, no que diz respeito a composição das classes, da atribuição de notas, de orientação, palavras desrespeitosas proferidas pelos adultos, atos considerados pelos alunos racistas e injustos (Charlot, 2002).

1.3 RESPEITO AOS VALORES E AOS DIREITOS HUMANOS

Para a garantia dos direitos humanos, os atos normativos e a legislação vigente se configuram como essenciais para as relações humanas e para a afirmação de um Estado Democrático de Direito, que respeita e protege os direitos humanos individuais e coletivos, os valores de uma sociedade justa e igualitária, enfrentando as questões e as problemáticas sociais que ferem a dignidade humana e incentiva a violação de direitos. Diante do exposto, alguns marcos normativos defendem e protegem os direitos humanos, como, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

O Processo de formulação do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) dispõe de três versões, que teve início no ano de 2003, demarcando o começo da luta pela garantia dos direitos humanos e a afirmação da inclusão do Estado brasileiro no comprometimento por esta causa. Cabe frisar que esse momento ímpar simboliza a década em educação pelos direitos humanos, firmada a partir do Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH).

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) é uma política pública que busca através de ações efetivas, em rede, a promoção de práticas que elevem e garantam os direitos humanos fundamentais, apoiado pelos princípios da democracia, cidadania e justiça social. Tendo em vista que a educação é um direito humano impulsionador dos outros direitos; é através dela que a construção de conhecimentos se efetiva, os valores são aperfeiçoados, as atitudes são transformadas, a cidadania e a democracia ganham espaço e a sociedade avança com cidadãos conscientes dos seus direitos e deveres.

Educar em direitos humanos é impulsionar processos de inclusão social e educacional, contribuindo para a formação de pessoas, da cidadania, do respeito à diversidade e a pluralidade cultural, étnica, racial, de gênero e de crenças religiosas, trilhando caminhos para o desenvolvimento a partir da garantia dos direitos humanos, da vida humana em sociedade, livres da violação de direitos e da

violência que fere todos os princípios da humanidade. O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos - PNEDH, imprescindível para a sociedade, pois, fomenta a cultura de direitos humanos no país, demanda a contribuição de todos, para que, coletivamente, o sucesso seja alcançado ao longo dos anos.

Aqui, destacamos também o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como uma lei brasileira que marca a população, quando, define direitos e deveres de crianças e adolescentes, antes, considerados inferiores aos adultos, tendo sua cidadania esquecida em uma sociedade punitiva. Com isso, trata-se uma lei de afirmação e reconhecimento da criança e do adolescente como sujeitos de direitos, até então, não reconhecidos, passando para uma nova concepção de infância que dá voz e vez, auxiliando em seu desenvolvimento cognitivo, físico, psicológico, moral, social, ou seja, em sua formação, progresso e integralidade.

Isso demonstra a relevância da presente Lei nº 8.069/1990, que em seu Art. 1º, “dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente” (Brasil, 1990), assegurando-lhes o direito à vida, saúde, alimentação, educação, moradia, liberdade, cultura, esporte, lazer, respeito, dignidade, convivência familiar e comunitária, dentre outros, protegidos pelos adultos, tendo o Estado, a família e a sociedade, como responsáveis por zelar por tal proteção e garantia de direitos fundamentais à vida humana.

Dentre as alterações que a Lei nº 8.069/1990 sofreu ao longo dos anos, ressalta-se a modificação acrescida através da Lei de nº 14.811/2024, que em 12 de janeiro do ano de 2024, estabeleceu novas medidas de proteção de crianças e adolescentes contra a possibilidade de ocorrência de violências, que dentre as mudanças instituídas pela nova lei, destaca-se aquelas acrescidas e destinadas ao enfrentamento de casos de violência sexual e cyberbullying contra crianças e adolescentes, através do Art. 240, §1º, inciso I, da Lei de nº 14.811/2024, resulta-se em pena de reclusão de quatro a oito anos, e multa, quem “agencia, facilita, recruta, coage ou de qualquer modo intermedeia a participação de criança ou adolescente nas cenas referidas no caput deste artigo, ou ainda quem com esses contracena” (Brasil, 2024).

Já no §1º, inciso II, do Art. 240 da Lei de nº 14.811/2024, ainda sobre ações de enfrentamento de casos de violência sexual e cyberbullying contra crianças e adolescentes, determina-se que incorrerá na pena de reclusão de quatro a oito anos, e multa, quem exibir, transmitir, auxiliar ou facilitar a exibição ou transmissão, em tempo real, via internet, por aplicativos, através de dispositivo informático ou qualquer meio ou espaço digital, de cena de sexo explícito ou pornográfica com a participação de criança ou adolescente (Brasil, 2024).

Para concluir com as alterações acrescidas pela Lei de nº 14.811/2024, temos a inclusão de um novo parágrafo no artigo 247 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que incorre de pena - multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em caso de reincidência, quem: “exibe ou transmite imagem, vídeo ou corrente de vídeo de criança ou adolescente envolvido em ato infracional ou em outro ato ilícito que lhe seja atribuído, de forma a permitir sua identificação” (Brasil, 2024).

A legislação brasileira vigente aspira uma sociedade que promova ações de garantia dos direitos humanos e do enfrentamento da violência escolar, estabelecendo medidas de proteção e reforçando a necessidade de tratar com urgência sobre a negação social que a infração das leis estabelecem na vida humana, impactando negatividade no desenvolvimento dos sujeitos, quando os direitos humanos são negados e a violência toma conta da sociedade, infringindo a democracia, a justiça e o desenvolvimento social. Mas, o que você tem feito para colaborar com o cumprimento das leis em nosso país? Você sabia que todos nós somos responsáveis pela garantia dos direitos humanos, da proteção integral de crianças e adolescentes, e do enfrentamento da violência que adentra os mais variados contextos e ambientes? Não esqueça de fazer a sua parte para que possa desfrutar de uma sociedade mais libertadora, igualitária e justa, mediante atitudes, comportamentos e atos de cidadania e defesa da vida humana, em seus direitos civis, políticos e sociais.

É com o comprometimento docente que tenciona práticas pedagógicas transformadoras, criativas e efetivas, que apresentamos atividades educativas de enfrentamento a violência escolar, promovendo conhecimento e conscientização, almejando mudanças atitudinais e comportamentais, de não a violência. Para uma

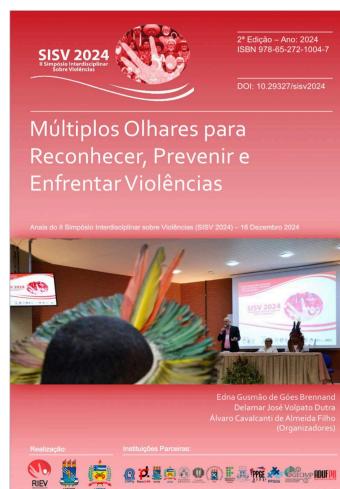
imersão ainda mais completa e dinâmica, acesse o Infovídeo desenvolvido, que se encontra aqui disponível.



Infovídeo educacional: <https://bit.ly/RED-Infovideo>

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Para saber mais sobre práticas exitosas de pesquisa que corroboram para o enfrentamento as Violências, confira o e-Book referente ao II Simpósio Interdisciplinar sobre Violências - SISV 2024, realizado pela Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências - RIEV, acessando por meio deste link de acesso https://static.even3.com/anais/e-BookSISV2024_v3.b3ef3beaee594c7fa6fe.pdf



Vejamos a seguir sugestões de atividades pedagógicas de enfrentamento a violência escolar, fomentando o processo de ensino e aprendizagem para o Não aos atos violentos no contexto escolar.

Inteligência Linguística

É preciso trabalhar a conscientização acerca da violência que cotidianamente adentra o universo escolar, mostrando que o ambiente educacional não tem espaço para a violência e por isso todos precisam contribuir para o NÃO aos atos violentos.

Utilize a figura abaixo propondo um diálogo acerca da conscientização para o NÃO à violência escolar, discutindo sobre as consequências de um ambiente violento e desagradável. Proponha um desenho acerca do entendimento construído a partir da discussão e da figura analisada.

VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS

O Convergente
no ponto incomum da política



Fonte:

<https://oconvergente.com.br/2023/04/06/violencia-nas-escolas-e-crescente-mas-precisa-de-um-basta/>

Inteligência Linguística e Espacial

A escola é lugar de construir conhecimentos e fazer amigos. Espaço para estimular a empatia e respeito ao próximo, utilize o poema abaixo e proporcione a reflexão acerca da importância do ambiente escolar saudável e amigável, onde se

convive bem e feliz. Conduza a leitura individual e posteriormente, coletiva, proporcionando participação e interação.

Poema: A Escola é (Paulo Freire)

Escola é ...
 o lugar que se faz amigos.
 Não se trata só de prédios, salas, quadros,
 Programas, horários, conceitos...
 Escola é sobretudo, gente
 Gente que trabalha, que estuda
 Que alegra, se conhece, se estima.

O Diretor é gente,
 O coordenador é gente,
 O professor é gente, O aluno é gente,
 Cada funcionário é gente.

E a escola será cada vez melhor
 Na medida em que cada um se comporte
 Como colega, amigo, irmão.
 Nada de “ilha cercada de gente por todos os lados”
 Nada de conviver com as pessoas e depois,
 Descobrir que não tem amizade a ninguém.
 Nada de ser como tijolo que forma a parede, Indiferente, frio, só.

Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar,
 É também criar laços de amizade, É criar ambiente de camaradagem,
 É conviver, é se “amarrar nela”!

Ora é lógico...
 Numa escola assim vai ser fácil! Estudar, trabalhar, crescer,
 Fazer amigos, educar-se, ser feliz.
 É por aqui que podemos começar a melhorar o mundo. (Paulo Freire)

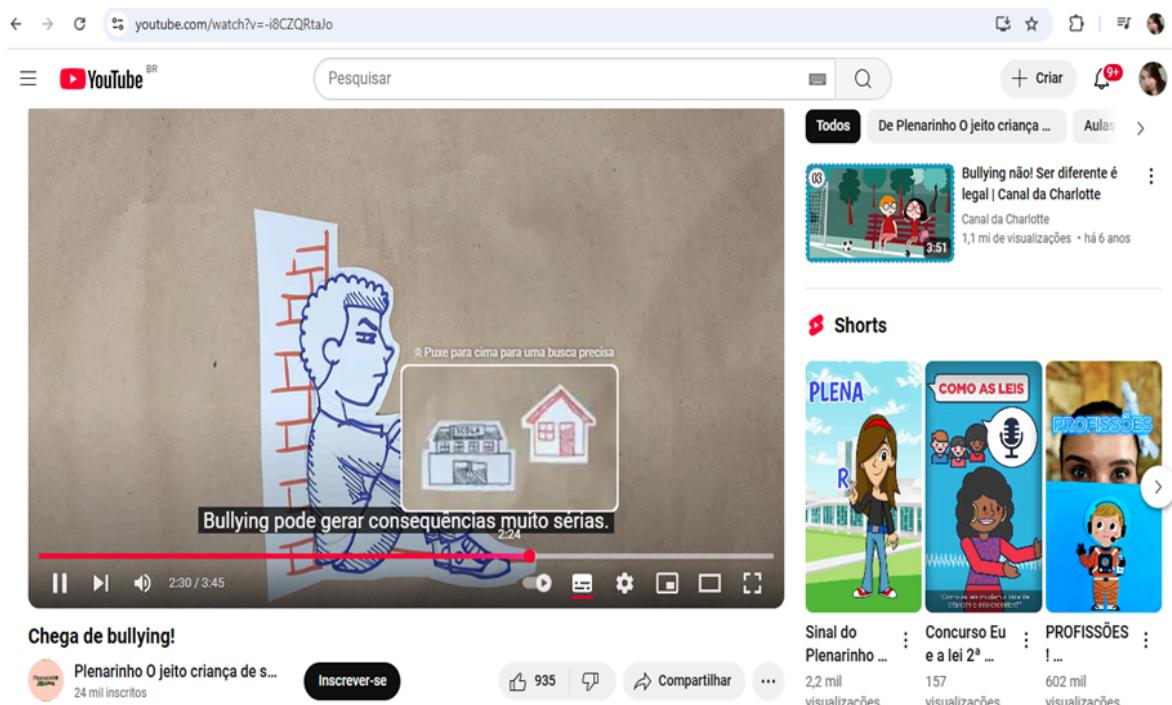
Fonte:

[chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/07082015_poema_a_escola.pdf](https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/07082015_poema_a_escola.pdf)

Na escola, dentre as formas de violência que se manifestam em seu contexto, estão presentes o Bullying e o Cyberbullying. Vamos inicialmente, conhecer algumas características do Bullying, que terá maior detalhamento na Aula 2, que também abordará o Cyberbullying.

O Bullying (meio físico) e o Cyberbullying (meio digital) podem causar graves consequências físicas (autolesões, gastrite, asma, distúrbios alimentares, tentativa de suicídio, etc.) e emocionais (depressão, isolamento social, baixa autoestima, ansiedade, estresse, desmotivação, baixo desempenho escolar, evasão escolar, dificuldade de socialização ou autoexclusão, etc), logo, podemos observar as inúmeras consequências advindas deste ato violento proferido especialmente no contexto escolar.

Assista ao vídeo abaixo para conhecer algumas características do Bullying e promover a reflexão sobre os problemas ocasionados através desta forma de violência escolar.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-i8CZQRtaJo>

A incapacidade de respeitar, compreender e se relacionar com outras pessoas, motivam atos de violência escolar, especialmente, no intervalo conhecido como hora do recreio ou do lanche. Atitudes de agressão e intimidação são condutas de

violência e consideradas inadequadas e ofensivas para as vítimas. Dentre tais práticas, o Bullying se configura por comportamento repetitivo e agressivo que causa humilhação, discriminação, intimidação e perseguição, causando angústia, sofrimento, isolamento, exclusão e traumas nas vítimas, interferindo na vida, em seu desenvolvimento e convivência social, familiar e escolar.

Utilize as tirinhas abaixo para provocar o conhecimento, informação, reflexão, condutas e comportamentos para o enfrentamento a esta forma de violência escolar, que é o Bullying.



Fonte: <https://blogs.correiobrasiliense.com.br/aricunha/bullying/>



Fonte: <https://br.pinterest.com/pin/752101206494411201/>

Inteligência Musical

A violência tem causado amedrontamento por toda a sociedade e a nação precisa de paz para ter a garantia do seu direito de ir e vir, sem medo e sem violência, no entanto, para isso todos precisam contribuir na luta de enfrentamento, dizendo não a violência, pois, unidos teremos mais força para encarar esse problema que vem ameaçando a democracia, a convivência e a paz mundial. Utilize a música abaixo para conscientizar e fomentar a busca e necessidade pela paz nos espaços escolares, almejando uma escola sem violência.

Música – Diga Sim à Paz (Eliana)

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=o-Ba7miUSU0>

Letra: Diga Sim à Paz (Eliana) - Composição: Lucia Turnbull

Ninguém aguenta mais ver tanta violência
 Em todo o lugar
 Eu tenho muito medo de sair de casa
 Sem saber se vou voltar

Até quando vai durar
 Precisamos resolver
 Tudo o que a gente quer é paz
 É paz, paz, paz pra viver

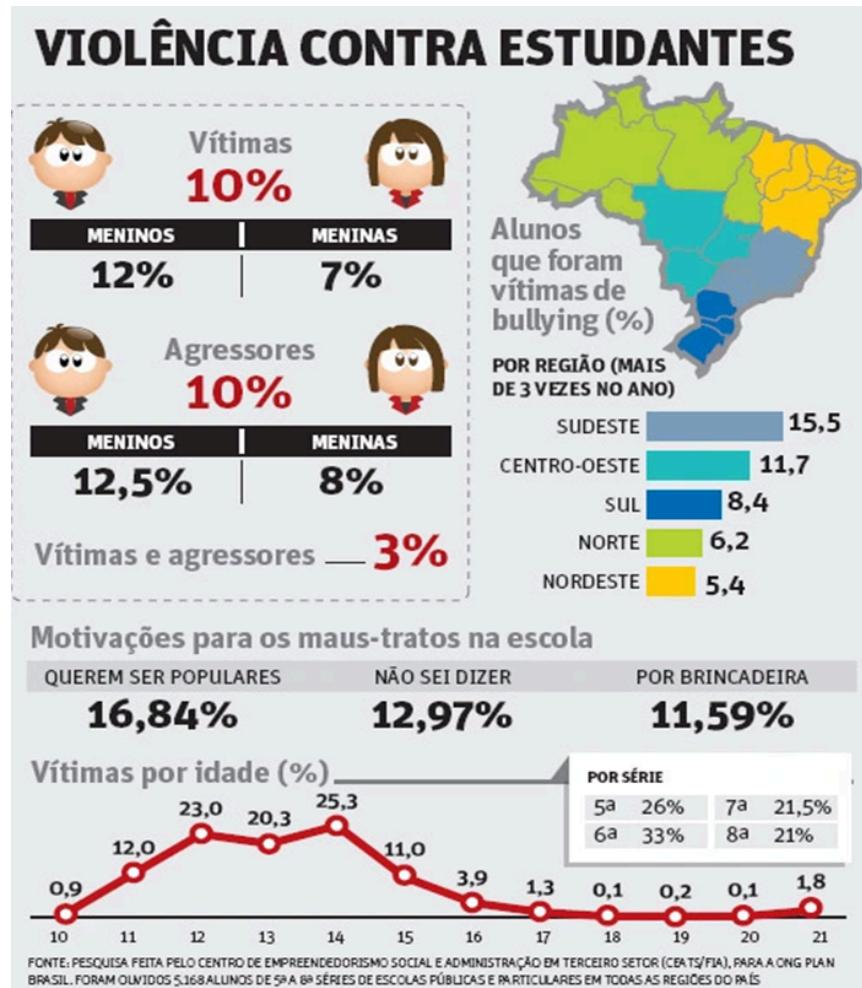
Deixa o Sol brilhar no seu coração
Diga, siga sim à paz
Violência não
Deixa o Sol brilhar sobre essa Nação
Diga, diga sim à paz
Violência não

Ninguém aguenta mais ver tanta violência
Em todo o lugar
Eu tenho muito medo de sair de casa
Sem saber se vou voltar
Até quando vai durar
Precisamos resolver
Tudo o que a gente quer é paz
É paz, paz, paz pra viver

Deixa o Sol brilhar, vamos dar as mãos
Diga sim, sim à paz
Violência não
Deixa o Sol brilhar no seu coração
Diga, diga sim à paz
Violência não

Inteligência Lógico-matemática

Observe as imagens abaixo e faça uma análise acerca dos dados quantitativos que expressam a violência contra os estudantes brasileiros vítimas de Bullying. Em seguida, produza um texto a partir das observações e evidências comprovadas por meio dos dados apresentados.



Fonte: <https://anguloscidadania.blogspot.com/2016/10/infograficos-sobre-o-bullying-zeca.html>

VÍTIMAS

Estudantes brasileiros sofrem exposição constante ao bullying

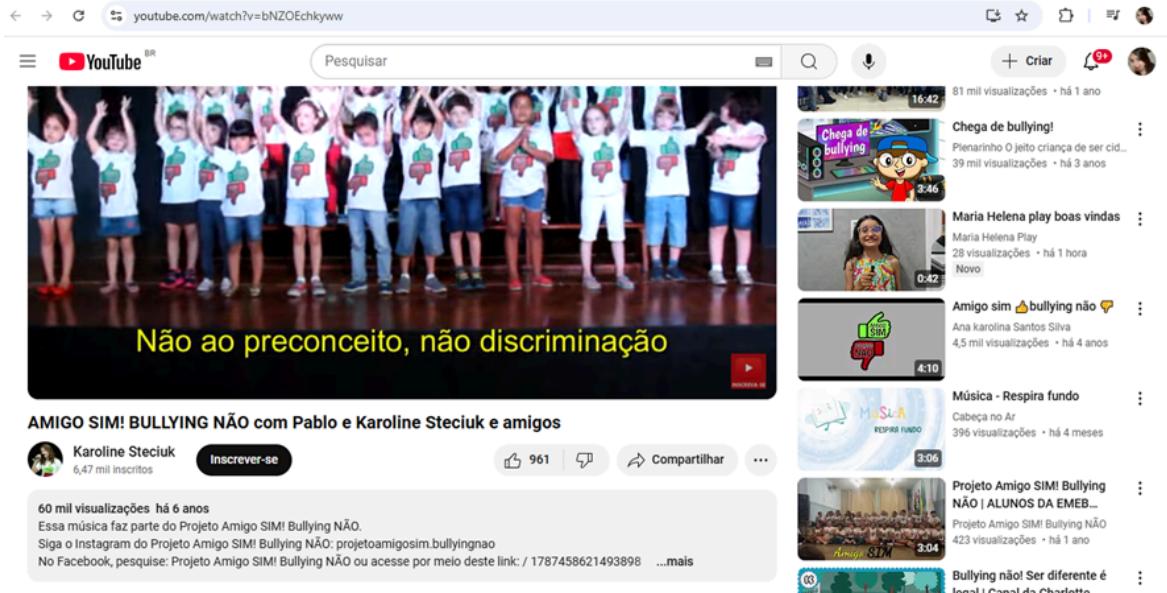


Fonte:

<https://www.folhadelondrina.com.br/geral/um-em-cada-dez-estudantes-e-vitima-frequente-de-bullying-975466.html?d=1>

Inteligência Corporal-Cinestésica e Musical

Oportunize a reflexão para o enfrentamento à prática de Bullying a partir da música abaixo. Proponha o aprendizado acerca da música e da coreografia para possível apresentação no pátio da escola ou da própria sala de aula.



Fonte: [AMIGO SIM! BULLYING NÃO com Pablo e Karoline Steciuk e amigos](https://www.youtube.com/watch?v=bNzOEchkyww)

Concluímos a Aula 1 que versa sobre “Violência Escolar” e damos início a Aula 2, que aborda com ênfase às formas de manifestação da Violência Escolar, que consiste no Bullying e Cyberbullying.

AULA

2

BULLYING E

CYBERBULLYING

Para iniciarmos este importante diálogo é necessário pensar sobre quais são os atos violentos que repetidamente decorrem no contexto escolar, uma vez que, as escolas têm vivenciado a violência cotidianamente, por meio das muitas formas e tipos de violência. No dia a dia, as vivências escolares apresentam variadas manifestações das violências e certamente, o Bullying e o Cyberbullying, são práticas violentas que acontecem corriqueiramente no ambiente escolar e acomete, especialmente, crianças e adolescentes, seja pelo meio físico (Bullying) ou por meio digital (Cyberbullying).

A historicidade e a conceituação são importantes para a compreensão dos termos. Assim, frequentemente recorremos às pesquisas para obter informações e/ou dados que contribuam para a compreensão dos fenômenos. Se alastrando por todo o mundo, o bullying é datado pela ciência a partir da década de 70, sendo uma forma de violência desencadeada no ambiente educacional e envolvendo relações de poder e comportamentos agressivos entre alunos, se configurando e modificando-se de acordo com as faixas etárias de cada contexto escolar. Com base em Bazzo (2018) foi Olweus que pioneiramente fixou a identificação, o combate e a prevenção do bullying para garantir os direitos humanos fundamentais a todo cidadão. “No Brasil, o termo cunhado por Olweus experimenta uma vultosa popularização somente a contar de meados da primeira década dos anos 2000” (Bazzo, 2018, p. 18). Olweus (1993) citado por Andrade (2014) diz que o conceito de bullying integra meios de intimidação do outro que resultam em práticas violentas realizadas por um sujeito ou pequenos grupos.

2.1 BULLYING

O Bullying é considerado como um ato de violência que ocorre entre pares, em que há o abuso de poder de uma pessoa sobre a outra, a partir de atos de agressão física ou verbal, com ameaças e intimidações, que de forma frequente e habitual, almeja o domínio e a opressão da vítima. É pertinente sabermos que a palavra Bullying designa em língua inglesa o ato decorrente do substantivo *bully*, que significa algo próximo a “brigão” ou “valentão” em português” (Bazzo, 2018, p. 18). De fato, o opressor se utiliza de toda sua “valentia” para oprimir, humilhar, provocar, agredir, perseguir, ameaçar, coagir, importunar, intimidar, entre outros, atingindo, sobretudo, as pessoas mais vulneráveis. Comumente, o Bullying se configura com atitudes agressivas, intencionais, com frequência e uso exagerado do poder, por meio de relações desiguais que culminam em danos à vítima, seja de cunho físico, psicológico ou moral.

O Bullying é tido como um tipo de violência que está em evidência no contexto escolar e por isso vem ganhando a atenção de pesquisadores. Para além do ambiente escolar, o bullying é um fenômeno que se apresenta também em locais de trabalho e demais espaços de convivência social (Andrade, 2014). O Bullying pode acontecer em diversos contextos sociais e familiares, mas, é no ambiente escolar que as práticas de Bullying predominam e perpassam por todas as classes sociais, faixas etárias, gêneros, níveis e modalidades de ensino. Dentre os comportamentos que caracterizam as práticas de Bullying se encontram os que se apresentam de modo físico (golpes, chutes e a destruição de bens), de modo verbal (provocação, insulto e ameaça), ou relacionais (difamação e exclusão de um grupo) (UNESCO, 2019).

O Bullying é uma forma de violência que particularmente acontece entre crianças e adolescentes, especialmente no contexto escolar e quando não regulados pela presença de um adulto, envolvendo dominação, ou seja, o uso do poder por parte de um sobre o outro, e a perseguição destrutiva para a vítima, no decorrer de um período de tempo prolongado. Para Bazzo (2018, p. 18) O Bullying pode ocorrer “verbalmente (por ameaças, insultos, provocações e/ou atribuição de nomes pejorativos); por contato físico (por tapas, empurrões, chutes e/ou beliscões) ou ainda silenciosamente (por caretas, gestos e/ou exclusão)”.

Saiba mais em:
<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/34487#:~:text=Outro%20%C3%ADndice%20que%20chama%20bastante,passado%20e%20175%20neste%20ano>.

Com o advento da internet e das transformações tecnológicas e sociais, surgem novas formas de violência, realizadas de modo online, por meio de tecnologias digitais através de dispositivos conectados à internet, temos a violência praticada de forma virtual, denominada Cyberbullying.

2.2 CIBERBULLYING

Com a elevada passagem de tempo, as práticas de bullying já haviam tomado uma grande proporção nos ambientes escolares, tanto no Brasil como nos demais países, se transformando para outras práticas a partir do meio digital, com a dimensão do uso da internet, eis que surge o Cyberbullying. Você sabe como acontecem as práticas que culminam no Cyberbullying? O advento da internet certamente revolucionou a vida em sociedade, em que as pessoas envolvidas em um ciberespaço, desfrutam de um novo espaço para o conhecimento e a comunicação, com novas aprendizagens e modos de viver e socializar-se, no mundo virtual: o ciberespaço. Você conhece esse termo e o que ele representa na sociedade atual? Estamos nos referindo a um espaço que compreende uma rede fluida, ou seja, que não é estática ou fixa, provendo maior adaptabilidade, mobilidade, interatividade e multifuncionalidade, promovendo variadas possibilidades de uso, atendendo a diferentes propósitos e necessidades.

Com base em Vasconcelos e Brennand (2005) citado por Brennand, Dias e Medeiros (2012, p. 49) o ciberespaço caracteriza um “espaço de comunicação aberto e mantido pela interconexão de dispositivos tecnológicos digitais, como computadores, satélites e telefones celulares, que permitem a realização de interações sincrônicas [...]” suscitando a vinculação de informações de forma instantânea entre os sujeitos imersos em um ambiente de conexões em comunicação aberta resultante das interconexões através das redes de computadores por todo o mundo.

É nesse mundo cada vez mais virtual que as práticas do Cyberbullying ganham espaço e fomentam atos violentos por meio do mundo virtual. De acordo com Bazzo (2018, p. 18) o Cyberbullying “consiste no *bullying* praticado via meios eletrônicos, dentre eles, os telefones celulares e as redes sociais virtuais” (Bazzo, 2018, p. 18). Conforme a UNESCO (2019), o público que corre maior risco de sofrer cyberbullying, se encontram entre os menos favorecidos, pessoas com deficiências, crianças excluídas socialmente, que estão fora da escola, são minorias ou afetadas pela migração, não têm acesso a internet e por não terem condições de aprender sobre segurança online, se tornam mais propensas e tendem a ser vítimas do cyberbullying. Outro fator de maior risco diz respeito ao gênero, que a violência se apresenta por meio de atos ou ameaça de violência sexual, física ou psicológica, enfrentadas principalmente por crianças e adolescentes.

O Cyberbullying compreende o envio de mensagens eletrônicas, contendo textos, fotos ou vídeos, com o intuito de ameaçar, assediar, humilhar, atingindo outra pessoa através da pluralidade de mídias e plataformas como redes sociais, mensagens por aplicativos ou jogos online. O Cyberbullying engloba práticas que incluem a “difamação, postagens contendo informações falsas, mensagens ofensivas, comentários ou fotos constrangedoras, ou a exclusão de alguém das redes sociais ou outro sistema de comunicação”. (UNESCO, 2019, p. 15).

É pertinente destacar que partir da violência escolar, apresentada através de práticas de bullying ou cyberbullying, consiste na ocorrência de que a maioria das crianças e adolescentes que os sofrem, não denunciam ou procuram ajuda e isso faz com que as consequências sejam ainda maiores ao longo do tempo e por isso, é essencialmente necessário que as pessoas adultas fiquem atentas aos possíveis sinais das vítimas. No que se refere às práticas docentes de enfrentamento a violência escolar apresentamos a seguir algumas atividades que corroboram para as mudanças pelas quais almejamos para uma escola de paz, sem violência, justa, democrática e igualitária para todos os sujeitos.

Apresentamos a seguir algumas sugestões de atividades pedagógicas para fomentar o enfrentamento da Violência Escolar expressas nas formas de Bullying e Cyberbullying.

Inteligência Linguística, Interpessoal e Intrapessoal

Você sabe o que é Bullying?

Texto Informativo

O **texto informativo** é um tipo de texto que tem a função de informar e esclarecer a um leitor, um ouvinte ou ainda um conjunto de pessoas sobre um determinado assunto ou tema.

Bullying

O bullying é um ato de violência física ou psicológica intencional e repetitiva, normalmente praticado por pessoas que se sentem superiores aos outros. É cometido sem motivação evidente por indivíduo ou grupo contra uma ou mais pessoas.

O bullying pode ter diferentes formas, como insultos, ameaças, agressões físicas, exclusão social, entre outras. É importante lembrar que qualquer forma de bullying é prejudicial e deve ser tratada com seriedade.

Muitas vezes, os jovens que sofrem bullying sentem-se sozinhos e com medo de falar sobre o que estão passando. No entanto, é fundamental buscar ajuda de pessoas de confiança, como pais, professores ou profissionais de saúde mental. É necessário ter empatia, para lutar contra o fim do 'bullying'. Só quem sofre ou sofreu, sabe a dor que causa.

Portanto, é fundamental tratar os outros com respeito e empatia, evitando comportamentos agressivos ou preconceituosos.



Agora é sua vez!

- Pesquise mais informações sobre o **bullying**
- Escolha as informações mais interessantes e faça um texto
- Organize as informações e reescreva-as com suas próprias palavras
- Faça desenhos para ilustrar seu texto

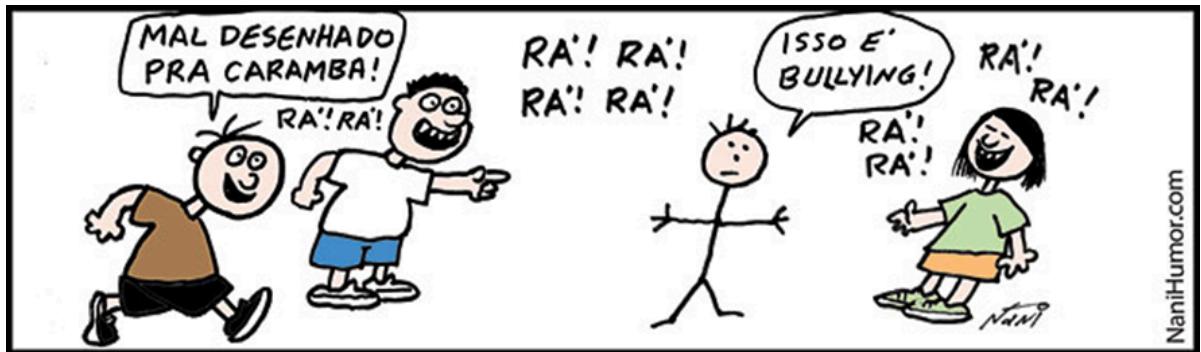
Capricha!

Mary Alvarenga

Fonte: informativo-bullying-no-brincadeira/266844980

O Bullying é uma das formas de violência escolar que se apresenta através de agressões físicas ou psicológicas, humilhações, ameaças e intimidações, de maneira intencional e repetitiva. Se manifesta por meio de xingamentos, insultos, empurrões, chutes, beliscões, difamações, calúnias, exclusão, entre outros.

Observe a charge abaixo e analise-a, em seguida, produza uma charge de conscientização para NÃO a prática de Bullying.



Fonte:

https://www.google.com/search?sca_esv=0eb164f915fa3037&q=charge+o+que+e+bullying&udm=2&bs=ABzOT_BYhiZpMrUAF0c9tORwPGlsjfkTCQbVbkeDjnTQtjddClwjuBvoXndi-OO1f8kXGUrQAK1bEIdN5wzK9JtNLP0ymo7-eOMgSbPZa7e5oiLwKsD7YZwf53QM-lmkZxI2xEEntMsmMhF5rK1v7nnXFINmGI_Jkr-DF4Yg-9mFWMtW-onXP4IluPtSoHg101H0H9Z6SEEwvLMoGG4KqI5TdtMIZcQlg&sa=X&ved=d=2ahUKEwitopCQiNGMAXWXqJUCHbzULz0QtKgLegQIEhAB&biw=1366&bih=641&dpr=1#vhid=1j7YqRhldlFjcM&vssid=mosaic

Observe as tirinhas abaixo e reflita sobre as consequências pelas atitudes desrespeitosas que provocam as práticas de Bullying e causam danos às vidas das pessoas, vítimas do desrespeito e dos atos violentos que fomentam a falta de empatia e dos direitos humanos, assegurados pela legislação brasileira. Em seguida, proponha a confecção de um mural informativo acerca da prevenção ao Bullying nas escolas.



Fonte: <https://blogs.correiobrasiliense.com.br/aricunha/bullying/>



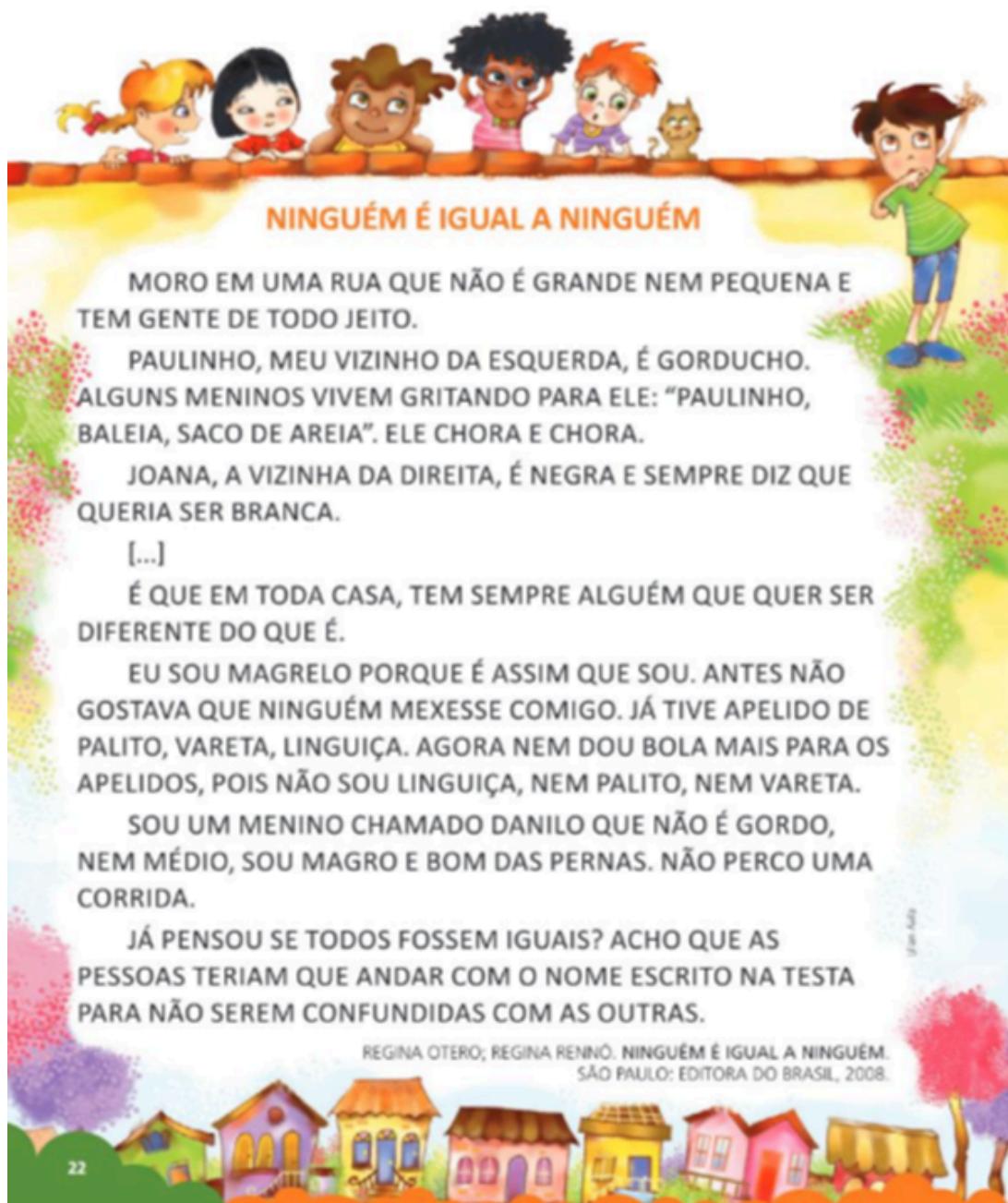
Tirinha do Armandinho cedida por Alexandre Beck para publicação no site do Inesc

Fonte: <https://www.colegioserjundiai.com.br/info/campanha-bullying-nao-e-brincadeira>



Fonte: <https://www.colegioserjundiai.com.br/info/campanha-bullying-nao-e-brincadeira>

O respeito é a base para uma sociedade e um espaço escolar mais justo, digno, respeitoso e equitativo. Por isso, as diferenças precisam ser respeitadas e acolhidas, pois, a diversidade torna os ambientes mais propensos a construção da aprendizagem. Leia o texto abaixo, reflita e, em seguida, responda as questões abaixo.



Fonte: <https://ensinarhoje.com/texto-para-combater-bullying-1o-2o-e-3o-anos/>

Dialogando com o texto:

1. As pessoas que convivem com você são todas iguais ou diferentes? Explique.
2. De acordo com o texto, Paulinho gosta dos apelidos que as pessoas colocam nele? Por quê?
3. Quem está narrando este texto?
4. Quais as características de Danilo citadas no texto?

5. Existem apelidos carinhosos e apelidos que machucam.
 - a) Você conhece alguém que tem um apelido que gosta?
 - b) Você conhece alguém que tem um apelido que não gosta?
6. Alguém já colocou apelido em você? Você gostou ou não? Por quê?
7. O que podemos fazer para conviver bem com as pessoas?

Observe as imagens abaixo e produza um texto sobre os sentimentos causados por este comportamento violento, expresso por xingamento e proferido a partir de agressão verbal.



Fonte:

https://www.google.com/search?q=imagem+bullying+seu+quatro+olhos&oq=imagem+bullying+seu+quatro+olhos&gs_lcrp=EgZjaHJvbWUyBggAEEUYOTIHCAEQIRigAdIBCTEyMTM0ajBqN6gCALACAA&sourceid=chrome&ie=UTF-8



Fonte: https://turmadamonica.fandom.com/pt-br/wiki/Xingando_a_M%C3%A3nica

Você Sabia?

1. Disserte sobre a imagem abaixo:

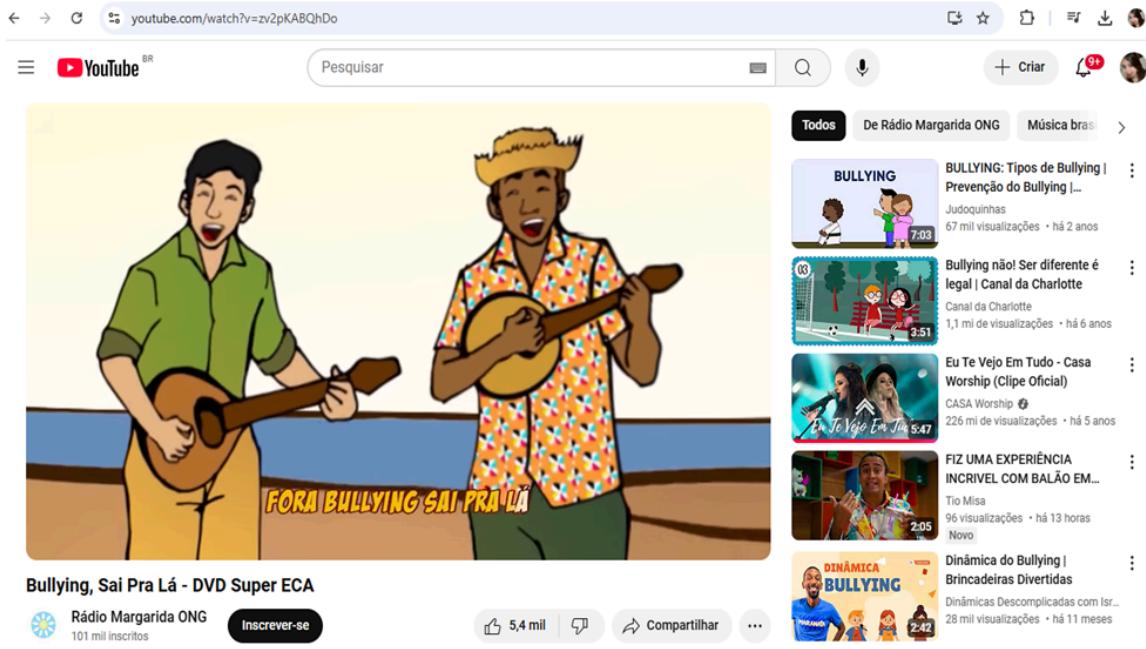


@SenadoFederal

Fonte:
[https://www.agenciacidades.com.br/reportagens/bullying-e-cyberbullying-sao-crimes-previstos-no-codi
go-penal/128/](https://www.agenciacidades.com.br/reportagens/bullying-e-cyberbullying-sao-crimes-previstos-no-codigo-penal/128/)

Inteligência Musical

Vamos cantar? A música é um excelente recurso para promover a aprendizagem de forma participativa e interativa. Proponha a explanação sobre o entendimento da música, despertando para o enfrentamento a esta forma de violência escolar.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=zv2pKABQhDo>

A paródia é uma ferramenta importante para a construção do conhecimento, proporcionando uma forma lúdica de aprender, facilitando a compreensão de um tema ou conteúdo, especialmente, melhorando o aprendizado escolar. A partir da leitura das paródias abaixo, proponha a escolha de uma música para a produção de uma paródia de combate ao Bullying.

Paródia de combate ao Bullying

Xote Ecológico (Luiz Gonzaga)

Não posso respirar, não posso mais nadar
 A terra está morrendo, não dá mais pra plantar
 Se plantar não nasce se nascer não dá
 Até pinga da boa é difícil de encontrar
 Cadê a flor que estava ali?
 Poluição comeu.
 E o peixe que é do mar?
 Poluição comeu
 E o verde onde que está ?
 Poluição comeu
 Nem o Chico Mendes sobreviveu

XOTE DE COMBATE AO BULLYING

Autor: Ney Robson Dantas Leite

Não posso tolerar, não posso aceitar

Que o bullying venha aqui, agir neste lugar
 Se surgir um caso, vamos atuar
 No combate ao bullying, vamos todos ajudar.(bis)

Cadê o bullying que estava aqui?
 A população combateu.
 E a violência escolar?
 A educação venceu.
 E o agressor cruel?
 A polícia já prendeu.
 O combate ao bullying é dever meu e seu

Fonte: <https://educarsembullying.blogspot.com/p/producao-de-parodias-projeto-bullying.html>

Inteligência Espacial

Findamos este caderno com um texto denominado Escola: Lugar de Paz, dedicado a todos os profissionais da educação deste país, para que juntos possamos vencer os problemas oriundos da Violência Escolar.

ESCOLA: LUGAR DE PAZ

A violência nas escolas é um problema social que se manifesta de diversas formas entre todos os envolvidos no processo educativo. É lamentável que uma instituição que tem como objetivo formar a ética e a moral dos sujeitos, como também transformar a sociedade e torná-la mais justa, instruindo o aluno para que ele consiga edificar uma boa carreira no mercado de trabalho, ainda sofra com atitudes violentas.

Infelizmente, a violência está presente em diversas esferas da sociedade, como nas ruas das cidades, no ambiente doméstico e em crimes de colarinho branco. Diante disso, é comum observar jovens desacreditados em uma sociedade justa e igualitária, o que pode levar ao comportamento violento. No entanto, a escola é um ambiente de amizade, harmonia e integração entre todos os agentes. Em vez de guerrear contra a violência, precisamos promover o diálogo, estabelecer regras claras e objetivas, não favorecer apenas um determinado grupo de alunos e oferecer apoio psicológico àqueles que precisam.

Além disso, também é importante promover atividades artísticas, sociais, esportivas e ginicanas que aumentem o diálogo e o contato de todos com a diversidade de gênero, estilos e gostos que encontramos em uma escola. Assim, a instituição se torna ainda mais em um ambiente agradável, onde os alunos criam uma identidade e passam a ter mais respeito e apreço pela escola e por tudo que existe nela.

Logo, com essas ações, podemos tornar a instituição em um ambiente agradável e valoroso aos pais, alunos e funcionários. Todos os agentes da escola se tornarão melhores cidadãos, reconhecendo a importância do respeito em nossas vidas. Afinal, diminuindo a violência na escola em todos os seus aspectos físicos e psicológicos, garantimos que os alunos tenham acesso à educação e se tornem cidadãos cada vez mais conscientes e engajados em uma sociedade mais justa e igualitária. E você, está pronto para contribuir para uma escola de paz? Reflita.

Texto: Tudo Sala de Aula, 2023

Fonte:

<https://www.tudosaladeaula.com/2023/04/sequencia-didatica-atividades-para-combater-a-violencia-na-s-escolas/>

REFERÊNCIAS

ANDRADE, G. C. **Bullying e sua prevenção: Concepções e práticas de psicólogos escolares.** Dissertação (mestrado acadêmico) Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Psicologia, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/807/1/gessicacastellaniandrade.pdf> Acesso em: 06 abr. 2024.

BAZZO, J. ‘**Agora tudo é bullying’: uma mirada antropológica sobre a agência de uma categoria de acusação no cotidiano brasileiro.** Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcapcglclefindmkaj/https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/174498/001064968.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 06 abr. 2024.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim ... [et al.]. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcapcglclefindmkaj/http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pnedh_brasil.pdf Acesso em 05 jun. 2024.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2007. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/2191-plano-nacional-pdf/file> Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos:** 2013. Brasília: Secretaria dos Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/PNEDH2013.pdf> Acesso em: 05 jun. 2024.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** 3ª reimpressão, simplificada. Brasília, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcapcglclefindmkaj/https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/educacao-em-direitos-humanos/DIAGRMAOPNEDH.pdf> Acesso em: 23 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069compilado.htm Acesso em: 28 maio

2024.

BRASIL. Diário Oficial da União. **LEI Nº 14.811, DE 12 DE JANEIRO DE 2024.**

Disponível em:

<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.811-de-12-de-janeiro-de-2024-537300944>

Acesso em: 31 maio 2024.

BRENNAND, E. G. G; DIAS, D. S. F; MEDEIROS, J. W. M. **Educação, Cultura e Mídia.** In: DIAS, D. S. F; BEZERRA, E. P. (Organizadores). Mídias e formação docente. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.

CHARLOT, B. **A violência na escola:** como os sociólogos franceses abordam essa questão. Sociologias, Porto Alegre, ano 4, nº 8, jul/dez 2002, p. 432-443. Disponível em:

chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.scielo.br/j/soc/a/DDGcftS4kF3Y6jfxZt5M5K/?format=pdf&lang=pt Acesso em: 03 fev. 2024.

LIMA, S. L. X. **BULLYING A PARTIR DA PERSPECTIVA DOS ALUNOS: UM ESTUDO SOBRE A VIOLENCIA.** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de São Paulo. Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/server/api/core/bitstreams/1f433fa5-d7b9-4f80-94b4-666fe8b95554/content> Acesso em: 06 abr. 2024.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Violência escolar e bullying:** relatório sobre a situação mundial. – Brasília: UNESCO, 2019. 54 p., il. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368092> Acesso em: 16 fev. 2024.

PAVIANI, J. **Conceitos e formas de violência.** IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 8-20. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

PILATTI, C. A. **Violência e filosofia.** IN: Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educs, 2016. p. 28-36. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook-conceitos-formas_2.pdf Acesso em 16 fev. 2024.

PRIOTTO; E. P; BONETI, L. W. **VIOLÊNCIA ESCOLAR:** na escola, da escola e contra a escola. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 26, p. 161-179, jan./abr. 2009. Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcgkclefindmkaj/http://educa.fcc.org.br/pdf/de/v09n26/v09n26a12.pdf Acesso em: 03 fev. 2024.

SÁ, A. A. ALGUMAS QUESTÕES POLÊMICAS RELATIVAS À PSICOLOGIA DA VIOLÊNCIA. **Psicologia: Teoria e Prática**, 1999, vol.1, nº 2, p. 53-63. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/ptp/article/view/1151/859> Acesso

em: 16 mar. 2024.

SAADI TOSI, L. J. A BANALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA E O PENSAMENTO DE HANNAH ARENDT: UM DEBATE OU UM COMBATE?. Revista do Laboratório de Estudos da Violência da UNESP/Marília, p. 131 – 159. Edição 19 – Maio/2017.

Disponível em:

file:///D:/Users/Windows/Downloads/labeditorial,+7022-Texto+do+artigo-22582-1-10-20170619%20(1).pdf Acesso em: 16 fev. 2024.

Rede Interdisciplinar de Estudos sobre Violências - RIEV. 2024. **II Simpósio**

Interdisciplinar sobre Violências - SISV 2024. Disponível em:

https://static.even3.com/anais/e-BookSISV2024_v3.b3ef3beaee594c7fa6fe.pdf

Acesso em: 25 jun. 2025.

SOUZA, L. P. A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA NA ESCOLA: CONTRIBUIÇÕES DE SOCIOLOGOS FRANCESSES AO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR

BRASILEIRA. **Revista LABOR**, v.1, n º7, p. 20-34, 2012. Disponível em:

<http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6703/4904> Acesso em 12 mar. 2024.